

MINISTÉRIO DA SAÚDE

# III CADERNO DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE



Brasília - DF  
2025

DISTRIBUIÇÃO  
VENDA PROIBIDA  
GRATUITA



**MINISTÉRIO DA SAÚDE**  
**Secretaria Executiva**  
**Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa**

**III CADERNO DE**  
**EDUCAÇÃO**  
**POPULAR**  
**EM SAÚDE**

**Brasília - DF**  
**2025**

2025 Ministério da Saúde.



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: <http://bvsmms.saude.gov.br>.

1ª edição – 2025 – Versão eletrônica

*Elaboração, distribuição e informações:*

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria Executiva

Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa

Coordenação Geral de Educação Popular em Saúde

Endereço completo para contato:

Esplanada dos Ministérios, bloco G, 4º andar

CEP: 70058-900 – Brasília/DF

Tel.: (61) 3315-3849

Site: [www.gov.br/saude/pt-br/composicao/se/dgjp](http://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/se/dgjp)

E-mails: [dgjp@saude.gov.br](mailto:dgjp@saude.gov.br) / [cgeps.dgjp@saude.gov.br](mailto:cgeps.dgjp@saude.gov.br)

*Ministro de Estado da Saúde:*

Alexandre R. S. Padilha

*Secretário-Executivo:*

Adriano Massuda

*Coordenação:*

Maria Rocineide Ferreira da Silva

Renata Pekelman

Tiago Souza Leal

*Revisão técnica:*

Renata Pekelman

Tiago Souza Leal

*Colaboração:*

Etel Matielo

Grasiela Nespoli

Helena Maria S. Leal David

Laila Talita da Conceição Costa

Oswaldo Peralta Bonetti

Theresa Cristina de Albuquerque Siqueira

Vanderleia Laodete Pulga

Vera Lúcia de Azevedo Dantas

*Produção editorial:*

Monica Rodrigues – Zabelê Comunicação

*Projeto gráfico e diagramação:*

Gabriel Hoewell

*Revisão:*

Bruno Barros

*Ilustrações:*

Suzane Lopes

*Fotografias:*

Elisângela Martins da Rosa Silveira

Fernando Ferreira Carneiro

Kelly Dandara da Silva Macedo

Paulo Rogério Adamatti Mansan

Tiago Rodrigues

*Normalização:*

Delano de Aquino Silva – Editora MS/CGDI

#### Ficha Catalográfica

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa.

III caderno de educação popular em saúde [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa. – Brasília : Ministério da Saúde, 2025.

224 p. : il.

Modo de acesso: World Wide Web: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/III\\_caderno\\_educacao\\_popular\\_saude.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/III_caderno_educacao_popular_saude.pdf)

ISBN 978-65-5993-945-9

1. Educação em saúde. 2. Promoção da saúde. 3. Política de saúde. I. Título.

CDU 37.017.4:614

Catálogo na fonte – Bibliotecário: Delano de Aquino Silva – CRB 1/1993 – Editora MS/CGDI – OS 2025/O494

*Título para indexação:*

Texts in popular health education #3

“Como educadores progressistas, uma de nossas maiores tarefas parece dizer respeito a como gerar sonhos políticos, anseios políticos, desejos políticos. A mim, como educador, é impossível construir os anseios do outro ou da outra. Essa tarefa cabe a ele ou a ela, não a mim.”

**Paulo Freire**

*Pedagogia dos sonhos possíveis*, 2001, p. 37.

Este III Caderno é dedicado ao professor José Ivo dos Santos Pedrosa, em reconhecimento por seu papel de protagonismo na Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS), por sua contribuição à Saúde Coletiva, por sua humanidade e por seu afeto com os que tiveram o privilégio de conviver com ele.

# Sumário

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>09</b>
<b>PREFÁCIO</b>	<b>11</b>
<b>01 CONSTRUINDO CAMINHOS</b>	<b>13</b>
<b>Contribuições pedagógicas, interculturais e epistemológicas da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do SUS</b>	<b>15</b>
Maria Rocineide Ferreira da Silva, Osvaldo Peralta Bonetti, Vera Lúcia de Azevedo Dantas, Vanderléia Laodete Pulga, Swedenberger do Nascimento Barbosa	
<b>Caminhos em (re)construção: Marco de Referência da Educação Popular para Políticas Públicas</b>	<b>43</b>
Pedro Pontual, Iara Lins	
<b>Controle social na construção e no fortalecimento da participação no SUS</b>	<b>55</b>
Fernando Pigatto	
<b>Educação popular em saúde: formação na ação</b>	<b>61</b>
Selvino Heck	
<b>02 NOSSAS FONTES</b>	<b>67</b>
<b>Apresentação: Conceição Paludo</b>	<b>69</b>
Vera Lúcia de Azevedo Dantas	
<b>Educação popular e movimentos sociais</b>	<b>71</b>
Conceição Paludo	
<b>Apresentação: Carlos Rodrigues Brandão</b>	<b>87</b>
Pedro José Santos Carneiro Cruz	
<b>Dizer a sua palavra, escrever a sua história: algumas ideias e alguns devaneios sobre a pesquisa participante desde o lugar onde se sonha encontrar a antropologia e a educação popular</b>	<b>93</b>
Carlos Rodrigues Brandão	

### **03 DIÁLOGOS COM A EXPERIÊNCIA** --- **109**

**Agentes populares e a educação popular em saúde no contexto das crises sanitária, ambiental e social** **111**

Isabel Passos Delforge, Lívia Milena Barbosa de Deus e Mélo, Paulette Cavalcanti de Albuquerque, Romário Correia dos Santos

**Mãos solidárias: o povo cuidando do povo, em defesa do SUS!** **127**

Paulo Rogério Adamatti Mansan, Laila Talita da Conceição Costa

**AgPopSUS – Juventudes do Distrito Federal: formação de agentes populares de saúde nas juventudes do DF** **135**

Oswaldo Peralta Bonetti, Lucas Machado Gaio, Rozângela Fernandes Camapum

### **04 REFLEXÕES E VIVÊNCIAS** --- **145**

**Nas trilhas da ANEPS: a resistência, a força e o esperar da educação popular em saúde fortalecendo a PNEPS-SUS** **147**

Theresa Cristina de Albuquerque Siqueira, Vanderléia Laodete Pulga, Vera Lúcia de Azevedo Dantas

**A educação popular em saúde nas ágoras da Abrasco** **157**

Luanda de Oliveira, Renata Pekelman

**Escola de Promotores Populares em Saúde: “construindo o desenvolvimento de territórios saudáveis e sustentáveis”, Rio Grande do Sul** **165**

Jorge Senna

**Vigilância popular em saúde: práxis inspirada na educação popular** **171**

Fernando Ferreira Carneiro

**A trajetória da Especialização em Educação Popular em Saúde na Fiocruz Brasília: o florescer de novas institucionalidades da PNEPS-SUS** **183**

Kelly Dandara da Silva Macedo, Mayara Suelirta da Costa, Oswaldo Peralta Bonetti

## **05 OUTRAS PALAVRAS** --- **189**

**Processo formativo de Vigilância Popular em Saúde** **191**

Michele Neves Meneses

**Amorosidade dos encontros humanos cenopoéticos na especialização em educação popular: quando a arte transforma sonhos em inéditos viáveis** **193**

Francisco José da Silva Soares, Sávia Augusta Oliveira Régis

**Essa tal de regionalização!** **197**

Alvimar Botega

**Somos jovens** **199**

Vitória de Souza Silva, Sinara Marques de Souza Pascaal

**SUS: territórios vivos** **201**

Tiago Souza Leal

## **06 ENTRE SEMENTES E RAÍZES** --- **203**

**Diálogos e convergências entre educação popular, agroecologia e saúde: a defesa da vida na boca do povo** **205**

Grasiele Nespoli, Theresa Cristina de Albuquerque Siqueira, Fernando Ferreira Carneiro

**Entre sementes e raízes, o que nutre o ser?** **211**

Theresa Cristina de Albuquerque Siqueira, Maria Rita Rosa dos Santos, Suely Corrêa de Oliveira

**O cultivo do ser-planta e a construção de novas formas de convivência: desafios para a educação popular** **213**

Grasiele Nespoli

## **07 ROTEIRO DE LEITURA** --- **217**

# Apresentação

A Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS) é uma conquista histórica do povo brasileiro. No ano em que ela completa 12 anos, a retomada da publicação do **III Caderno de Educação Popular em Saúde** evidencia a centralidade da participação popular na construção de novas iniciativas públicas.

Após o período de desmonte e fragilização do SUS durante a pandemia de covid-19, reconstruímos espaços de participação social e ampliamos políticas essenciais para garantir o cuidado em todo o Brasil.

Na atenção primária, que tem importância histórica na superação de desigualdades de saúde entre populações vulneráveis, a nova iniciativa Saúde Brasil 360 usa a educação popular em saúde como elemento estratégico. Com um novo modelo de financiamento, incentivamos as boas práticas voltadas para gestantes, crianças, idosos e portadores de doenças crônicas, ampliando as políticas públicas essenciais para fazer o cuidado presente em todos os cantos do país. Assim, o nosso sistema público de saúde se reafirma como espaço de resistência, cuidado e democracia.

Dobramos o número de profissionais do Mais Médicos, retomamos a criação de equipes multiprofissionais, fortalecemos o Brasil Sorridente e ampliamos investimentos em construção e equipamento para Unidades Básicas de Saúde (UBS), colocando a atenção primária no centro da produção de cuidado e vida nos territórios mais longínquos do Brasil.

Com criação do programa Agora Tem Especialistas, damos resposta a um problema histórico, com fixação de médicos especialistas em cidades interioranas, municípios vulneráveis, territórios da Amazônia Legal e outras áreas anteriormente desassistidas.

Com esses avanços concretos, nosso compromisso é estender o alcance das políticas de saúde, alcançando grupos historicamente excluídos: idosos, mulheres, negros, indígenas, pessoas com deficiência, neurodivergentes, LGBTQIA+, comunidades do campo, da floresta e das águas, além da população em situação de rua.

Neste horizonte de reconstrução e esperança, os **Cadernos de Educação Popular em Saúde** são um convite à cooperação, ao diálogo e à ação, dirigidos a trabalhadores, trabalhadoras e movimentos sociais comprometidos com a defesa da vida e com a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A saúde se constrói com participação e valorização das lutas sociais. Com esperança e compromisso, entregamos esta obra às mãos de quem ousa sonhar em transformar a realidade e construir uma sociedade mais justa e democrática, onde todas as pessoas possam viver com saúde e assumir o protagonismo de sua própria história.

Viva os povos brasileiros, a educação popular em saúde e a democracia!

*Ministério da Saúde*

# Prefácio

“Não entendo a existência humana e a necessária luta para fazê-la melhor, sem esperança e sonho.”

Paulo Freire

A participação social em todas as políticas é uma das pautas fundamentais para o governo federal sob o comando do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No caso da saúde, além do fortalecimento do controle social em todos os níveis de atenção e governança do Sistema Único de Saúde (SUS), a ampliação do engajamento ativo de movimentos sociais na formulação das políticas e em projetos e programas também impulsiona as experiências de educação popular em saúde e o convite à solidariedade ativa.

A produção do III Caderno de Educação Popular em Saúde é um marco na retomada da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS) instituída em 2013. A Política, que tinha sido abandonada pelo governo anterior, manteve-se viva nos territórios, e as experiências aqui relatadas são a concretização desta realidade e resiliência.

O resgate da PNEPS-SUS acontece com a constituição de um fórum de debate e planejamento, a Comissão de Articulação e Assessoramento ao processo de fortalecimento da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no Sistema Único de Saúde (Articula PNEPS-SUS). O fórum é um espaço de participação social prévio ao Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde (CNEPS). A composição do Articula PNEPS-SUS definiu, entre outras ações, a reedição do Curso de Aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde (EdPopSUS), a criação de uma especialização em Educação Popular em Saúde e uma nova edição do Caderno de Educação Popular em Saúde.

Tendo por base as duas edições anteriores, o Caderno de Educação Popular em Saúde vem sendo amplamente utilizado como fonte de formação e informação para trabalhadoras e trabalhadores da saúde, para estudantes em salas de aula e nos programas de extensão univer-

sitária. O Caderno é referência de informação para movimentos populares e pesquisadores, entre outros atores e atrizes que promovem o cuidado e a educação em saúde nos territórios.

Nesta edição, temos um número grande de experiências que demonstram a resistência e a luta de movimentos populares, de trabalhadoras e trabalhadores e de instituições de ensino no cuidado em saúde, ante os desafios impostos pela covid-19 e suas consequências no campo e na cidade. O Caderno também destaca a articulação de redes internacionais que reafirmam o legado de Paulo Freire para compreensão das necessidades reais dos povos, confirmando que a leitura de mundo precede a leitura das palavras.

Textos são ferramentas para ativar e potencializar o esperar para comunidades, grupos e relações de cuidado, gestão e participação. São registros da resistência do povo em tempos adversos, a partir da produção de vida e saúde, da leitura da realidade, da solidariedade e da interação entre pessoas. Sujeitos com suas histórias e sonhos individuais e coletivos, ancestrais e vindouros, no campo, na cidade, nas florestas e nas águas, que nos ajudam a refletir com criticidade e interseccionalizar os contextos diversos.

A leitura do que é apresentado é um convite a seguir nas lutas por democracia inclusiva e participativa em um governo que se esmera para reafirmar cotidianamente a potência de seu(s) povo(s). O III Caderno traz, assim, a oportunidade de disseminarmos um conjunto de informações necessárias para que todos, todas e todes sintam-se parte da construção e da defesa do SUS.

**Secretaria Executiva**  
**Departamento de Gestão**  
**Interfederativa e Participativa**



01

**Construindo  
caminhos**

# Contribuições pedagógicas, interculturais e epistemológicas da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do SUS

## **Maria Rocineide Ferreira da Silva**

Enfermeira, doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Ceará (UFC), professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE) cedida ao Ministério da Saúde como Coordenadora Geral de Educação Popular em Saúde.

## **Oswaldo Peralta Bonetti**

Enfermeiro, mestre em Saúde Coletiva pela Universidade de Brasília (UnB), servidor federal, tecnólogo, coordenador do Núcleo Angicos da Escola de Governo Fiocruz Brasília, integrante da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS) e do GT de Educação Popular em Saúde (EPS) da Abrasco.

## **Vera Lúcia de Azevedo Dantas**

Médica, doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestra em Saúde Pública pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e integrante da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS) e do GT de Educação Popular em Saúde (EPS) da Abrasco.

## **Vanderléia Laodete Pulga**

Filósofa, doutora em Educação com ênfase na Saúde, professora no curso de Medicina, da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Passo Fundo – RS (UFFS), integrante da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS) e membra do GT de Educação Popular em Saúde (EPS) da Abrasco.

## **Swedenberger do Nascimento Barbosa**

Odontólogo, doutor em Bioética pela Universidade de Brasília (UnB), professor na Universidade de Brasília (UnB), Chefe do Gabinete Adjunto de Gestão Interna do Gabinete Pessoal do Presidente da República.



**Introdução** A Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS), instituída pela Portaria n. 2.761 do Ministério da Saúde em 2013, constitui uma das políticas inovadoras do Sistema Único de Saúde (SUS), tanto pelo seu processo participativo de elaboração quanto pelo que representa de potencialidade para o fortalecimento e a qualificação da saúde e da democracia no Brasil. Entretanto, no período de 2016 a 2022<sup>1</sup>, tal política passou por um processo de tentativa de apagamento e negação, consubstanciado pelo desfinanciamento e pela desestruturação no Ministério da Saúde. Mesmo assim, ela seguiu viva, abrindo trilhas em territórios locais, estaduais, regionais e construindo novas institucionalidades por meio do protagonismo de sujeitos e instituições implicados com o campo popular, no exercício da resistência em defesa da vida e dos direitos.

Nossa perspectiva é a reflexão sobre as contribuições pedagógicas, interculturais e epistemológicas da PNEPS-SUS e seus desdobramentos, sem a pretensão de realizar uma análise detalhada das ações da política e uma reconstituição histórica linear e formal.

Para tanto, é fundamental pensar: que princípios estruturaram essa sementeira e como se reafirmou nesse período o Estado democrático de direito?

A reflexão sobre a implementação da PNEPS-SUS nesse momento de reafirmação do SUS e das políticas garantidoras da cidadania, em 2025, remete à importância da historicidade como um dos princípios da educação popular, contribuindo para a leitura crítica da realidade e a compreensão dos processos instituintes e instituídos.

<sup>1</sup> O período histórico de 2016 a 2022 foi marcado pelo golpe que retirou a Presidente Dilma do poder, deixando seu vice, Michel Temer, no lugar para então vir a eleição do Presidente Jair Bolsonaro. Um período marcado pela retirada dos direitos e ameaça aos processos democráticos no Brasil.



## Dimensão histórica, intencionalidades e institucionalidades

A educação popular em saúde (EPS) surge no seio das lutas populares por direitos e democracia no Brasil e se entrelaça na luta pela reforma sanitária e

a construção do SUS. Entra na agenda política do Estado brasileiro na primeira gestão do governo Lula, em 2003, com a abertura de espaços de debate e formulação com participantes de coletivos e movimentos de educação popular em saúde. Em 2013, é instituída como política no SUS em meio à tensão produzida pelos sujeitos que se tornaram interlocutores na construção compartilhada de uma política pública (Brasil, 2013; Pedrosa, 2021).

É importante considerar que essa política foi constituída a partir de uma escuta coletiva ampliada com a diversidade de vozes, sobretudo das populações em situação vulnerável, reafirmando a perspectiva da pedagogia do oprimido e da esperança proposta por Paulo Freire, que afirma o direito dos oprimidos e das oprimidas à palavra: “Dizer a palavra, em um sentido verdadeiro, é o direito de expressar-se e expressar o mundo, de criar e recriar, de decidir, de optar” (Freire, 1985, p. 49).

Nesse sentido, foi fundamental a criação de espaços políticos na estrutura do Ministério da Saúde (MS), inicialmente junto à Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), sendo depois incorporados à Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP) por meio da primeira Coordenação Geral de Educação Popular em Saúde.

Nesses momentos prévios, a educação popular em saúde ocupou espaços de debate sobre a formação na saúde, a educação permanente para o trabalho, a participação popular e o controle social no SUS, assim como evidenciou um modo de pensar e agir na gestão democrática e popular.

Uma das iniciativas pioneiras de fortalecimento do referencial da educação popular em saúde nos processos formativos desenvolvidos em âmbito federal foi a incorporação, na coordenação pedagógica do Programa de Apoio ao Fortalecimento do Controle Social no Sistema Único de Saúde<sup>2</sup>, de educadores(as) articulados(as) às redes que conquistaram a institucionalidade da Educação Popular em Saúde no Ministério da Saúde. Nesse processo, houve um rompimento com a verticalização presente nas versões anteriores de capacitação, o que possibilitou uma abordagem participativa e problematizadora da realidade.

<sup>2</sup> Um processo de formação que teve mais de 80 mil conselheiros de saúde e atores sociais envolvidos em todas as regiões do Brasil, possibilitando a construção conjunta com o Conselho Nacional de Saúde da Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS em 2007; rompendo com a categoria de “Programa de Capacitação” para assumir uma concepção processual, dinâmica e permanente de formação de conselheiros de saúde e atores sociais.

Logo nos primeiros aprendizados, identificou-se a importância do trabalho em rede, articulando atores da sociedade civil e do governo, com a presença de sujeitos dos movimentos sociais populares no governo federal (“pé dentro e pé fora”). Essa sinergia dialógica, crítica, amorosa e estratégica apontava para necessárias transformações nos modos relacionais e nas estruturas do SUS na intenção de materializá-lo em seu caráter universal, integral, equânime e participativo. Com essa perspectiva, foram identificados, reconhecidos e “animados” grupos, coletivos e movimentos de âmbito local e nacional, possibilitando a criação de novas articulações, como a Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde (ANEPS)<sup>3</sup>.

Vale destacar a importância da participação efetiva da representação dos coletivos, redes e movimentos articulados à educação popular em saúde no espaço instituído do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Nesse contexto, as políticas e estratégias desencadeadas pelo Departamento de Educação Popular da Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR) foram fundamentais e culminaram na criação do *Marco de referência da educação popular para as políticas públicas* para orientar as ações educativas desenvolvidas pelo governo federal.

A perspectiva da formulação da PNEPS-SUS demandou a criação do Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde (CNEPS). Instituído em 2009, o CNEPS contava, então, com a participação de integrantes de movimentos sociais populares, educadores populares não organizados em movimentos de representatividade nacional, além de setores e/ou áreas técnicas das políticas do próprio Ministério da Saúde. A intencionalidade era abrir espaço para escuta e vocalização desses segmentos e propiciar a construção de uma *institucionalidade fluida* que pudesse ir além da orientação legalista burocrática (Bonetti, 2021) e, ao mesmo tempo, de forma dialógica, acolher os desejos expressos nessas vozes e incluí-los no arcabouço legal necessário a uma política como princípios pedagógicos da educação popular em saúde, tais como: **diálogo, amorosidade, problematização, construção compartilhada do saber, emancipação e compromisso com a construção de um projeto democrático popular** (Brasil, 2013).

Compreende-se a complexidade de materializar essas intenções e desejos em cenários de disputa por hegemonia política dentro e fora do espaço governamental e de incluir, como aponta David

<sup>3</sup> A ANEPS é uma articulação nacional criada em 2003 com a presença de movimentos locais e nacionais.

(2021), princípios epistemológicos e ético-políticos que, em verdade, são expressões da luta social, contrários a um sistema historicamente opressor e indutor de invisibilização dos modos de viver e estar no mundo desses sujeitos que buscam se fazer ouvir.

Assim, a PNEPS-SUS tem a força e a potência de processos de luta, resistência e protagonismo popular que vêm se construindo historicamente no Brasil em cenários democráticos e na resistência popular nos períodos sombrios e adversos.



## As contribuições da PNEPS-SUS nas dimensões epistemológica, pedagógica e intercultural

O desafio colocado é a identificação das contribuições da PNEPS-SUS a partir dos eixos que foram desenhados em seu plano operativo, refletindo sobre como as dimensões epistemológica, pedagógica e intercultural delineadas em sua construção têm ganhado materialidade nas diversas ações,

cujo impacto apresenta confluência com a aposta nas forças instituintes evidenciadas nos territórios de produção da vida.

Entre as ações propostas pela PNEPS-SUS e efetivadas no eixo da **formação, comunicação e produção do conhecimento**, evidenciamos o EdPopSUS<sup>4</sup>, que se estabeleceu como uma das estratégias de implementação da política com maior capilaridade em âmbito nacional, alcançando todas as regiões do País.

Esse processo formativo seguiu desenvolvendo-se mesmo durante o período em que seu financiamento via Ministério da Saúde foi suspenso, abrindo trilhas a partir de iniciativas locais e estaduais e com o material pedagógico construído coletivamente como referência para sua execução.

As contribuições dessa experiência, retomada pelo Ministério da Saúde a partir de 2024, expressam-se em várias dimensões: desde a construção compartilhada de sua proposta pedagógica – o material educativo produzido, a descentralização pelos estados e regiões, abordagens metodológicas participativas e problematizadoras – ao protagonismo de educadores(as) e educandos(as) na produção de conhecimentos.

<sup>4</sup> EdPopSUS é a sigla do Programa de Formação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Agentes de Endemias (AE) e Lideranças Comunitárias desenvolvido no Brasil como uma das estratégias de implementação da PNEPS-SUS. Foi formulado e coordenado pela Coordenação Geral de Educação Popular em Saúde do Departamento de Gestão Participativa da SGEP/MS, executado pela Escola Politécnica Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz no período de 2014 a 2016, formando em torno de 60 mil agentes pela perspectiva da educação popular em saúde.

Em um primeiro momento, referenciamos questões emblemáticas para o campo pedagógico a partir dos processos formativos. Na dimensão epistemológica, trazemos reflexões sobre matrizes que surgem na prática pedagógica desse percurso e que são, geralmente, pouco consideradas nos processos educativos convencionais.

Entre essas matrizes, referenciamos a ideia de aprender com o corpo todo, reflexão de uma educadora do curso em sua dissertação de mestrado sobre a percepção de educadores(as) durante a formação. Essa matriz dialoga com uma “concepção imanente de educação partindo da formação para a (trans)formação dos sujeitos a partir do que são e do que vivem” (Dantas; Silva; Junior, 2020, p. 15). Freire afirma que o ato de pensar envolve o corpo inteiro, não apenas a mente, e considera o ser humano um “corpo consciente” em relação constante com o mundo. Ele nos lembra que a subjetividade “toma corpo na objetividade”, constituindo “uma unidade dialética que produz um conhecer solidário com o agir e vice-versa” (Freire, 1980, p. 74).

Essa concepção também se expressa em Fals Borda (2015), que nos lega a perspectiva de “sentipensar” na produção de conhecimento, e se impulsiona em processos desencadeados a partir do eixo da formação da PNEPS.

Podemos trazer à tona o Curso de Especialização e Aperfeiçoamento em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido (Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz CE) – EdPopSUS e o Curso de Especialização em Educação Popular em Saúde e Territórios Saudáveis e Sustentáveis (Fiocruz Brasília), nos quais foi possível experimentar produção de saberes na interação entre as pessoas, dando oportunidades de dialetizar denúncias de situações de injustiça e anúncios nos lembrando que o utópico não é irrealizável (Freire, 1980).

Nas palavras do poeta Ray Lima:

Pensar-agir para além do palpite,  
Pelo senso crítico encontrar saída;  
Simples caminhos pelo chão da vida  
A destrinchar as situações-limite  
Que bloqueiam a vida sem ninguém sentir,  
Opondo o ser a seu próprio existir.  
No tempo-lugar reflexo e não dado  
Co’o saber de experiência o aprendizado:  
Novo é o problema superado indo  
E alegremiando o bem viver surgindo  
(Lima *apud* Dantas *et al.*, 2019, p. 20).

Diante disso, podemos nos questionar: como essas experiências e expressões geram conceitos necessários ao tempo presente?

Outra dimensão importante que surge nas reflexões produzidas a partir dos processos educativos mencionados, dialogando com as questões já apontadas, é a da amorosidade, que tem se colocado como elemento de fortalecimento de vínculos e de respeito entre todos que compõem o processo pedagógico, atuando como mediadora e facilitadora da formação de coletividades, da ação em rede e do sentido de pertencimento a um projeto comum de saúde, educação e sociedade (Cruz *et al.*, 2021). Inspirada na construção freiriana, a amorosidade é expressa como um princípio da PNEPS-SUS (Brasil, 2013). Evidencia o afeto como compromisso com o outro e se faz cheio de solidariedade e humildade, estabelecendo uma relação horizontal entre educador e educando (Miranda; Messias, 2023).

Assim como é impossível haver construção compartilhada sem diálogo e sem amorosidade, não há amorosidade freiriana sem a conjugação do compromisso com as classes populares. Freire reafirma a necessidade do exercício de relações horizontais como forma de materializar a amorosidade, podendo romper e superar todas as formas de dominação, opressão, exploração, alienação e violência: o exercitamento das relações entre as pessoas de forma que o poder seja compartilhado, que cada um(a) seja reconhecido(a) e respeitado(a) por aquilo que é enquanto ser humano. Assim, a amorosidade, como caminho orientador das experiências formativas a que nos referimos, tem propiciado: problematização, desnaturalização e enfrentamento ao que produz destruição da vida e construção de novos modos de agir, mesmo nas microrrelações familiares, de trabalho, de atuação política, educativa ou de cuidado em saúde.

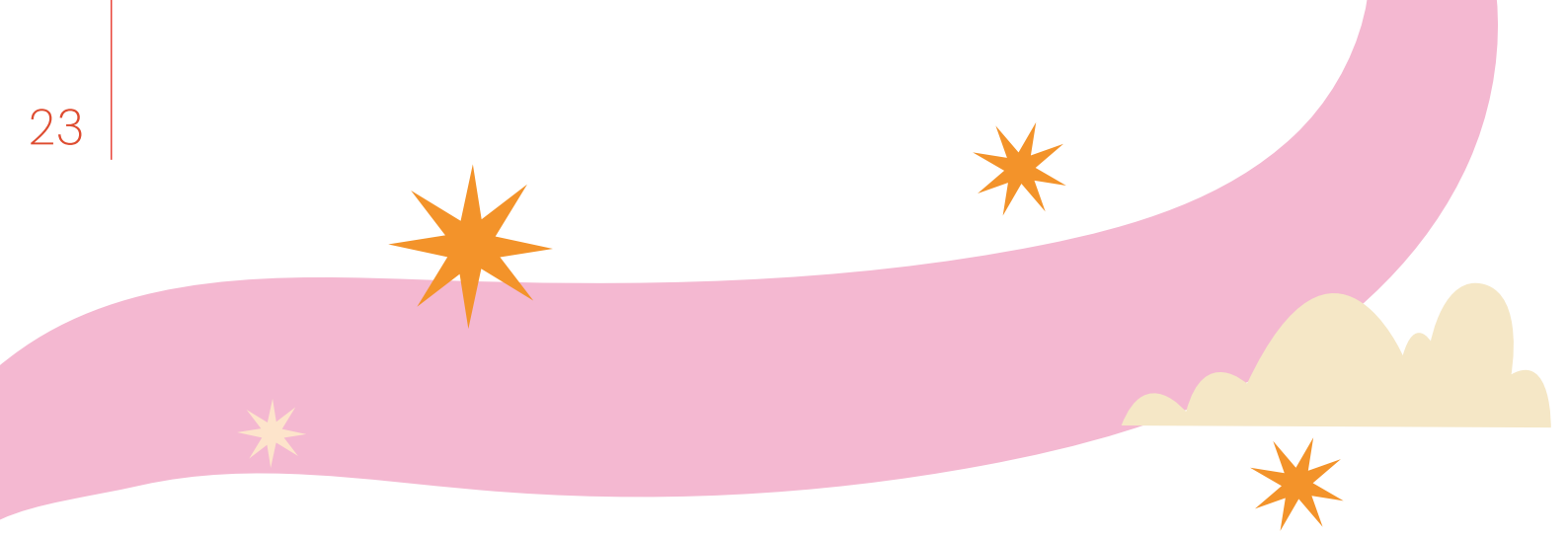


No contexto da PNEPS-SUS, o princípio da amorosidade se expressa em múltiplas dimensões. Alguns dos processos formativos que efetivaram a trilha da formação aprofundaram algumas dessas dimensões, como a amorosidade enquanto relação, compromisso ético-político com o amor incondicional ao ser humano (em todas as suas formas de ser, sem preconceitos e julgamentos), a todas as formas de vida e ao mundo.

Nos momentos de construção teórica, foi possível aprofundar essa questão considerando o ser educador(a)/cuidador(a) e o desafio da construção da dignidade humana, a consciência do inacabamento humano e a necessidade de nos movermos em busca de sermos mais enquanto pessoas. Problematizar a construção do humano em nós contribuiu no exercício cotidiano de relações pautadas em respeito, alteridade, empatia, valorização e reconhecimento do outro enquanto pessoa e na recusa de todas as formas de coisificação do ser humano.

Além disso, a vivência da amorosidade está implicada com o reconhecimento da cidadania de todos os seres humanos, daqueles com os quais desenvolvemos as relações na saúde e, em especial, com aqueles em situação de iniquidade, sobre os quais o compromisso ético-político com a vida e com as classes populares exige de nós ações para seu fortalecimento tanto individualmente como coletivamente por meio de movimentos e organizações populares, a fim de que possam ter garantidos seus direitos humanos, sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais. Isso requer o reconhecimento da existência plena, dos saberes e potencialidades de cada cidadão e cidadã:

O opressor só se solidariza com os oprimidos quando seu gesto deixa de ser um gesto piegas e sentimental de caráter individual e passa a ser um ato de amor àqueles. Quando, para ele, os oprimidos deixam de ser uma designação abstrata e passam a ser os homens concretos, injustiçados e roubados. Roubados na sua palavra, por isto no seu trabalho comprado, que significa a sua pessoa vendida. Só na plenitude deste ato de amar, na sua existencição, na sua práxis, constitui-se a solidariedade verdadeira. Dizer que esses homens são pessoas e, como pessoas, são livres, e não concretamente fazer para que essa afirmação se objective é uma farsa (Freire, 1987, p. 20).



Uma categoria que emerge nos frutos desses processos formativos induzidos pela PNEPS-SUS é a ideia de Coracionar – ou *Corazonar*, como em espanhol. Embora não seja algo presente nas obras freirianas nem no texto da política, dialoga com as reflexões já trazidas na discussão da amorosidade. Pouco reconhecida pelos espaços acadêmicos, essa ideia emerge dos atravessamentos com saberes dos povos originários do sul em meio a abordagens decoloniais. Sobre ela, Guerrero Arias nos lembra que:

hoy sabemos que existimos, no sólo porque pensamos, sino porque sentimos, porque tenemos capacidad de amar. Por ello, hoy se trata de recuperar la sensibilidad, de abrir espacios para corazonar desde la insurgência de la ternura, que permitan poner el corazón como principio de lo humano, sin que eso signifique tener que renunciar a la razón, pues de lo que se trata es de dar afectividad a la inteligencia (Arias, 2010, p. 11).

Nas experiências formativas a que nos referimos, o sentido de coracionar surge como possibilidade de ruptura com processos fragmentados de formação e construção do conhecimento, de inclusão de sujeitos(as/es) com suas culturas, ancestralidades, singularidades e modos de vida.

Seguindo nas contribuições para o campo pedagógico, os modos de realizar tais processos educativos vão desvelando práticas e abordagens metodológicas participativas e problematizadoras que evidenciam a capacidade não só de produzir criticidade, mas de se constituir incluindo fluidez nos processos, criatividade, amorosidade e alegria.

Essas contribuições expressas no EdPopSUS, nas especializações realizadas no Ceará e em Brasília nos convidam também a refletir sobre potências comunicativas que surgem no contexto de movimentos sociais e populares e que ajudam a produzir outras presencialidades, especialmente como na experiência da especialização articulada pela Fiocruz Brasília. Atravessada pela pandemia, provocou educadores(as) e educandos(as) a experimentar em potencialidades criativas e pensar rituais, cirandas pedagógicas e outras estratégias para, de modo leve, coletivo e problematizador em espaços e salas virtuais, envolver pessoas de diferentes territórios e culturas.

Cabe atenção para o reconhecimento da dimensão humana que se expressa na criatividade, nas múltiplas formas da arte e das diversas expressões de linguagens que tiveram espaço nos processos desenvolvidos de forma articulada à PNEPS-SUS. Ângela Linhares, em fala durante o curso de Especialização e Aperfeiçoamento em Educação Popular e Promoção dos Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido, enfatiza o papel da arte como “espaço da educabilidade do humano e da relações (Lima; Dantas, 2021, p. 79), e que, como relação, permeia, transcende, trazendo as pessoas, mobilizando-as a imergir no processo pedagógico, despertando forças, desejos, paixões alegres, no dizer de Baruch de Spinoza.

Ainda de acordo com Linhares (2017), a arte em processos formativos propiciou movimentos dialógicos e dialéticos entre o consciente e o inconsciente, incorporou a dimensão do sensível e da criatividade que, por sua vez, puderam conectar-se a uma matriz política e estética que incluiu os **saberes das experiências feitas** das pessoas e coletivos assim como suas culturas. Ao incluir as pessoas em suas diversidades, interseccionalidades, foi possível desvelar processos de exclusão, invisibilização e potencialidades reais e emergentes, apontando para ações transformadoras da realidade em uma perspectiva esperançosa e emancipatória.

Outra questão a destacar nesse percurso diz respeito à produção de conhecimento. Embora no espaço acadêmico a educação popular em saúde ainda esteja como um campo em construção, iniciativas como o **Prêmio Victor Valla de Educação Popular em Saúde** são possibilidades de promover a visibilidade de experiências situadas no campo popular e que delineiam caminhos possíveis de produção compartilhada de conhecimento em que sujeitos populares se incluem com a garantia de suas autorias.

Nesses percursos, destacamos diálogos da educação popular com abordagens participativas e decoloniais de pesquisa, como: investigação-ação-participativa, sistematizada pelo colombiano Orlando Fals Borda (2015); pesquisa participante, protagonizada por Carlos Rodrigues Brandão (2007); sistematização de experiências, proposta por Oscar Jara (2012); e ciranda de aprendizagem e pesquisa, proposta por Dantas (2009), que dialoga com essas várias abordagens e incorpora a arte como dimensão fundante da construção do conhecimento.

Outro aspecto político-metodológico importante é a articulação entre gênero, raça/etnia, classe e geração como elementos estratégicos para a reflexão e análise problematizadora dos processos e relações histórico-atuais, necessárias para a compreensão das realidades e das possibilidades de superação de todas as formas de exploração, opressão, discriminação, preconceitos e violências contra os seres humanos e todas as formas de vida, como visto nas pesquisas feitas com mulheres camponesas (Pulga *et al.*, 2024).

Essas experiências, efetivadas por meio de cursos de especialização, em residências, na área profissional da saúde e em outros percursos acadêmicos, como mestrados e doutorados, estão disponibilizadas em periódicos, livros e coletâneas e têm evidenciado as possibilidades de produzir conhecimento em diversas linguagens e a potência de diálogos com sujeitos com diferentes saberes sem produção de hierarquias excludentes e sem abafamento de vozes dissonantes, referenciando o que Mikhail Bakhtin cunhou de polifonia ao falar do dialogismo (Bakhtin, 2003).

Além disso, iniciativas de inclusão da perspectiva da educação popular em saúde em cursos de graduação na área também vêm produzindo diferenciais e singularidades, em especial em cursos de medicina quanto a componentes curriculares da saúde coletiva, em projetos de extensão e cultura e em vivências e estágios no SUS, como o Vivências e Estágios na Realidade do SUS (VER-SUS) e Vivências de Extensão em Educação Popular e Saúde no SUS (VEPOP-SUS), e suas modalidades em parceria com movimentos sociais populares.

Nesse sentido, a Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Passo Fundo, e a Universidade Federal do Piauí, Campus Parnaíba, viabilizaram um conjunto de iniciativas de educação popular em saúde, promoção da equidade, do direito à saúde e de fortalecimento da participação social. Disso decorrem as vivências e interações de estudantes de medicina e residentes multiprofissionais em saúde com os diferentes pontos das redes de aten-

ção à saúde no SUS e as comunidades quilombolas, indígenas, assentadas rurais de reforma agrária, comunidades de periferia urbana assim como grupos e movimentos sociais de mulheres camponesas, mulheres negras, trabalhadores(as) e associações, como as de surdos e cegos, articuladas com a ANEPS.

As ações de interação e produção compartilhada de saberes e práticas com essas comunidades e as equipes de saúde são marcantes, pois são construídas em conjunto com as lideranças dessas comunidades, com as secretarias de saúde e de educação em cada território onde acontecem esses processos.

Debruçar-nos sobre as potencialidades dessas construções históricas nos leva a problematizar sobre como – ao mesmo tempo e sem desconsiderar o vivido – a PNEPS-SUS poderia, nesse momento de retomada, promover iniciativas que possam ampliar esses canais de produção dialógica e compartilhada de conhecimento, promover a inclusão de novos e antigos sujeitos e dar visibilidade a esses processos?



Seguindo as marcas de outro eixo da PNEPS-SUS, lançamos o olhar sobre as contribuições que se materializam no campo da participação e da gestão. Cabe a nós questionarmos se experiências desencadeadas ou apoiadas pela proposição dessa política puderam trazer luz a processos menos verticais de gestão em que fosse possível acolher a diversidade de vozes, incluindo as institucionais.

Aqui, nós nos debruçamos sobre a experiência das Cirandas da Vida em Fortaleza, que nasceu em 2005 da interação e do protagonismo de movimentos e práticas que constituíram a ANEPS. As Cirandas se caracterizaram como rodas no contexto da Secretaria Municipal de Saúde e se propuseram a buscar a perspectiva popular na luta pelo direito à saúde com educadores(as) oriundos de movimentos populares como protagonistas de ações de transformação das situações-limite da sua realidade, articulando o princípio de comunidade com a esfera institucional (Dantas, 2009).

A inclusão desses sujeitos na esfera institucional trouxe inquietações entre ação política e fortalecimento dos espaços organizacionais do movimento e da comunidade, mas pôde incluir, nas rodas de gestão, dimensões subjetivas, culturais, modos de trabalhar, os tensionamentos que expressam a necessidade de a gestão incluir o saber e a experiência popular. A educação popular e as potências de seus e suas protagonistas nessa experiência trouxeram a arte como possibilidade de alimentar uma cultura de saúde e promover diálogos entre o princípio de comunidade e a esfera institucional (Dantas, 2009).

A permeabilidade a esses sujeitos na tomada de decisão política ampliou a possibilidade de se territorializar e reconhecer protagonistas locais e revelou potencialidades e desafios no espaço instituinte de exercício de poder compartilhado (Pedrosa, 2008), em que o princípio de comunidade busca efetivar transformações e contribuir para a formulação de políticas,

renovando as relações sociais no convívio com a diversidade cultural como também vai laborando novos sentidos e direções para a ação governamental, revitalizando-a, chamando-a a pensar coletivamente e ouvir os contextos concretos das comunidades, seus conhecimentos, desejos e necessidades (Dantas, 2009, p. 275).

Os encontros, colóquios, seminários e oficinas realizados em todas as regiões do Brasil, articulando as experiências de edu-

cação popular em saúde protagonizadas pela ANEPS, vêm fortalecendo articulações potentes para incidir em políticas públicas e atuar nos territórios.

Ainda no campo da participação, Bonetti (2021) fala sobre a aproximação com e o reconhecimento de demandas de segmentos em situação de iniquidade, como populações camponesa, LGBTQIAPN+ e negra no processo de construção e formulação da política, contribuindo para a ampliação dos comitês de equidade e a diversificação das representações da sociedade civil no CNS, em conselhos estaduais, municipais e locais de saúde, acolhendo alguns segmentos historicamente excluídos do processo decisório e de participação no SUS.

Sem querer sistematizar ou descrever a importância e a potencialidade política e metodológica de cada conferência livre organizada no campo da educação popular em saúde no calendário das últimas Conferências Nacionais de Saúde, importa mencionar que elas foram formuladas em parceria com um vasto conjunto de movimentos sociais populares, congregando as múltiplas territorialidades e pautas, mais uma vez destacando a importância da solidariedade e do sentimento de pertencimento no caminho da construção de um projeto popular de saúde, consubstanciado no SUS.

Assim, além de espaço de articulação e mobilização, de relevante importância para os processos de resistência no campo da organização popular, não só no que diz respeito à necessária defesa da democracia e do SUS frente a ameaças da necropolítica ainda tão expressas, as conferências livres de EPS contribuíram para as disputas no âmbito institucional, destacando e dando a importância à participação e ao controle social frente à cultura autoritária a ser superada, seja por meio das movimentações políticas que o seus processos organizacionais por si já desencadeavam, seja agregando valor com a formulação de propostas e diretrizes comprometidas com o resgate e a retomada da PNEPS-SUS no âmbito das políticas de saúde<sup>5</sup>.

Como reconhecer as forças produtoras no cotidiano da participação cidadã, mobilizadoras de corpos e sentidos, que apostam no exercício da essência da política que é o bem comum? Essa é uma das questões que podem impulsionar processos de fortalecimento de uma democracia participativa que amplia a dimensão representativa.



<sup>5</sup> Destacam-se como as principais conferências livres realizadas, todas de forma híbrida, mas com participação presencial expressiva: Conferência Livre de EPS realizada em 2019, no processo de desenvolvimento da 16ª CNS em Passo Fundo; Conferência Livre Nacional de Educação Popular em Saúde: “Os inéditos viáveis para o Brasil que queremos – a educação popular em saúde na defesa da vida, do SUS e da democracia” realizada em Brasília em 2023, no processo de desenvolvimento da 17ª CNS; 1ª Conferência Livre Nacional de Educação Popular na Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde realizada em Brasília, no âmbito da 4ª Conferência de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde, realizada em 2024.

## A PNEPS-SUS e o direito à saúde como expressão do cuidado à vida

O eixo do cuidado trouxe a importância da integralidade da atenção à saúde da população no SUS, evidenciando aprendizados acerca da importância das práticas populares de cuidado e das medicinas an-

cestrais indígenas e de matrizes africanas. Importante destacar que a política se ancora em uma concepção integral de cuidado do ser humano, que inclui dimensões como a espiritualidade, a ancestralidade e a cultura em relação com a natureza e seu contexto social (Brasil, 2013).

Desse modo, dialoga-se com a concepção apresentada por Leonardo Boff (1999; 2002) que considera o cuidado como um modo-de-ser, como relação amorosa com a realidade, cuja ética se orienta na defesa da vida e das relações solidárias e pacíficas entre os seres humanos e com os demais seres da natureza, como possibilidade de promoção da cordialidade e do convívio. Esse olhar sobre o cuidado também se aproxima da noção de bem viver, na qual a natureza é compreendida como um ser vivo e em que se busca a convivência harmoniosa entre natureza e humanidade (Acosta, 2016).

Acosta (2016) nos convida a pensar que essa construção inclui de modo mais amplo a reflexão sobre as estruturas capitalistas-racistas-coloniais e do patriarcado, as dimensões culturais, sociais, políticas e econômicas.

Nessa mirada, a PNEPS-SUS reafirma jeitos de cuidar da saúde historicamente aprendidos nas práticas populares de cuidado e a necessidade de reconhecimento das lideranças comunitárias que sempre estiveram presentes com práticas de cuidado com a saúde e a vida, de resistência e insurgência ao comando do capital. Dantas e Pulga (2020) as consideram práticas sociais por se constituírem no encontro entre sujeitos diferentes, partindo de um olhar que os acolhe em sua inteireza de modo a reconhecer e incluir as múltiplas dimensões da vida e das culturas: seus saberes-de-experiências-feitos e os contextos sociais, econômicos, políticos e culturais. Elas buscam contribuir com a corresponsabilização dos sujeitos no enfrentamento às situações desafiadoras do mundo e a promoção de solidariedade, autonomia e emancipação.

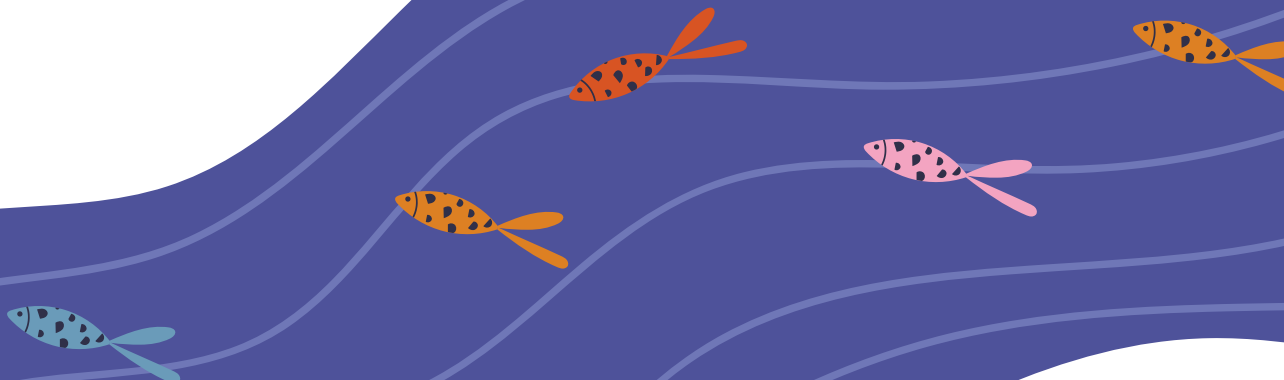
Em mais de uma década de PNEPS-SUS, as Tendões Paulo Freire, as experiências desenvolvidas em ações de extensão popular – como na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Universidade

Federal da Fronteira Sul (UFFS), a Universidade Estadual do Ceará (Uece) a partir da experiência do Ekobé – nas residências em saúde da família e comunidade e no contexto de alguns movimentos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento Popular de Saúde (MOPS), ANEPS, entre outros, têm trazido aprendizados fundamentais sobre a importância dessas práticas.

Essa caminhada, no que concerne ao cuidado, também é desveladora de aproximações com as práticas integrativas e complementares em saúde (PICS), que são abrigadas em uma política que se constituiu anteriormente à PNEPS-SUS. Essa aproximação se faz também com tensionamentos, especialmente porque, para Dantas e Pulga (2020), as dinâmicas das práticas populares de cuidado não conseguem se inserir em protocolos assistenciais dos serviços de saúde moldados pela necessidade de definir papéis e competências de determinadas categorias profissionais.

Nesse sentido, esse é um ponto a ser trabalhado pela política, trazendo o questionamento: como produzir diálogos entre as práticas populares de cuidado e as PICS no contexto do SUS sem que essas práticas sejam capturadas pela lógica hegemônica de abordagens terapêuticas verticalizadas, em que os sujeitos possam incluir seus saberes-de-experiências-feitos e ser responsáveis pelos seus processos de cuidado?

No período da covid-19, no qual o SUS vivenciou a maior crise de sua existência, em função de impactos profundamente agravados pela cultura negacionista e pela falta de gestão da crise por parte do governo federal daquele momento, a educação popular em saúde expressou sua força, sua potência e sua vitalidade na defesa e no cuidado com a saúde e a vida, contribuindo sobremaneira para mitigação dos impactos do abandono enfrentados pelos territórios.





Com a criação dos Comitês Populares pela Vida, Saúde e Democracia nos territórios, foram gestadas experiências, como Mãos Solidárias, formação de agentes populares de saúde com a Fiocruz, o MST, a ANEPS e outros movimentos sociais populares, além das iniciativas de vigilância popular em saúde (VPS). Processos de formação, de resistência, de luta e de organização popular, de participação e controle social foram implementadas.

Um exemplo clássico, devido a seu sucesso e poder de mobilização e articulação, foi a formação de agentes populares de saúde no enfrentamento da pandemia. Prova da potência desse legado forjado no referencial da EPS durante a pandemia é que, assumida a nova gestão do Ministério da Saúde no Governo Lula, foi instituído o Programa de Formação de Agentes Educadores e Educadoras Populares (AgPopSUS) (Brasil, 2023). A formação de agentes foi desenvolvida em vários estados e inúmeros territórios do País.

Assim, destaca-se a importante contribuição que a Fiocruz, por meio de suas unidades, em especial a de Pernambuco – estado pioneiro na experiência, assim como o Distrito Federal – teve com movimentos sociais populares no desenvolvimento da formação e estímulo à instituição das necessárias redes solidárias. Segundo Mello *et al.* (2021), por meio de ações de solidariedade voltadas inicialmente a arrecadação e distribuição de alimentos, material

de higiene pessoal e confecção de máscaras faciais para as populações em situação de rua na cidade do Recife-PE, a Campanha Mãos Solidárias (CMS) passou à organização de cozinhas solidárias, bancos populares de alimentos e roçados solidários e à formação de agentes populares de saúde, entre outras ações que visavam a organização popular e garantia de direitos, expandindo-se para a região metropolitana, para o interior e, posteriormente, como experiência modelo para outros estados brasileiros.

Analizando os processos instituintes da educação popular em saúde, em especial no período de obscurantismo em que a PNEPS-SUS foi totalmente despriorizada pela gestão federal, mais uma vez é evidenciado o papel da Fiocruz quando se observa a implementação, em conjunto com a Escola de Governo da Gerência Regional de Brasília, do Núcleo de Educação Popular, Cuidado e Participação na Saúde – intitulado Núcleo Angicos em homenagem ao legado freiriano, que teve como um de seus marcos a formação de jovens e adultos na cidade potiguar de Angicos<sup>6</sup>.

Sem desmerecer e reverenciar a devida importância de inúmeras ações, dispositivos e espaços que resistiram, agiram e zelaram pela PNEPS-SUS para que ela não fosse esquecida e deixasse de ser referência para ações no campo da saúde e da defesa da democracia, o Núcleo Angicos esteve presente e apoiou a manutenção de certa conexão entre atores, movimentos e articulações que tiveram papel histórico na formulação da PNEPS-SUS. Como exemplo, destaca-se a Turma da Especialização em Educação Popular na Promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis, que garantiu a articulação de educadores(as) de mais de 13 estados com a Comissão Pedagógica do Curso assim como a formação de agentes populares de forma articulada a inúmeros movimentos sociais populares do Distrito Federal (DF).

Atualmente, o Núcleo Angicos, além de uma série de formações a nível distrital, como a formação de Agentes Populares das Juventudes do DF, o Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica – que tem a EPS como matriz principal de seu projeto político pedagógico –, também tem sido espaço estratégico na parceria com o MS. Em especial, duas importantes iniciativas no atual processo de resgate e reconstrução da PNEPS-SUS têm sido executadas por meio da parceria com o Núcleo Angicos. Sendo elas a implementação de seis turmas da Especialização em EPS nas múltiplas regiões do País, em conjunto da Secretaria Executiva (SE), e a execução do AgPopSUS em conjunto da SGTES em 17 estados brasileiros.

<sup>6</sup> Em Angicos-RN, Freire teve, em 1963, uma vivência alfabetizadora de grande importância nacional e internacional. Em apenas 45 dias, 300 trabalhadores rurais foram alfabetizados. Freire foi, então, convidado, no governo João Goulart, a coordenar o Programa Nacional de Alfabetização, instituído por meio do Decreto n. 53.465 do Ministério da Educação e Cultura (BRASIL, 1964). Porém, naquele mesmo ano de 1964, em função do Golpe Civil-Militar, o método foi considerado subversivo, e Freire ficou preso por 70 dias, exilando-se depois. Assim, na atualidade, Angicos é um dos grandes símbolos da educação popular.

No AgPopSUS, atualmente, está em processo de desenvolvimento a formação de 8 mil agentes nos respectivos estados: são 400 turmas sendo implementadas e desenvolvidas, agregando uma média de 20 educandos, de acordo com a metodologia da alternância, com atividade de concentração e dispersão, em que atividades educativas são desenvolvidas nos próprios territórios dos educandos. Cabe dizer que o Programa AgPopSUS não só reforça princípios já característicos da EPS, o “pé dentro, pé fora” – que são a construção compartilhada e o estímulo ao protagonismo dos setores populares –, como radicaliza nesse sentido. Pela primeira vez, movimentos sociais populares, sejam os de caráter nacional ou os movimentos locais, foram legitimados como agentes de formação desse programa institucional do Ministério da Saúde. Dessa forma, os(as) educadores(as) que vêm desenvolvendo os processos formativos dos agentes foram indicados por cada respectivo movimento social popular selecionado no âmbito da chamada pública da Escola de Governo da Fiocruz de Brasília.

Ao nos debruçarmos sobre questões relativas ao eixo da inter-setorialidade e dos diálogos multiculturais, percebemos que, na verdade, elas atravessam e são atravessadas por outros eixos da PNEPS-SUS.

Retomar questões relativas a cuidado, formação, experiências desenvolvidas em contexto de residências multiprofissionais, em cursos de graduação e pós-graduação, em formação de trabalhadores(as) no SUS expressa possibilidades de se pensar o cuidado à vida frente a emergências climáticas, crise energética, financeira, de água e de produção de alimentos (Camacho Hinojosa, 2020).

Experiências vividas no Grupo Hospitalar Conceição (GHC), em Porto Alegre, com o Chalé da Cultura – referência da implantação de uma política de cultura no GHC –, por meio de uma rede de pontos de cultura e saúde, evidenciaram a possibilidade de promover vivências e oficinas com linguagens da arte e da comunicação para dialogar com o cuidado (Pulga, 2020).

Nesse caminho, podemos referenciar também a experiência do Espaço Ekobé, cuja inspiração foi o Espaço Saúde e Cultura Chê que ocorreu no Fórum Social Mundial em Porto Alegre, 2005. O Ekobé, desde 2005, é gerido coletivamente por sujeitos dos movimentos que fazem a ANEPS no Ceará e a Universidade Estadual do Ceará, realizando, de forma solidária, ações de cuidado, formação em educação popular e práticas integrativas e populares de cuidado em diálogo com a luta popular, em defesa do SUS e do bem viver. A PNEPS-SUS induziu a constituição do espaço físico

atual por meio do apoio a um curso de permacultura e educação popular que envolveu mais de 70 educandos de movimentos e de universidades públicas. Esse percurso tem gerado reflexões em muitas linguagens.

No Ekobé o cuidado  
É princípio e é caminho  
Arte e amorosidade  
Geram comunicação  
Cuidamos de bicho e gente  
E também do ambiente  
Permacultura em ação

Ainda, em diálogo com o cuidado e a perspectiva da intersectorialidade, experiências de extensão popular como as que seguem em curso e em diálogo com a UFPB; as existentes na UFFS, articulando ações entre movimentos sociais populares, secretarias de saúde, educação e assistência social, promovendo ações de educação popular em saúde em conjunto com o Programa Saúde nas Escolas na formação de educadores(as), trabalhadores(as) da saúde, da educação e da assistência social; a promoção de tendas de cuidado e afeto, feiras de saúde, círculos de cultura com diálogos em saúde nas escolas e comunidades; e as potências articuladas nos territórios; todas têm propiciado uma rica produção bibliográfica e reflexiva acerca da educação popular em saúde.

A constituição de **caravanas** tendo como referência as expressões da cultura popular e a cenopoesia e que envolvem sujeitos dos movimentos populares, trabalhadores(as) do SUS e estudantes foi uma ação importante, especialmente no Ceará, onde circulou por 19 municípios, anunciando a PNEPS-SUS e buscando identificar potências locais para sua implementação. As caravanas e outras estratégias mais pontuais envolvendo arte e cuidado permearam atividades da Política Nacional de Humanização (HumanizaSUS), da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS (ParticipaSUS), além das Tendas Paulo Freire que se instituíram como espaço em que todas essas dimensões se atravessam.

Os diálogos com a agroecologia, com as lutas das mulheres camponesas por educação popular em saúde e feminismo popular e camponês se apresentam nessa caminhada tendo como principal referência o protagonismo de movimentos e coletivos que se agregam à constituição do CNEPS e que se vinculam às lutas do campo, de florestas e das águas contra os agrotóxicos e, mais

recentemente, às proposições de VPS. Tais diálogos se materializam nas tendas, nos processos de formação em educação popular e em percursos participativos de pesquisa. Esses contatos evidenciam a necessidade de construção de estratégias que se aproximem da perspectiva do bem viver como postura ética em que se reconhecem não apenas os direitos humanos, mas os direitos da natureza e a valorização dos saberes ancestrais e populares (Acosta, 2016).

A criação de Comitês de Educação Popular em Saúde em alguns estados e municípios também vem dinamizando e criando a Política de Educação Popular em Saúde nos âmbitos estaduais e municipais.

Por fim, sem a pretensão de dar conta de toda a produção desses 10 anos, percebe-se que, mesmo com os retrocessos durante o período vivido de modo geral em nosso país e em relação a essa política, a retomada vai processualmente acontecendo.



## A retomada: dos novos caminhos em curso

Com a vitória da democracia nas eleições de 2022, o movimento de educação popular em saúde, que vinha comprometido com os processos em defesa da democracia e do

SUS, buscou a retomada do diálogo com a gestão federal do SUS. Uma carta foi elaborada pelos autores do movimento durante o 13º Congresso da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) em Salvador, a qual contribuiu para o fortalecimento do diálogo e a formulação sobre o processo de resgate da Política de Educação Popular no Ministério da Saúde.

A equipe de transição do novo governo Lula, representada pelo atual Secretário Executivo da pasta, demonstrou reconhecimento da importância da educação popular na reconstrução do SUS, expressando compreender os impactos que o cenário da cultura negacionista e autoritária trazia ao contexto sanitário brasileiro. Assim, a EPS foi considerada como elemento importante a compor o processo de reconstrução do SUS e das políticas públicas, em que o fortalecimento da rede assistencial se fazia fundamental e para o qual o novo governo elaborou e articulou a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 32/22, a PEC da Transição.

Nesse processo, a PNEPS-SUS conquistou centralidade na gestão federal, sendo incorporada à Coordenação-Geral de Articulação Interfederativa e Participativa, do Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde. Esse novo espaço, desafiador e carregado de potencialidade, tem possibilitado a disseminação da construção freiriana no processo interfederativo, significando, entre outros aspectos, o reconhecimento da EPS como referencial para articulação e diálogo do MS com seus demais espaços, a exemplo da gestão das Superintendências do MS nos estados e com demais entes federados. O local estratégico da Secretaria Executiva (SE) tem contribuído para manter e fortalecer as intencionalidades construídas desde o momento da transição destacado anteriormente, na busca de reconstruir os espaços de gestão participativa da coordenação/gestão da PNEPS-SUS e para que as demais secretarias do MS continuem encorajadas a formular e implementar ações no âmbito da educação popular em saúde nos múltiplos eixos estratégicos da política: cuidado, participação, controle social e gestão participativa, formação e produção do conhecimento e intersetorialidade e diálogos multiculturais.

Desse modo, o MS reassume seu lugar de coordenador e produtor de políticas para a garantia da saúde como expressão de qualidade de vida, fazendo com que múltiplas políticas passem a ser reconfiguradas e que a PNEPS-SUS seja recomposta num arranjo dialógico e rizomático entre secretarias do MS (SE, SAPS, SEGTES e SVSA<sup>7</sup>) e movimentos sociais populares, além da presença de representações de um conjunto de instituições de ensino-pesquisa, ciência e tecnologia que reafirmaram a defesa da vida em tempos de obscurantismo na produção e coordenação do SUS nos territórios.

A Comissão de Articulação e Assessoramento ao processo de fortalecimento da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no Sistema Único de Saúde (Articula PNEPS-SUS) foi um dispositivo importante para o estabelecimento de um marco e o desenvolvimento de diálogos nas ações materiais dessa retomada, assim como o planejamento de ações que culminariam na proposição do novo Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde, recentemente reconfigurado e reinstituído por meio da Portaria GM/MS n. 6.321 (Brasil, 2024).

A EPS nos traz, sempre presente, a necessidade da leitura da realidade com acuidade e de forma participativa. Nesse contexto, infelizmente somos levados a crer que os desafios colocados nos primeiros passos do atual governo ainda continuam presentes e que a educação popular pode ser não o antídoto, mas uma caminhada potente e estratégica para a superação da polarização ainda presente no cenário da política nacional e nos territórios. É importante ressaltar que, nos territórios, temos uma parcela significativa da sociedade, inclusive das classes populares, que continua capturada por uma cultura de ódio e de negação da ciência e da potência que a diversidade do povo brasileiro proporciona não só ao fazer saúde, mas para um projeto de desenvolvimento em nosso país.

No atual momento, conquistas importantes têm sido alcançadas na retomada dos direitos da cidadania, em especial do direito à saúde, a exemplo da superação do Brasil no *ranking* dos 20 países com mais crianças não imunizadas do mundo. Em 2021, o Brasil ocupava o 7º lugar; em 2023, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu os esforços e o êxito do sistema de saúde brasileiro no combate à cultura negacionista e emitiu certificado ao País de que não fazia mais parte da lista. Poderíamos citar inúmeros outros exemplos, como Farmácia Popular, Mais Médicos, o novo Mais Especialidades, entre outros.

<sup>7</sup> As siglas ainda não referenciadas neste trabalho significam: Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS) e Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA).

No entanto, os aprendizados evidenciam, ao mesmo tempo, inéditos viáveis e novas situações–limite a serem enfrentadas em um caminhar que, como nos ensina Nego Bispo (2023) tem começo, meio e começo. Ele nos chama a atenção para a importância da confluência como energia que nos move para o compartilhamento, a ampliação e a germinação. Para manter–nos problematizando o vivido, indagamos: o que a PNEPS–SUS necessita provocar para que essas possibilidades se espalhem cada vez mais, confluam, polinizem, frutifiquem, gerem rizomas pelos rincões desse país continental? Como podemos potencializar a intersectorialidade capaz de acolher a perspectiva popular?

Essas e outras perguntas abrem caminhos de reflexão e de novas trilhas da PNEPS–SUS nos processos em curso e nos mais variados espaços da sociedade brasileira e de suas articulações internacionais em defesa da vida, da democracia e dos direitos.



## Referências

ACOSTA, A. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016.

ARIAS, P. G. Corazonar el sentido de las epistemologías dominantes desde las 53 sabidurías insurgentes, para construir sentidos otros de la existencia. *Rev. Invest. Campo Arte*, v. 4, n. 5, p. 80–95, 2010.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BOFF, L. *Do iceberg à Arca de Noé: o nascimento de uma ética planetária*. Rio de Janeiro, 2002.

BOFF, L. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela Terra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999

BONETTI O. P. Por uma institucionalidade transformadora e contra-hegemônica: reflexões sobre o inédito viável da Política de Educação Popular em Saúde no Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). *Interface*, Botucatu, v. 25, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/mL-bhx5WJY3wFSNNx8CpFGVN/>. Acesso em: 10 maio 2025.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. *Rev. Ed. Popular*, v. 6, n. 1, p. 51–62, jan./dez. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Decreto n. 53.465, de 21 de janeiro de 1964*. Institui o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. Brasília, DF: MS, 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53465-21-janeiro-1964-393508-publicacao-original-1-pe.html>. Acesso em: 10 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. *Portaria n. 2.761, de 19 de novembro de 2013*. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). Brasília, DF: MS, 2013. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761\\_19\\_11\\_2013.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761_19_11_2013.html). Acesso em: 10 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. *Portaria n. 6.321, de 26 de dezembro de 2024*. Altera o Anexo V da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, para instituir, no âmbito do Ministério da Saúde, o Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde – CNEP. Brasília, DF: MS, 2024. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt6321\\_30\\_12\\_2024.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt6321_30_12_2024.html). Acesso em: 10 maio 2025.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Articulação Social. Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã. *Marco de referência da educação popular para as políticas públicas*. Brasília, DF: MS, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cartilha/MarcodeReferenciadaEducacaoPopularparaasPoliticPublicas.pdf>. Acesso em: 10 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria n. 1.133, de 16 de agosto de 2023*. Institui o Programa de Formação de Agentes Educadoras e Educadores Populares de Saúde. Brasília, DF: MS, 2023. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt1133\\_21\\_08\\_2023.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt1133_21_08_2023.html). Acesso em: 10 maio 2025.

CAMACHO HINOJOSA, V. T. Diálogo de Saberes para la Construcción Social de Salud Comunitaria: Interculturalidad y Agroecología, *In: PULGA, V. L. et al. (org.). Educação Popular, Equidade e Saúde: dispositivos pedagógicos e práticas lúdicas de aprendizagem na saúde: a caixa de ferramentas nas relações de ensino e aprendizagem*. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2020. p. 221-236.

CRUZ, Pedro José dos Santos Carneiro; ARAÚJO, Renan Soares; MELO, C. T.; RODRIGUES, A. F. S. Extensão popular: bases teórico-metodológicas. *Reflexão e Ação*, v. 29, p. 69-85, 2021.

DANTAS, M.A.; SILVA, M. R. F.; JÚNIOR, A. R. C. Aprendizagens com o corpo todo na (trans)formação de educadores(as) populares do Curso Livre de Educação Popular em Saúde (EdPopSUS). *Interface*, Botucatu, v. 24, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jicse/a/9RY7LtvP7M-VKfKvBXv36Pkv/?lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2025.

DANTAS, V. L. A. *Dialogismo e arte na gestão em saúde: a perspectiva popular nas cirandas da vida em Fortaleza-CE*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

DANTAS, V. L. A. *et al. Suíte de sol e chuva de esperanças: a aprendizagem, sonhações, afetos – o EdPopSus no Ceará*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019.

DANTAS, V. L. A; PULGA, V. L.. Educação popular e saúde: tecendo redes de cuidados, inovações e aprendizagens coletivas. *In: PULGA, Vanderlêia Laodete et al. (org.). Educação popular, equidade e saúde: dispositivos pedagógicos e práticas lúdicas de aprendizagem na saúde: a caixa de ferramentas nas relações de ensino e aprendizagem*. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2020. p. 196-220.

- DAVID, H. M. S. L. Saberes transformam práticas. *Interface*, Botucatu, v. 25, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jicse/a/LZWhwrqS-N5kPLWpY6937bdt/?lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2025.
- FALS-BORDA, Orlando. *Una sociología sentipensante para América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2015.
- FERNANDES, C. Amorosidade. In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (org.). *Dicionário Paulo Freire*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- FREIRE, P. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- JARA HOLLIDAY, O. *A sistematização de experiências: prática e teoria para outros mundos possíveis*. Tradução de: Luciana Gafrée e Sílvia Pineviro; colaboração Elza Maria Fonseca Falkembach. Brasília, DF: CONTAG, 2012.
- LINHARES, A. M. B. *A educabilidade da experiência medianímica, mediada pelas histórias de alma, junto à expansão expressiva em arte*. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2017. Relatório de pós-doutorado. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnni-bpcajpcglclefindmkaj/https://www.uece.br/wp-content/uploads/sites/29/2020/05/ANGELA-MARIA-BESSA-LINHARES.pdf>. Acesso em: 10 maio 2025.
- LIMA, Ray; DANTAS, Vera Lúcia de Azevedo. O nascimento desta roda livre que ao nascer já se move para libertar-se de si mesma: bem-vindos/as às possibilidades e potências das culturas e das artes na produção de conhecimento!. In: DANTAS, Vera Lúcia de Azevedo; PULGA, Vanderlêia Laodete (org.). *A produção de saberes emergentes na interface entre educação popular em saúde e a convivência com o semiárido*. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2022.
- MELLO, L. M. B. D. et al. *Formação de agentes populares: o povo cuidando do povo em defesa dos seus direitos*. Cruz das Almas: EDUFRB, 2021.

MIRANDA, P.; MESSIAS, E. R. "Ao mestre, com carinho": a importância da amorosidade freiriana no processo de educação básica. *Revista Cactácea*, v. 3, n. 8, jul. 2023.

NÊGO BISPO. "Nós somos o começo, o meio e o começo. Existiremos sempre, sorrindo nas tristezas para festejar a vinda das alegrias. Nossas trajetórias nos movem, nossa ancestralidade nos guia". *Redes da Maré*, Rio de Janeiro, 5 dez. 2023. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/br/artigo/321/somos-comeco-meio-e-comeco-um-ate-breve-a-nego-bispo>. Acesso em: 30 jun. 2025.

PEDROSA, J. I. dos S. O autor responde ... a esperança ainda existe. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 25, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/fqyh65zDvn4r48t3wxwkpNj/>. Acesso em: 10 maio 2025.

PULGA, V. L. Introdução. In: PULGA, V. L. et al. (org.). *Educação popular, equidade e saúde: dispositivos pedagógicos e práticas lúdicas de aprendizagem na saúde: a caixa de ferramentas nas relações de ensino e aprendizagem*. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2020.

# Caminhos em (re)construção: Marco de Referência da Educação Popular para Políticas Públicas

## **Pedro de Carvalho Pontual**

Psicólogo, doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), diretor de Educação Popular na Secretaria Nacional de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República.

## **Iara Lins**

Graduada em Direito, mestra em Educação Popular pela Universidad del Cauca. Popayán – Colômbia, Coordenadora Geral em Educação Popular na Secretaria Nacional de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República.



**Introdução** O Marco de Referência da Educação Popular para Políticas Públicas é um importante documento que sintetiza uma caminhada histórica de incorporação da educação popular nas políticas públicas do governo federal. Promulgado como portaria da Secretaria-Geral da Presidência da República em 23 de maio de 2014, no evento denominado de Arena da Participação Social, ele é lançado junto do Decreto Presidencial n. 8.243, de 23 de maio de 2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social (PNPS). Essa coincidência já denotava nossa compreensão da conexão indissociável da educação popular e da participação social.

O marco tem como finalidade apoiar diferentes setores do governo em suas ações educativas e formativas para a formulação e implementação de políticas públicas, programas e projetos do governo federal, visando ampliar e qualificar a participação social que os compõe. Ele é resultado de amplo debate e construção coletiva que se desenvolveu com a participação de movimentos sociais, pesquisadores na área da participação social e educação popular e gestores de diversos ministérios e outros órgãos do governo federal responsáveis por ações educativas e formativas nas suas diversas áreas. Também é resultado do legado da Rede de Educação Cidadã de 2003, do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS), da Política Nacional de Economia Solidária e de outras iniciativas de institucionalização da educação popular nas políticas públicas.

Com o golpe parlamentar de 2016 e o *impeachment* da presidenta eleita Dilma Rousseff, nos dois governos que se seguiram (Temer e Bolsonaro), houve um desmonte progressivo dos mecanismos e instrumentos de participação social nas políticas públicas bem como da presença da educação popular nesses espaços. Nossa frágil democracia esteve sob risco, em especial os processos e mecanismos que constituem a democracia participativa.

Nas eleições de 2022, uma ampla aliança de setores democráticos e progressistas da sociedade brasileira possibilitou a vitória do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que no seu terceiro mandato propõe um governo de união e reconstrução.



## Transição

Já durante as discussões do governo de transição, ficou clara a necessidade de que tanto a participação social como a educação popular deveriam ter centralidade maior no terceiro governo Lula do que tiveram nos mandatos anteriores. Os desafios ainda maiores de enfrentar as direitas que buscam destruir a democracia requerem tal centralidade. A sociedade brasileira mostrou-se dividida nas eleições de 2022, sendo que parte dela ficou refém de informações falsas (*fake news*), de discursos negacionistas e de certos fundamentalismos religiosos.

Diante desse diagnóstico, durante a transição indicou-se a necessidade de robustecer a Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), dotando-a de instrumentos para articular e coordenar o processo de reconstrução da participação social e de ampliação da presença da educação popular na implementação das políticas públicas. Recomendou-se, ainda, que a prioridade dos esforços deveria se voltar para os territórios, porque é neles que as pessoas vivem, trabalham, associam-se e onde verdadeiramente se disputa a hegemonia do nosso projeto de transformação da sociedade e de governo.



## **Criação da Secretaria-Geral da Presidência da República, da Secretaria Nacional de Participação Social e da Diretoria de Educação Popular**

O governo Lula, em seu terceiro mandato, assumiu compromisso com a promoção da participação social com educação popular na perspectiva de elaborar e implementar políticas públicas aliadas à efetiva participação social, de modo que o povo seja sujeito dessa construção. Para isso, o governo instituiu dois decretos: o primeiro, Decreto n. 11.363, de 1º de janeiro de 2023, que criou a Estrutura Organizacional da Se-

cretaria-Geral da Presidência da República, a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) e a Diretoria de Educação Popular (DEP); já o segundo, o Decreto n. 11.407, de 31 de janeiro de 2023, que criou o Sistema Interministerial de Participação Social, cuja finalidade é: “estruturar, coordenar as relações do governo federal com diferentes segmentos da sociedade na aplicação das políticas públicas (art. 2), além de instituir como órgãos setoriais as Assessorias de Participação Social e Diversidade dos Ministérios e as unidades administrativas responsáveis pela área de participação social (art. 3, inciso II) (Brasil, 2023b).

O decreto que estrutura as SGPR/SNPS estabelece várias competências para a DEP. Dentre suas atribuições, destacam-se o desenvolvimento de processos de educação popular focados no acesso a políticas públicas, especialmente para populações vulneráveis, e o apoio à formação de lideranças e educadores(as) populares. A diretoria também deve articular-se com movimentos sociais na área de educação popular, visando a atuação em programas sociais e políticas do governo federal. Além disso, é responsável por integrar social, política e culturalmente os processos formativos que promovem a participação social no âmbito do Poder Executivo, nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, garantindo a intersetorialidade. Por fim, cabe à diretoria promover estudos, pesquisas e avaliações utilizando indicadores e metodologias participativas, além de cumprir outras atribuições designadas pelo Secretário Nacional.



## Caminhos se fazem caminhando

Considerando os antecedentes e as atribuições da DEP/SNPS nessa caminhada, nesses dois primeiros anos de governo

está sendo desenvolvido um conjunto de ações que vem possibilitando inserir a educação popular como pauta necessária para o aprimoramento e a reinvenção dos processos participativos na elaboração e implementação das políticas públicas, sobretudo com olhar para os territórios. Dentre as ações, destacamos:

- Criação do Fórum de Práticas Educativas e Territoriais em Políticas Públicas: o fórum é a resultante de trabalho de mapeamento e articulação interministerial promovido pela DEP no sentido de identificar os programas e respectivos gestores que envolvem práticas educativas associadas à implementação de políticas públicas do governo federal nos territórios. Ele envolve, hoje, cerca de 21 ministérios e tem como propósito reunir unidades administrativas federais envolvidas na implementação de políticas públicas que incorporem a educação popular como estratégia de desenvolvimento social e territorial, para identificar e disseminar práticas educativas, estimular redes de colaboração, sistematizar e integrar experiências formativas e avaliar o impacto de práticas formativas, visando o fortalecimento da participação social com educação popular nos territórios. Uma de suas comissões de trabalho vem procurando promover ações de integração entre os vários programas que preveem a participação de agentes populares nos territórios.
- Construção conjunta do Programa de Formação de Agentes Educadores e Educadoras Populares (AgPopSUS), de Comitês de Cultura e do Programa de Formação Paul Singer – Agentes de Economia Popular e Solidária. Ao longo desses dois anos, a DEP construiu uma relação bastante estreita e vem participando do processo de construção dos três programas, fazendo parte das suas respectivas coordenações político-pedagógicas e contribuindo com os processos formativos dos respectivos agentes populares e territoriais. Isso tem possibilitado fazer um debate sobre a concepção político-pedagógica e ética da educação popular bem como contribuir com suas metodologias e ferramentas na formação dos agentes.
- Coordenação do Compromisso 8 do Plano de Ação do Governo Aberto do Brasil pela SNPS por meio da DEP. O 6º Plano de Governo Aberto do Brasil é um compromisso internacional assumido pelo País que, desde 2011, participa em posição de destaque na Parceria para o Governo Aberto (OGP, sigla do inglês

*open government partnership*). No plano atual, que vigora de 2024 a 2027, a DEP lidera o compromisso 8, que busca promover participação social com educação popular nos territórios. O compromisso é composto de uma série de marcos que incluem o mapeamento de ações territorializadas do governo, articulação de iniciativas de educação popular e governo aberto, produção de diretrizes para referenciar atuação nessa área e mobilização e promoção do engajamento popular para a participação social.

- Em articulação com a Secretaria de Ensino Superior do Ministério de Educação (MEC), a SNPS, por meio da DEP, participa da construção do Plano de Extensão em Participação Social: trata-se de criar uma linha de trabalho entre os programas de extensão voltada ao apoio a projetos que trabalhem a temática da participação social com educação popular nos territórios.
- Realização de Seminários Regionais de Participação Social com Educação Popular nos Territórios: o objetivo geral desses processos foi articular redes e organizações de educação popular para a promoção de uma política nacional de participação social com educação popular nos territórios, tendo como objetivos específicos: ampliar contatos, fortalecer e fomentar redes e organizações de educação popular que realizam processos formativos nos estados e territórios da região Norte; debater a proposta da Política de Participação Social com Educação Popular nos Territórios; debater desafios para a atualização do Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas; e construir e consolidar parcerias entre as redes de educação popular, instituições de ensino superior e agentes governamentais para potencializar a participação dessas redes na Política de Participação Social com Educação Popular nos Territórios.

Os participantes foram educadores(as) populares, representantes de organizações e coletivos das cinco regiões; agentes públicos governamentais vinculados a políticas públicas participativas; e representantes de instituições de ensino superior (IES) vinculadas a projetos de extensão universitária e redes de educadores populares. O total de participantes foi de 297 pessoas, representando as 258 organizações.

Os seminários produziram como resultado uma série de encaminhamentos no sentido de fortalecer redes regionais e estaduais de movimentos e organizações de educação popular e de gerar recomendações para a política de participação social com educação popular nos territórios e para uma atualização do Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas.

- Atualização do Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas.
- Contribuição na construção do Programa de Participação Social com Educação Popular nos Territórios. O programa é ação estruturante da SNPS, envolvendo, assim, suas quatro diretorias (Participação Social, Educação Popular, Participação Digital e Planejamento e Orçamento Participativo), assim como o Conselho de Participação Social – que inclusive criou comissão específica para acompanhar a implementação do programa da qual a DEP faz parte. O programa foi construído a partir das recomendações do Grupo de Trabalho de Territórios (GTT), coordenado pela SNPS/SGPR e que contou com a participação de diversos ministérios que têm políticas e programas territorializados. O GTT, em seu diagnóstico, concluiu que as políticas públicas do governo federal chegam aos territórios de forma desigual e desarticulada, o que provoca um impacto na qualidade dos serviços públicos e na percepção da sociedade sobre eles. Também concluiu que os(as) usuários(as) e beneficiários(as) daquelas políticas não são vistos como sujeitos (na elaboração, implementação, monitoramento e controle social). A partir desse diagnóstico, o GTT recomendou a implementação de uma estratégia de territorialização das políticas públicas com participação social e educação popular nos territórios.

Em sintonia com essa recomendação, a SGPR coordena a implementação do Programa de Participação Social com Educação Popular nos Territórios, que tem como objetivo geral: articular nos estados/distrito federal e nos territórios as iniciativas presenciais e digitais de participação social com educação popular nas políticas públicas do governo federal, efetivando e fortalecendo, nos territórios, as instâncias e mecanismos nacionais de participação social (conselhos, conferências, plano plurianual participativo, orçamento participativo, ouvidorias, consultas e audiências públicas) com os respectivos processos formativos baseados na educação popular.

Acreditamos que ainda há um longo caminho a percorrer até 2026. As ações mencionadas têm contribuído significativamente para a reconstrução da participação social com educação popular na implementação das políticas públicas nos territórios. Destacamos especialmente o Programa de Participação Social com Educação Popular nos Territórios que terá início em novembro e a atualização do Marco de Referências da Educação Popular.



## Onde estamos na atualização do Marco de Referência da Educação Popular para Políticas Públicas

Antes de discorrermos sobre a atualização do Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas, é importante compreender o porquê dessa atualização. Em primeiro lugar, a realidade política e social em que ele foi elaborado, em 2014, é totalmente diferente do atual contexto. Além disso, é necessário reatualizar

as práticas educativas com educação popular nas políticas públicas, criar diálogos interseccionais entre elas, promover a articulação dessas políticas nos territórios com uma participação social efetiva e estimular a continuidade dessas práticas emancipatórias.

Partindo dessa premissa, o processo de reconstrução do marco teve seu início nos Seminários Regionais de Participação Social com Educação Popular nos Territórios ocorridos entre abril e julho de 2024. Esses seminários foram fundamentais para sua atualização, com destaque para a revisão do contexto histórico, das bases epistemológicas, dos princípios e diretrizes, das metodologias, dos campos e práticas e da natureza do documento.

Com relação ao contexto histórico, sugere-se trazer eventos recentes e marcantes, como o golpe de 2016, a pandemia, o governo Bolsonaro e a retomada do Estado com a eleição de Lula, que trouxe a criação de novos ministérios e secretarias. Além disso, é essencial considerar a contribuição de outros movimentos sociais, como comunidades e povos tradicionais, mulheres e juventudes, destacando também a importância do movimento negro e de terreiros, que preservam e transmitem saberes por meio da oralidade. A educação popular precisa ainda se conectar a novos contextos sociais, incluindo o impacto das mídias sociais e a realidade das periferias urbanas, tornando-se mais adaptada às dinâmicas contemporâneas e acessível aos diferentes grupos que compõem a sociedade.

No tocante às bases epistemológicas, sugere-se que devam refletir a diversidade de povos, etnias, gêneros, raças e orientações sexuais, incorporando os saberes ancestrais transmitidos por povos originários, comunidades tradicionais e movimentos políticos sociais. Também devem abordar questões ambientais, como o combate ao racismo ambiental, a economia solidária e criativa, além de incorporar uma perspectiva decolonial e con-

ceitos como sustentabilidade, ecopedagogia, justiça ambiental e o bem viver. Pautas transversais e interseccionais, como os direitos de meninas e mulheres, devem ser contempladas, assim como novas referências conceituais, muitas vezes invisibilizadas, como Lélia Gonzalez e Ailton Krenak.

Com relação aos princípios e diretrizes, sugere-se a necessidade de atualizar os princípios e diretrizes com ênfase na visibilidade da diversidade em seus múltiplos aspectos, destacando os grupos minoritários, suas presenças, identidades, diretrizes e diferentes inteligências, incluindo gênero, sexualidade e religião, imigrantes, encarcerados e a população em situação de rua, sempre enfatizando a importância da interseccionalidade. Deve-se explicitar as tensões e os conflitos, promover a autocrítica e a paz, além de combater o fundamentalismo e as notícias falsas. A promoção dos direitos humanos e da laicidade também foi apontada como essencial, assim como a organização de comunidades para enfrentar as mudanças climáticas e fortalecer a economia solidária. É fundamental utilizar pedagogias e ferramentas de comunicação acessíveis, como tecnologias digitais e redes sociais, com uma linguagem popular que assegure o acesso transparente a informação e inclusão digital. Por fim, tais princípios e diretrizes enfatizam que o planejamento e a execução das políticas públicas devem ter um compromisso emancipatório.



No aspecto metodológico, sugere-se registrar e divulgar nossos atos e ações, sistematizar as práticas sociais e utilizar tecnologias digitais e avançadas, além de apresentar trilhas de boas práticas e referências para a incidência nas políticas públicas, incluindo processos formativos com educação popular.

Com relação aos campos de práticas da educação popular, reforça-se que abrangem tanto espaços formais, como escolas e universidades, quanto espaços não formais, como comunidades e territórios diversos, propondo a utilização de metodologias participativas em todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até a superior, e incluindo a formação de professores, educadores, servidores públicos e estudantes de políticas afirmativas. Além disso, sugere-se o acompanhamento de estudantes negros e indígenas, considerando o desafio das cotas bem como o fortalecimento de cursos pré-vestibulares comunitários, educação digital e educação a distância (EAD), integrando a educação popular ao currículo do ensino superior em todas as modalidades.

A proposta amplia os campos de atuação da educação popular para incluir, além dos territórios, os maretórios, águas e florestas, envolvendo povos originários, juventudes periféricas, grupos marginalizados, diversidades de gênero e orientação sexual bem como populações vulneráveis, como quilombolas, pessoas em situação de rua e encarcerados. Além disso, a educação popular deve estar presente nas políticas culturais, na cultura digital e nas redes de divulgação de informações, sendo essencial para a democracia participativa e o controle social, com foco na elaboração, fiscalização e implementação de políticas públicas. Por fim, sugere-se a criação de espaços financeiros e digitais voltados para a educação popular na economia solidária e criativa.

Conclui-se apontando que a natureza do novo marco deve preservar o documento original, mas também revisá-lo, atualizá-lo e recriar seus objetivos. Deve-se construir um marco legal que transforme a educação popular em política de Estado, além de estabelecer uma relação interministerial, com o apoio do MEC e de outros ministérios, para a implementação dessa política. Também é fundamental colaborar, planejar e atualizar uma rede nacional de educação popular com grupos estaduais responsáveis pela avaliação e continuidade das ações. A definição de fontes de financiamento e a alocação de recursos públicos para formação e repasses a organizações são essenciais. É importante valorizar os grupos e movimentos sociais existentes, promovendo a conscientização, o empoderamento e a emancipação popular, respeitando

a diversidade e a realidade do País, além de mobilizar novos atores para a governança participativa. Por fim, o marco deve ser apresentado em um site com recursos multimídia acessíveis, incluindo uma linha do tempo da educação popular nas políticas públicas.

A partir dessas contribuições, um novo documento está sendo escrito, levando em consideração a realidade atual e as mudanças que aconteceram nesses últimos dez anos. O documento foi apresentado para debate e aprovação no Seminário Nacional de dezembro de 2024, com representantes das cinco regiões que participaram dos seminários regionais e dos ministérios que integram o Fórum de Práticas Educativas e Territoriais em Políticas Públicas.



## Desafios para educação popular nas políticas públicas

Concluimos que a educação popular nas políticas públicas enfrenta diversos desafios que demandam uma reflexão crítica e uma ação conjunta. Superar essas barreiras é fundamental para que a educação popular se

transforme em um verdadeiro instrumento de transformação social. A seguir, apresentamos os principais desafios que identificamos para a efetivação da educação popular nas políticas públicas.

A educação popular precisa reconhecer que a sociedade brasileira vem passando por grandes transformações nas suas relações de trabalho e nos territórios que a constituem (campo e cidade). Essa realidade coloca o desafio de que as ações educativas sejam planejadas em função da realidade de cada território e dos sujeitos que o constituem.

É preciso garantir que todas as políticas e seus programas, quando cheguem ao território, estejam acompanhados de propostas de participação social e educação popular. Essa é a condição para que se possa transformar os beneficiários daquelas políticas em sujeitos conscientes do seu papel e capazes de exercer uma cidadania ativa, fortalecendo, assim, a democracia participativa.

As políticas públicas chegam nos territórios de forma desigual e desarticulada, provocando impacto na qualidade dos serviços públicos e na percepção da sociedade sobre eles, sendo que os(as) beneficiários(as) não são vistos como sujeitos (na elaboração, implementação, monitoramento e controle social). De

modo geral, as políticas com incidência nos territórios estão prevendo a atuação de agentes populares na sua implementação. Assim sendo, estamos buscando articular os gestores responsáveis pelos programas de formação desses agentes para que já na formação inicial se incluam conteúdos referentes a metodologias e ferramentas da educação popular para atuação nos territórios de modo integrado e articulado.

Considerando que os colegiados e mecanismos de participação e controle social das políticas públicas estão presentes nos diversos níveis da federação, a educação popular está desafiada a contribuir com a formação dos seus membros como forma de qualificar e aperfeiçoar o funcionamento de tais mecanismos, contribuindo assim para maior efetividade das suas ações.

Vivemos hoje em uma sociedade polarizada com a emergência de um projeto político de direita e extrema direita que se contrapõe ao projeto democrático e popular em construção na sociedade brasileira. Assim, uma parte da nossa sociedade teve sua consciência capturada por informações falsas, pelo negacionismo científico e por fundamentalismos religiosos. A educação popular é dialógica, de construção coletiva de conhecimentos, de afirmação da ciência e de desenvolvimento de uma espiritualidade libertadora.

## Referências

BRASIL. *Decreto n. 11.363, de 1º de janeiro de 2023*. Brasília, DF: Casa Civil, 2023a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/d11363.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11363.htm). Acesso em: 11 maio 2025.

BRASIL. *Decreto n. 11.407, de 31 de janeiro de 2023*. Brasília, DF: Casa Civil, 2023b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/d11407.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11407.htm). Acesso em: 11 maio 2025.

BRASIL. *Decreto n. 8.243, de 23 de maio de 2014*. Brasília, DF: Câmara Legislativa, 2014. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2014/decreto-8243-23-maio-2014-778785-publicacaooriginal-144185-pe.html>. Acesso em: 11 maio 2025.

# Controle social na construção e fortalecimento da participação no SUS

## **Fernando Zasso Pigatto**

Graduado em Gestão Ambiental pela Universidade Norte do Paraná (Unopar), mestrando em Saúde Pública, Participação e Controle Social na ENSP/Fiocruz, consultor da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS/OMS) e diretor de saúde da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam). Foi presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS) entre 2018 e 2024.



**Introdução** O Sistema Único de Saúde (SUS) é um marco fundamental na garantia do direito à saúde para todas as pessoas no Brasil. Sua construção e seu fortalecimento ao longo das últimas décadas foram impulsionados por uma série de movimentos populares que fizeram da participação social um elemento estruturante e essencial para a consolidação da política de saúde no País. Nesse contexto, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) tem desenvolvido uma série de ações de mobilização e atuação que começa nos territórios e ocupa as conferências em todos os seus níveis federativos, desempenhando um papel fundamental na ampliação da participação social e na garantia de um controle social efetivo sobre o SUS, consolidando-o como um sistema democrático e participativo.

A 17ª Conferência Nacional de Saúde, com o tema “Garantir direitos, defender o SUS, a vida e a democracia – amanhã vai ser outro dia”, convocada em 5 de outubro de 2021 e realizada durante esse período até a etapa final, de 2 a 5 de julho de 2023, destacou-se nesse contexto, desempenhando um papel fundamental na promoção da participação popular ativa na tomada de decisões com impacto na vida do povo brasileiro. Ao longo de suas etapas, mobilizou mais de 2 milhões de pessoas. Foram promovidas conferências municipais, estaduais e 99 conferências livres nacionais, espaços que oxigenaram o processo, tornando a participação mais democrática e inclusiva. Os debates e as diretrizes, propostas e moções que ali foram elaboradas abordam uma ampla gama de temas, como saúde da população negra, educação popular em saúde, comunicação em saúde, saúde da mulher, saúde do trabalhador e da trabalhadora, saúde mental, entre outros. Isso reflete o espírito da 17ª Conferência Nacional de Saúde, que abraçou a diversidade da população, incluindo mulheres negras, pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+ e indígenas para fortalecer a equidade no SUS. Essas conferências foram essenciais para mobilizar a sociedade em prol da garantia e defesa de direitos, criando um ambiente em que as preocupações e necessidades das comunidades puderam ser discutidas de forma mais aberta e inclusiva.



## Da realidade à prática

As diretrizes e resoluções resultantes das conferências de saúde voltaram aos territórios e ganharam vida, como é o caso da campanha pela instalação dos conselhos locais de saúde em cada Unidade Básica de Saúde (UBS) em todo o país. Lançada durante a 17ª Conferência Nacional de Saúde, a iniciativa busca fortalecer o controle e a participação social em cada comunidade, aproximando a população não apenas do acesso aos serviços mas também da oportunidade de contribuir para o aperfeiçoamento do SUS, reivindicando, propondo e acompanhando a execução dos projetos e programas.

Essa iniciativa já se tornou realidade em centenas de municípios de todas as regiões do País, e suas experiências têm sido registradas pelo CNS, inclusive com a websérie *Aqui tem conselhos locais de saúde*. É assim que se faz a diferença na vida das pessoas, mantendo uma atuação que vai do âmbito local ao internacional, sempre com os pés firmes no território, fortalecendo o SUS todos os dias.

Esse movimento é um exemplo concreto de como propostas e ações construídas nas conferências de saúde se transformam em realidade. Quando refletimos sobre a importância dessas iniciativas para a sustentação do SUS e para a formulação de políticas públicas, é fundamental reconhecer que, além das conferências e conselhos nas esferas nacional, estadual e municipal, há um esforço crescente para estimular a criação dos conselhos locais de saúde, reforçando ainda mais a participação popular e o controle social nos territórios em que o SUS acontece.

No mesmo caminho de organizar, participar e mobilizar, se destaca o Mapa Colaborativo dos Movimentos Sociais, que recentemente ganhou uma plataforma digital. A iniciativa, fruto de parceria entre Ministério da Saúde, CNS, Fiocruz e Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT), marca um avanço significativo na busca por um SUS mais participativo e inclusivo, destacando a relevância dos movimentos sociais no cenário da saúde.

Lançado durante a 17ª Conferência Nacional de Saúde, o projeto ganha materialidade e presença ampliando seu alcance e visibilidade e só vem a se somar ao processo de estimular a mobilização e ampliar as diversas vozes da sociedade de maneira estratégica. Sua importância vai além de registrar a história dos movimentos sociais na saúde. Ele também oferece visibilidade, o que pode atrair mais pessoas engajadas nas causas ao mostrar exatamente quais movimentos já estão atuando e em que áreas. Fortalecer o mapa colaborativo é, na verdade, fortalecer a democracia. Se conseguirmos manter os movimentos articulados, em plena mobilização e atuando em rede, isso fortalecerá o próprio CNS, os conselhos estaduais, municipais e locais de saúde, além de consolidar o SUS como um todo.

Outro projeto que se soma à formação e mobilização de atores e atrizes para o controle social do SUS é o Participa Mais. Desenvolvido pelo CNS e executado pelo Centro de Educação e Assessoramento Popular (Ceap) em parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), o Participa Mais chega a sua quarta edição. Seu objetivo é qualificar a atuação de conselheiras e conselheiros de saúde, além de lideranças de movimentos sociais, por meio de formação, fortalecimento institucional e produção de conhecimento. Esse projeto fortalece a importância da participação social nos conselhos de saúde e dos movimentos sociais nos territórios. Somente ao longo de 2024, foram realizadas 82 oficinas de formação, em todos os estados, de forma regionalizada, interiorizada e com participantes de mais de mil municípios brasileiros.



## Reconhecimento internacional do papel do controle social no SUS

A importância da participação social se estende por todas as esferas – municipal, estadual, nacional e internacional –, refletindo a crescente incidência em instâncias globais e a troca de experiências entre o Brasil e

outros países no campo da participação social e da saúde.

Em 29 de maio de 2024, durante a 77ª Assembleia Mundial da Saúde, uma resolução sobre participação social na saúde foi aprovada por consenso (A77/A/CONF./3 – *Social Participation for Universal Health Coverage, Health and Well-Being*). Essa resolução determina que a sociedade civil deve influenciar a tomada de decisões em todas as etapas do ciclo das políticas públicas de saúde, de maneira transparente e em todos os níveis dos sistemas de saúde. Com a aprovação desse documento, o controle social do Brasil se torna uma referência mundial, não apenas pelo acúmulo histórico sobre o tema mas também pela incidência do CNS na construção do texto aprovado.

Esse reconhecimento internacional fortalece a importância do controle social e da participação popular na construção de um sistema de saúde que seja verdadeiramente público, universal e equitativo. A experiência brasileira serve como inspiração para outros países que buscam estabelecer sistemas de saúde democráticos, inclusivos e que respeitem a diversidade de seus povos.



## Desafios e perspectivas para o futuro

Embora o Brasil tenha avançado significativamente na construção de um sistema de saúde participativo, ainda há muitos desafios a serem superados para garantir a efetividade do controle social e a ampliação da participação

popular no SUS. É fundamental que se continue fortalecendo os espaços de diálogo e construção coletiva, como o CNS, a rede de conselhos e as instâncias de mobilização social, como as conferências, para que a população possa exercer plenamente seu papel na formulação e fiscalização das políticas de saúde.

A educação popular em saúde desempenha um papel estratégico nesse processo ao promover o empoderamento dos sujeitos e coletivos, possibilitando a construção de um SUS que atenda a demandas e necessidades da população em seus diversos territórios.

Em 2025, teremos as conferências municipais – que são obrigatórias – para planejar o SUS nos municípios a partir dos planos municipais de saúde, que precisam ser aprovados para vigorar de 2026 a 2029. Portanto, nosso grande desafio é garantir que as conferências municipais de saúde deste ano tenham ampla participação e que os planos sejam verdadeiramente construídos de forma participativa.

O papel do CNS e o acontecimento de conferências e mobilização mostram como a 17ª Conferência Nacional de Saúde e as demais conferências em andamento reforçam a importância desses processos, que são essenciais para a construção e o fortalecimento do controle social no SUS. Esses espaços de participação possibilitam que a população exerça seu direito a voz e influência na formulação de políticas de saúde, garantindo que o SUS continue sendo um sistema democrático, inclusivo e comprometido com a promoção da saúde e do bem-estar de todos os brasileiros.

Nesse mesmo sentido, a 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, que tem como tema “Democracia, trabalho e educação na saúde para o desenvolvimento: gente que faz o SUS acontecer”, está mobilizando todas as regiões de saúde do Brasil com foco na educação permanente das equipes de saúde para o aprimoramento do trabalho e do cuidado, além da revisão dos processos de formação de profissionais da saúde. Não à toa, a conferência traz como primeiro eixo: “Democracia, controle social e o desafio da equidade na gestão participativa do trabalho e da educação em saúde”.

As conferências de saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras permitem que a população brasileira contribua para a formulação de políticas públicas e direcione as ações de governo em todas as esferas da federação nessa temática. Em 2024, após dez anos desde a realização da última conferência da área, também foram iniciadas as etapas da 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CNSTT). Com o tema “Saúde do trabalhador e da trabalhadora como direito humano”, sua etapa nacional está marcada para 2025.

A participação do CNS na formulação de políticas de saúde tem contribuído para a construção de um sistema mais justo e equitativo, que respeita as diversidades regionais, culturais e sociais do País. Um exemplo significativo dessa atuação foi a implementação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS), que surgiu como um marco na valorização dos saberes populares e no fortalecimento do protagonismo dos sujeitos e coletivos na construção do SUS. A PNEPS-SUS reforça a necessidade de considerar os diversos territórios e suas realidades, ampliando o diálogo e a troca de experiências entre os variados atores sociais.

Este caderno surge como uma oportunidade de registrar e compartilhar as experiências e vivências que têm contribuído para a construção de um SUS mais justo, equitativo e participativo. Que possamos continuar fortalecendo a participação social e a educação popular em saúde, construindo, juntos, um sistema de saúde que seja verdadeiramente do povo e para o povo.

Forte abraSUS.

# Educação popular em saúde: formação na ação

## **Selvino Heck**

Teólogo e mestre em Filosofia Política pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Deputado estadual constituinte do Rio Grande do Sul (1987-1990). Aposentado. É integrante da Coordenação do Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe (CEAAL-Brasil) e da Comissão da PNEPS-SUS do Ministério da Saúde, e representante do Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP).

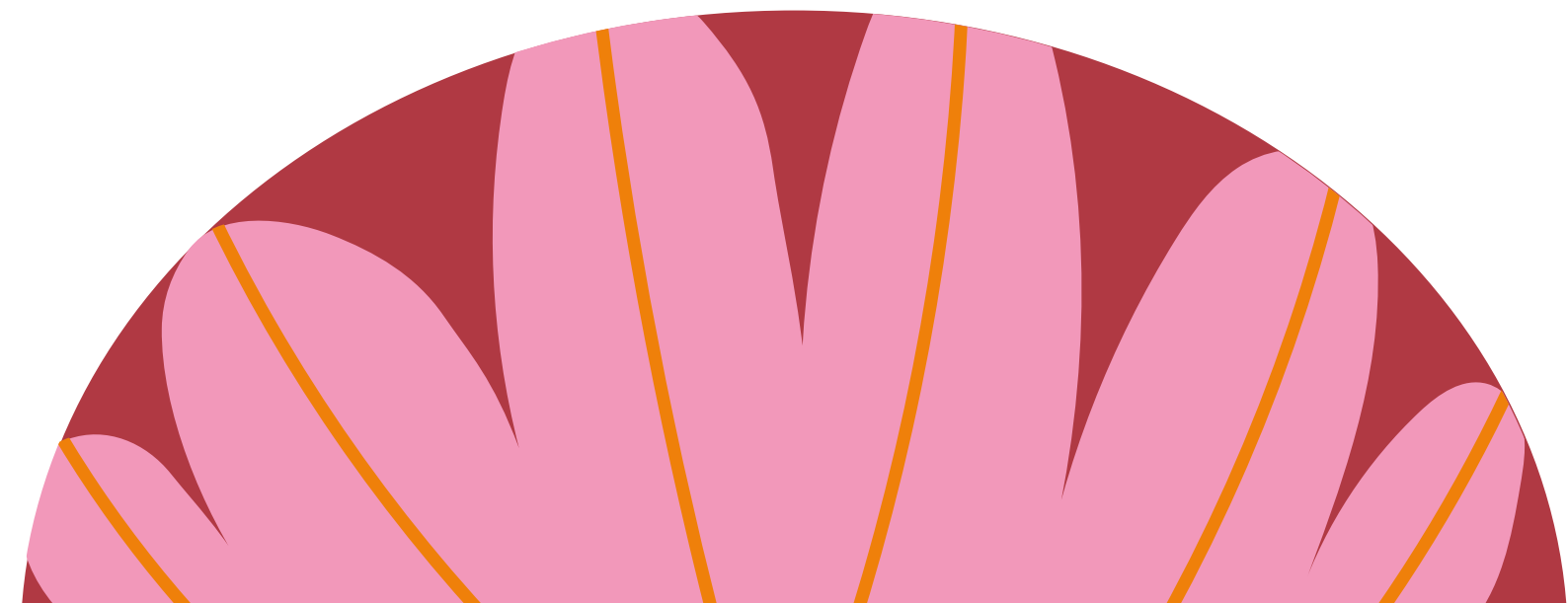


O Brasil e o mundo estão numa crise civilizatória. Os sinais estão no cotidiano das vidas, na cidade e no campo, em todos os lugares todos os dias: a guerra e as ameaças à paz mundial; a crise climática, com chuvas e tempestades, secas e incêndios, fumaça tóxica; a pandemia da covid-19, com todas as suas consequências; a fome e a insegurança alimentar e nutricional; a violência, especialmente atingindo jovens e mulheres; a democracia em grave risco em diferentes países e continentes.

As guerras e os conflitos voltaram com toda força. Há sério risco de uma guerra mundial, que poderá ser nuclear, a partir do confronto entre Rússia e Ucrânia – envolvendo a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), EUA e outros países – e da guerra no Oriente Médio entre os palestinos de Gaza e Israel, que vem se estendendo pela região.

A pandemia de covid-19 assombrou e continua assombrando o mundo, com mortes, dor, sofrimento de famílias e comunidades, seguida no Brasil pela dengue e pelas crises respiratórias resultado das queimadas, dos incêndios criminosos e da fumaça que se espalhou por todo o País.

A fome e a insegurança alimentar e nutricional voltaram, levando o Brasil de novo ao Mapa da Fome, do qual tinha saído em 2014, segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, sigla do inglês *Food and Agriculture Organization*). Elas estão presentes também em diferentes partes do mundo.



Gaia, a Mãe Terra, está em perigo grave com as chuvas, vendavais e tempestades, com a seca em diferentes lugares e continentes, com os incêndios que ameaçam vários biomas brasileiros. Nas próximas décadas, tudo isso deverá agravar-se muito.

Fruto de todos esses acontecimentos e tragédias, a saúde mental e psicológica está em grave risco, atingindo muitas pessoas, crianças, jovens e idosos, especialmente das periferias das grandes cidades.

Há, portanto, uma crise civilizatória em pleno século XXI e em 2024. Essa crise civilizatória torna os valores da democracia, da solidariedade, da igualdade, da justiça, do respeito à dignidade e aos direitos de todas e todos cada dia mais distantes e menos presentes na sociedade.

O que fazer em tempos de crise civilizatória e numa conjuntura perigosa como a desses tempos?

Muitas e diferentes iniciativas aconteceram e estão acontecendo, começadas por movimentos sociais e populares, movimentos sindicais, pastorais sociais, Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe (CEAAL Brasil), de ONGs como o Centro de Assessoria Multiprofissional (Camp).

Para enfrentar a fome e a insegurança alimentar e nutricional, por exemplo, foram criadas, em todo o Brasil, milhares de cozinhas solidárias e comunitárias nas periferias, nos sindicatos, nas associações de bairros, nas escolas, nas igrejas e nas casas das pessoas, oferecendo sopões, marmitas, fazendo arrecadação de alimentos, envolvendo a população de rua, desempregadas e desempregados.

Surgem iniciativas concretas para enfrentar a crise climática, com mobilizações e debates sobre o clima, como a proposta do governo federal do Plano Clima Participativo, com a pergunta: "Como o Brasil pode enfrentar as mudanças climáticas e reduzir seus impactos?".

Há volta de políticas públicas com participação social e popular, por iniciativa e com apoio do governo federal brasileiro, para enfrentar a crise civilizatória e democrática. Está no cenário a **participação social com educação popular por meio do debate do Marco de Referência da Educação Popular** para as Políticas Públicas em 2024. A PNEPS-SUS, de 2013, está em reconstrução. Voltaram e estão em plena realização conferências nacionais, antecedidas de conferências municipais, estaduais, de con-

ferências livres de saúde, segurança alimentar e nutricional, de economia popular e solidária, de meio ambiente, de cultura, de educação, entre muitas outras. Da mesma forma, os diferentes conselhos de participação social, com apoio do governo federal, estão voltando a atuar com toda força.

A educação popular, felizmente, está de volta. No centenário de Paulo Freire, celebrado em 2021, a educação popular freiriana ocupa de novo seu espaço de atuação e presença. Voltou também a formação na ação: prática-teoria-prática, ação-reflexão-ação, na referência de Paulo Freire. Não é só ação. Não é só agir. Não é só formação. Não é só formar. É formação e ação ao mesmo tempo, juntas. Formar e agir. Agir e formar.



O exemplo concreto vem das cozinhas solidárias e comunitárias. Distribui-se a marmitta, o sopão, a comida. E reúnem-se as famílias que recebem a comida: para conversar, para dialogar, para enxergar o mundo e a vida. Como está a comida? Por que voltou a fome? O que está acontecendo com a falta de emprego, de trabalho? Por que a pobreza está de novo tão presente no cotidiano de tanta gente? O que significa ser solidária, solidário? Como uma família pode ajudar a outra? Como a comunidade pode se unir? Como o bairro e a vila popular podem se organizar? Como resolver solidaria e coletivamente os governos? Qual o papel e a responsabilidade dos governos? As eleições podem ajudar a resolver os problemas? Quais candidatos devem receber apoio? Quais os melhores programas e propostas de governo? Qual o papel e a contribuição da escola e das igrejas no enfrentamento da miséria? Como os postos de saúde, as Unidades de Pronto Atendimento (UPA), as Unidades Básicas de Saúde (UBS), os hospitais podem contribuir na solução dos problemas de saúde e de vida digna? Como enfrentar a violência? Como construir valores de solidariedade e de comunhão?

São questões e perguntas a serem respondidas um olhando no olho do outro, trocando ideias, dialogando. Agir com os sopões, as marmittas: agir concretamente, resolvendo os problemas, a fome e tudo mais. E formar: colocar “minhocas” nas consciências, provocar a ação comum, ajudar na organização das pessoas e da comunidade, incentivar a participação de todas e todos.

O CEAAL Brasil e suas ONGs filiadas, junto a movimentos sociais e populares, com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), centrais sindicais, mais todas as organizações populares, estão nas periferias, ao lado da população de rua, dos povos de matrizes africanas com a Rede Ubuntu, dos quilombos e quilombolas, dos grupos de Economia Solidária (Ecosol), das comunidades indígenas, conversando com as comunidades escolares no cotidiano, todos os dias, de manhã, tarde, noite, madrugada. Agindo e formando, formando e agindo.

As comemorações dos cem anos de Paulo Freire, agora já 103, que aconteceram Brasil afora, na América Latina, na África, onde o CEAAL tem presença ativa, estiveram nesse contexto e compromisso de formação na ação. A educação popular em saúde e a defesa do SUS estiveram no seu cotidiano de ações concretas, nos debates e seminários, na formulação e reconstrução de políticas públicas.

A Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS) está nesse contexto, ação e responsabilidade nesses tempos

de crise civilizatória, reassumindo seus princípios, sua visão de mundo, seu compromisso com o povo pobre, com os direitos de trabalhadoras e trabalhadores, com a democracia e a justiça social, com a distribuição de renda, com a participação social e popular. O Sistema Único de Saúde (SUS) está sendo (re)valorizado. Os agentes populares de saúde estão sendo convidados – ou convocados – a participar e contribuir.

São tempos de resistência. São tempos de conscientização. São tempos de organização popular. São tempos de construir e reconstruir políticas públicas com participação social e popular em benefício do conjunto da população, especialmente dos mais pobres entre os pobres.

As urgências do futuro estão à porta. Um outro mundo é possível, ao mesmo tempo que é cada vez mais urgente e necessário. Uma sociedade do bem viver, cuidando da natureza e da casa comum, está em (re)construção. “Ninguém solta a mão de ninguém” pode ser e é uma frase símbolo desse tempo e conjuntura, no enfrentamento da crise civilizatória. A educação popular em saúde cumpre papel fundamental, decisivo para um Brasil com democracia e justiça social.

Como diria Paulo Freire, que estaria junto nesse esforço coletivo e solidário durante esses tempos de crise civilizatória, ESPERANÇAR é o caminho. Fazer acontecer, não esperar acontecer.



02

**Nossas  
fontes**

# CONCEIÇÃO PALUDO

APRESENTAÇÃO POR

**Vera Lúcia de Azevedo Dantas**

Médica, doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestra em Saúde Pública pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e integrante da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS) e do GT de Educação Popular em Saúde (EPS) da Abrasco.



## Conceição Paludo

Por Vera Dantas

Hoje eu venho falar de uma mulher generosa  
Que os movimentos foi assessorar  
Ela foi humanista e muito corajosa  
Tinha o compromisso do saber partilhar  
No Camp, na CUT<sup>8</sup>, no MST  
No campo e cidade o legado deixou  
A democracia ousou defender  
E a desigualdade problematizou

Ela é Conceição, também é Paludo  
Nesse mês de maio fez sua passagem  
Deixou um legado acima de tudo  
E às classes populares a sua mensagem  
Ela contribuiu com as camponesas  
E à juventude quis desafiar  
Análise crítica foi sua proeza  
Pra que muitos pudessem se apropriar

Sua ação se deu na América Latina  
Educação formal e a popular  
Fez-se referência na Via Campesina  
Ajudando o povo a se emancipar  
Se fez pedagoga, da UFRGS<sup>9</sup> professora  
Colocou saberes pra dialogar  
Fez o seu caminho de pesquisadora  
Uniu o acadêmico e o popular.  
Conceição saudamos sua caminhada  
Sua coerência e dedicação  
És inspiração nas nossas jornadas  
E na nossa luta contra a opressão



<sup>8</sup> Central Única dos Trabalhadores.

<sup>9</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

# Educação Popular e Movimentos Sociais

Este texto foi publicado nos anais do 8º Seminário Internacional de Educação, realizado pela Universidade Feevale no período de 3 a 6 de agosto de 2005, em Novo Hamburgo-RS. Esta versão contém pequenas modificações, realizadas após o seminário, considerando algumas questões levantadas pelos participantes.

## **Conceição Paludo**

Educadora popular, doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professora da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

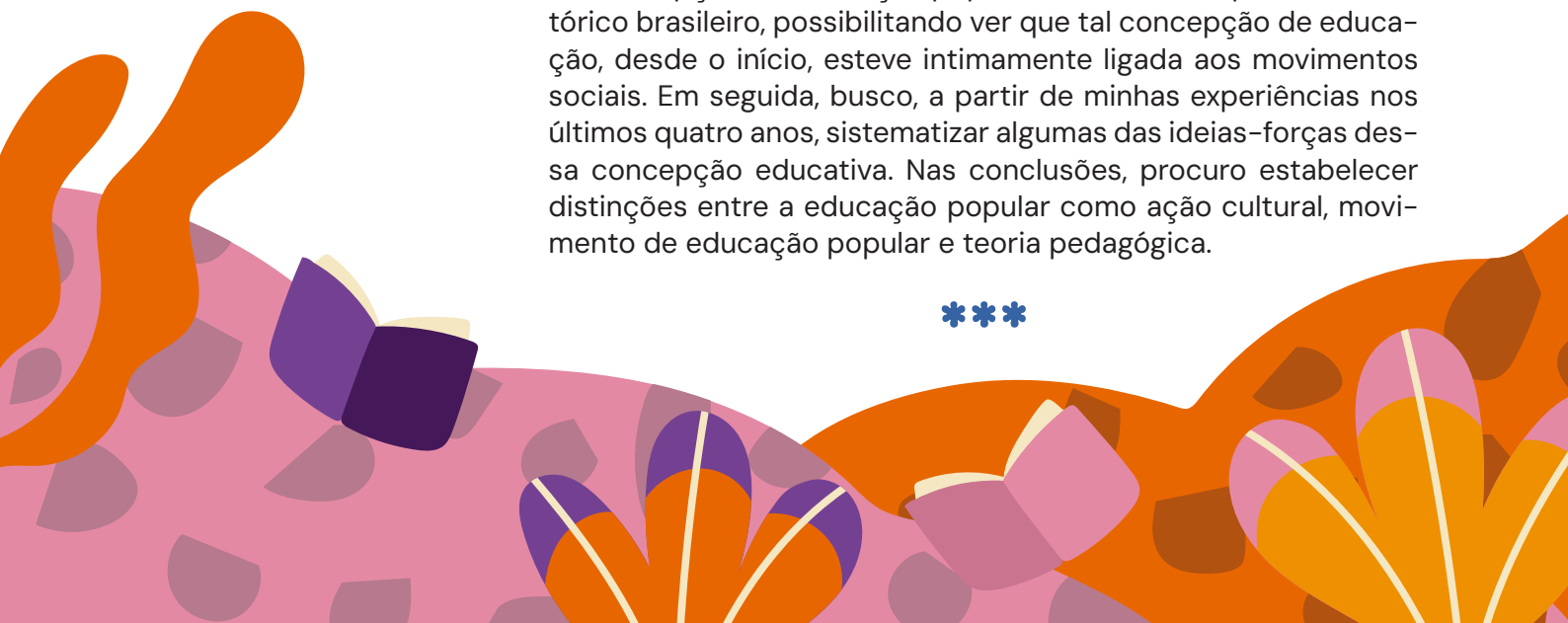


**Introdução** Em que pesem as dificuldades teóricas, dada a crise de paradigmas, em se definir o que são movimentos sociais e a própria educação popular na atualidade brasileira, neste texto, defendo o argumento de que, apesar das mudanças ocorridas no direcionamento do processo de desenvolvimento no Brasil, a partir de 1990, mais uma vez o projeto cultural identitário do que se chama de concepção de educação popular se ressignifica, estreitamente articulado aos movimentos sociais.

Confrontando-se com uma concepção de educação do povo e de toda a sociedade que a reduz a uma mercadoria, ainda não é possível identificar o conjunto das ressignificações da educação popular, sendo possível apenas observar alguns aspectos que vão lhe dando forma, possibilitando a continuidade de sua constituição como um projeto cultural e pedagógico alternativo. Os sujeitos centrais dessa construção, como nos “velhos tempos”, continuam sendo os movimentos sociais. Continuam sendo, porque são os que, explicitando as contradições da sociedade, resistem e, formando uma espécie de consciência da sociedade, colocam a “olho nu” o que nela há de mais sórdido, como a fome, que inviabiliza a decantada retórica da “vida boa” para todos.

Buscando, desse modo, abordar o tema da educação popular e movimentos sociais, em um primeiro momento, explícito alguns dos pressupostos centrais que dão sustentação a minha forma de analisar as relações que se estabelecem entre a concepção de educação popular e os movimentos sociais.

Em seguida, resgato alguns traçados do processo de construção da concepção de educação popular no interior do processo histórico brasileiro, possibilitando ver que tal concepção de educação, desde o início, esteve intimamente ligada aos movimentos sociais. Em seguida, busco, a partir de minhas experiências nos últimos quatro anos, sistematizar algumas das ideias-forças dessa concepção educativa. Nas conclusões, procuro estabelecer distinções entre a educação popular como ação cultural, movimento de educação popular e teoria pedagógica.



## Pressupostos ou chaves de leitura

Neste texto, construo a reflexão a partir dos pressupostos a seguir elencados.

### a. Os seres humanos fazem a história

A sociedade se organiza em campos de forças econômicas, políticas e culturais que disputam a direção do processo histórico. Essa disputa se materializa na direção de sentido empreendida pelas forças hegemônicas e desejada pelas forças contra-hegemônicas em cada momento histórico específico. O alternativo se vincula ao contra-hegemônico.

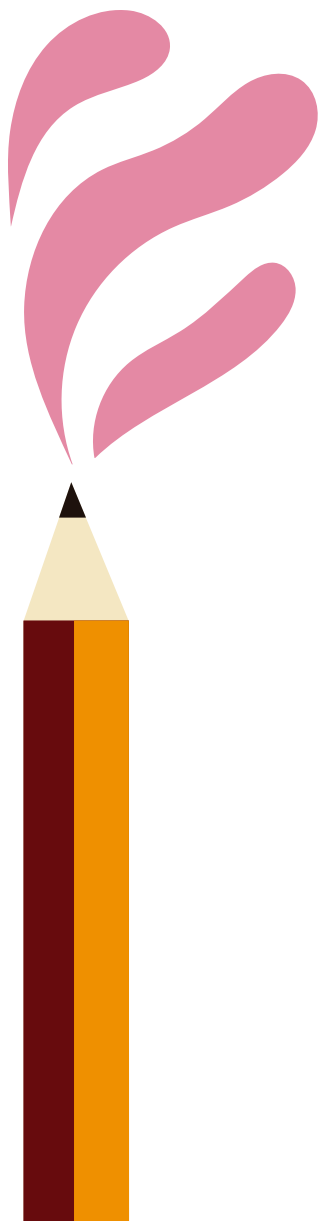
### b. Há uma relação estreita entre projeto de sociedade, projeto de desenvolvimento e educação

O projeto de sociedade hegemônico é o projeto da modernidade. Esse projeto, que teve início no século XIV, na Europa, consolida-se no século XIX e representa a hegemonia de uma nova ordem que se espalha pelo mundo. Seus três pilares mais significativos representam as três grandes esferas de poder existentes na sociedade. A econômica: materializada no modo de produção capitalista; a política: representada pelo Estado de direito; e a cultural/ideológica: assentada na supremacia da razão, no culto à ciência e ao individualismo.

Uma das principais contradições do projeto da modernidade centra-se no antagonismo entre os fins a que se propõe: a liberdade, a igualdade e a fraternidade e os meios empregados para alcançar esses fins – o modo de produção capitalista, o Estado de direito e a cultura e ideologia que veicula.

O projeto de desenvolvimento representa a recomposição do poder político e o reordenamento econômico que acontecem em determinados períodos históricos, em decorrência da necessidade de superação das crises que sua lógica perversa engendra. O redirecionamento do desenvolvimento, entretanto, não muda os pilares do projeto anteriormente descritos.





### c. Existem diferenças entre os trabalhadores

A expressão “trabalhadores” é demasiadamente ambígua. Não é possível ficarmos somente com a definição de que trabalhadores são todos os que vivem do seu trabalho (Antunes, 1997). O trabalho dos diferentes trabalhadores propicia diferenças substantivas na reprodução e produção de suas vidas. O recorte “trabalhadores das classes populares” faz-se necessário. Aí começamos a sair da abstração e trabalhar com pessoas concretas. Estes são os que não ganham o suficiente para produzir e reproduzir suas vidas com dignidade. São também os desempregados, os subempregados, os idosos desassistidos, os sem-terra, os pequenos proprietários rurais, entre outros.

### d. Existe diferença entre a prática educativa e a pedagogia

Quando se fala de prática educativa ou formativa, ou mesmo em educação, fala-se do fazer educativo. Pode ser o fazer do Estado, que se traduz nas políticas públicas para a educação, o fazer das escolas, o fazer dos movimentos sociais e assim por diante. Pedagogia não se refere ao fazer, refere-se ao pensar sobre o fazer, refere-se à teoria da educação que orienta as práticas educativas. Uma concepção de educação, portanto, faz parte da teoria da educação e diz respeito aos objetivos ou às finalidades que se tem com as práticas educativas que se realiza, com a concepção epistemológica, com a metodologia que se utiliza, com a forma de relação que se estabelece entre o educador e o educando<sup>10</sup>.

### e. A educação não se reduz à escolarização

A educação não se confina à escola, embora se reconheça que possui um papel a cumprir. Essa concepção alargada de educação remonta às origens da modernidade, quando se difunde a ideia de que os seres humanos não nascem prontos nem predestinados, mas que se tornam humanos mediante as relações que estabelecem consigo mesmos e com a natureza, no interior do processo histórico. Nesse sentido, os diferentes espaços de convivência humana constituem-se em espaços educativos: escola, família, trabalho e os movimentos sociais.



<sup>10</sup> Para evitar reducionismos classificatórios, é bom distinguir entre concepções e correntes da educação. Uma concepção ou tendência representa um todo razoavelmente articulado que expressa uma visão de homem, de sociedade, de processo histórico e do papel social da educação a partir do qual se procura imprimir um determinado rumo ao processo educativo. As correntes resultam das concepções e possuem diferenças entre si.

## Educação popular: traçados de uma pedagogia em construção

A concepção de educação popular nasce da e na América Latina e firma-se como teoria e práticas educativas alternativas às pedagogias e práticas tradicionais e liberais vigentes em nossos países, que esta-

vam a serviço da manutenção das estruturas de poder político, exploração da força de trabalho e domínio cultural. Por isso mesmo, nasce e constitui-se como “pedagogia do oprimido”, vinculada a empoderamento, organização e protagonismo dos trabalhadores do campo e da cidade, visando à transformação social. Estar vinculada, desde o seu específico, aos movimentos sociais concretos de resistência do povo na América Latina foi a maior contribuição da educação popular. Exemplo disso são os processos de Nicarágua, Cuba, Brasil e El Salvador.

O Brasil, a partir da República (1889), busca formar uma nova ordem econômica, política e cultural, o que também pode ser compreendido como a construção do projeto da modernidade brasileira. A constituição da concepção de educação popular acompanha a formação dessa nova ordem e passa por três momentos distintos. Cada um com sua ênfase específica (Paludo, 2001; Brandão, 2002).

### (i) A formação com ênfase na escolarização e na organização

No período de 1889 até 1930, o Brasil passa por um momento de transição, de um modelo agrário-exportador para um modelo urbano industrial<sup>11</sup>.

Neste período conviviam a pedagogia tradicional, a pedagogia da Escola Nova, que buscava se constituir, e a prática educativa dos socialistas, anarquistas e comunistas. Nas práticas destes últimos, pode ser identificada a gênese da concepção de educação popular. Essas práticas remetiam a processos formais e não formais de educação, a partir de uma concepção educativa que tinha elementos de diferenciação, tanto da pedagogia tradicional quanto da pedagogia da Escola Nova<sup>12</sup>.

É nesse período que uma alternativa de projeto cultural e pedagógico por meio da educação ganha forma identitária, do que mais tarde viria a se chamar de educação popular. O trabalho de educação realizado pelos anarquistas e, mais tarde, pelos comunistas e a luta pela escola pública são elementos constitutivos e simbólicos da trajetória dessa concepção de educação.

<sup>11</sup> O período que antecede a Primeira Guerra representa a continuidade em relação ao império. O período que sucede à Primeira Guerra representa um quadro de luta para recompor o poder político e mudar o direcionamento econômico.

<sup>12</sup> Por exemplo, os libertários, no início do século XX, não lutavam pelo ensino público e gratuito (afastaram-se dos trabalhadores que buscavam a escolarização). Inspirados em Ferrer, desenvolveram a chamada Educação Racionalista. Iniciativas: discussão pedagógica, fundação da Universidade Popular, criação de centros de estudos sociais e fundação de dezenas de escolas modernas (iniciativas autossustentadas). Princípios: educação integral, racional, mista e solidária. Em 1919, as escolas são fechadas. Confira em Ghiraldelli (1987).

## (ii) A valorização da cultura popular

Com a revolução de 1930, tem início um período de afirmação da sociedade urbano-industrial também chamado de nacional desenvolvimentismo ou de substituição de importações. Iniciado em 1930, esse período passa pela ditadura do Estado Novo (1937-1945) e conclui com o fim do período democrático (1945-1964). Confrontam-se, nesse processo, dois projetos de desenvolvimento para o Brasil: liberalismo x nacionalismo<sup>13</sup>.

A partir de 1956, o movimento de radicalização política começa a ganhar base e configura-se uma frente popular como um movimento de apoio às reformas de base do governo João Goulart.

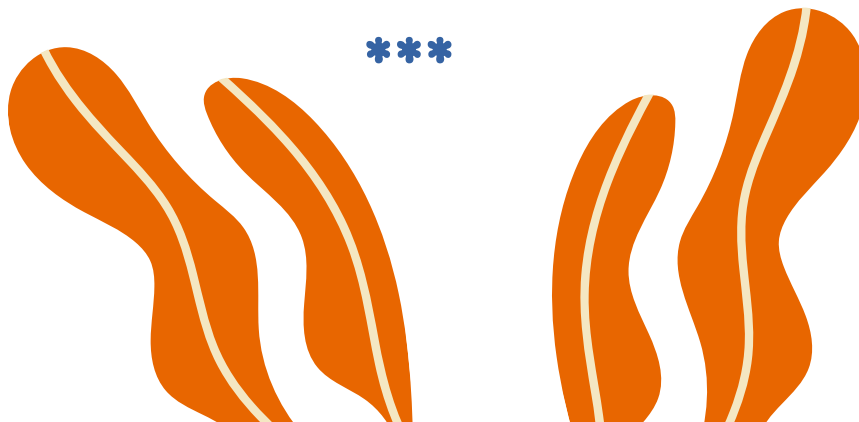
As classes populares urbanas e rurais ganham força reivindicatória pelos seus direitos e por mudanças estruturais de base como requisito para a sua integração. A essas tendências de pensamento socialista, liberal e a um cristianismo voltado para os pobres, soma-se a divulgação da teoria de Paulo Freire.

Criam-se movimentos de educação popular e há um descrédito na educação formal. Três orientações pedagógicas confrontavam-se, estreitamente ligadas às forças políticas e às disputas pela direção do desenvolvimento: a pedagogia tradicional, a pedagogia da Escola Nova e a concepção de educação popular. Nos bastidores, costurava-se a concepção tecnicista, pautada pela teoria do Capital Humano (custos da educação, planejamento e educação como investimento).

Acompanhando o movimento de disputas da direção do desenvolvimento brasileiro é que emerge mais uma onda identitária forte do que viria mais tarde a caracterizar-se como uma concepção diferenciada de educação do povo. Nesse momento do processo histórico brasileiro, ela toma a forma do que ficou sendo conhecido como "a cultura popular dos anos 1960"<sup>14</sup>. Paulo Freire, que retorna do exílio no final dos anos 1960, cumpre um importante papel nessa formulação.

<sup>13</sup> As concepções apareciam de forma mesclada, impossibilitando as divisões rígidas entre liberais e nacionalistas.

<sup>14</sup> Criam-se movimentos de educação popular, descrédito na educação formal: MCP - Movimento de Cultura Popular (60-Recife-Paulo Freire); MEB - Movimento de Educação de Base (março 61 - CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil); CPC - Centro de Cultura Popular; (UNE - União Nacional dos Estudantes); PNA - Programa Nacional de Alfabetização(63).. Atividades: alfabetização, organização de base e cultura popular. Sentido: papel das classes populares no cenário social e político contrastando com educação para a profissionalização e despertar das energias populares, visando exercer pressão suficiente para realizar mudanças propostas. Nova utopia pedagógica: não diretivismo enquanto atitude pedagógica e conscientização, enquanto processo pedagógico de construção da consciência crítica. Expressava-se pelo ativismo e pela vivência do binômio conscientização x massificação.



### **(iii) Formação voltada para a conscientização político-ideológica e para a organização**

Na terceira fase, que se inicia em 1964, temos o período de consolidação do projeto da modernidade brasileira. Esse período começa com o golpe de 1964 – a ditadura militar – e representa a opção por um projeto de desenvolvimento cada vez mais associado e subordinado ao capital internacional. O conflito que se estabelece na sociedade é o da ditadura x democracia.

Existe, nesse período, uma oposição entre escola pública estatal e educação popular. O Estado é visto como aparelho ideológico de reprodução da ordem capitalista, e as teorias crítico-reprodutivistas e de desescolarização tornam-se parâmetros de análise da escola e do seu papel social.

Em 1978, ressurgem as lutas populares exigindo abertura política e retorno ao Estado de legalidade. É nesse momento que se constituem os chamados “novos movimentos sociais”.

A década de 1980 foi a década da retomada de consciência dos direitos, da relação entre educação e o protagonismo das classes populares, que se materializam na sua constituição em movimentos, no desejo de sua participação efetiva na cena política e na construção de um novo projeto de sociedade. O movimento no interior da escola pública é perpassado pelas práticas educativas gestadas no interior da sociedade civil, e há um esforço intelectual de formulação de um pensamento pedagógico brasileiro próprio. A grande interpenetração de interesses e espaços pode ser constatada observando-se as mobilizações em função da constituinte; a educação popular é elevada à categoria de concepção de educação ou de pedagogia.

Diversas concepções de educação confrontavam-se: concepção de educação popular, teorias não diretivas, pedagogia da Escola Nova, pedagogia tradicional, pedagogia tecnicista (oficial).

Em 1964, com o golpe militar, acentua-se o processo de desnacionalização da economia; há a liquidação do nacional desenvolvimentismo e se perde a possibilidade de uma orientação democrática e incluyente de desenvolvimento. Em 1978, ressurgem as lutas populares, como mencionado anteriormente. Esse projeto é simbolizado pela educação dos e por meio dos movimentos sociais populares. As expressões “povo sujeito de sua história” e “protagonismo popular” expressam a orientação das práticas da concepção de educação popular.

Com o processo de abertura brasileira, o impasse sobre as possibilidades criadoras da escola pública começa a ser desfeito. A oxigenação da vida política permitiu um reavivamento da discussão educacional e pedagógica, principalmente entre educadores(as) progressistas. Há uma reação a redução da educação às necessidades do mercado e privatização do público. A educação pública (quantidade e qualidade) é alçada à esfera dos direitos do ser humano na sua condição de sujeito social e cultural, e não apenas de peça no mercado de emprego (Arroyo, 1996). Há determinantes macrossociais, entretanto, e a própria escola marginaliza. A escola passa a ser compreendida como um campo de luta que pode contribuir para a superação das contradições sociais e para a emancipação das classes populares.

Como vemos, pela breve explanação desse processo, a educação historicamente esteve associada, de um lado, às necessidades do projeto de desenvolvimento em curso, visando consolidar a hegemonia do projeto de sociedade hegemônico, e, de outro, às lutas empreendidas pelas classes populares na perspectiva de sua emancipação, de mudar a direção do desenvolvimento e de construir outro projeto de sociedade. Há, portanto, uma indissociabilidade entre as alternativas para a educação das classes populares e o projeto de futuro em construção.

A concepção de educação popular que se firma nesse último período apresenta-se em processo de elaboração permanente: dialogando com o movimento internacional dos trabalhadores; vinculada às condições de vida das classes populares e comprometida com a melhoria da sua qualidade de vida; vinculada às diferentes propostas e às forças que a representam e disputam os rumos do desenvolvimento brasileiro; inserida no processo de constituição de um novo projeto de sociedade; esperançosa de, via educação, contribuir para a emancipação das classes populares e para a sua entrada no cenário político; dando uma grande ênfase à construção do poder popular; realizando a formação política e conscientizando para a ação; articulando a formação com a organização e com a luta; desejosa de promover o protagonismo popular – povo como sujeito de sua história; com ênfase maior nos espaços não formais e relacionando, de modo incisivo, a formação com a organização das classes populares e com os processos de luta.

## Anos 1990: crise e necessidade de ressignificações

Os anos 1990 são caracterizados como tempos de crise que se expressa na perda de soberania nacional no processo de globalização: no bloqueamento do desenvolvimento societal,

na destituição de direitos; na violência; na crise de valores; na crise dos referenciais socialistas; no alargamento da distância entre ricos e empobrecidos e em uma sociabilidade pautada por razão instrumental e competitividade.

O conflito básico desse momento do processo histórico, que frequentemente é caracterizado como sendo de crise civilizatória, é o de exclusão e recolonização x resistência (Benjamin, 1998).

A política educacional reorienta a educação de acordo com o perfil requerido pela Terceira Revolução Industrial. Uma análise mais acurada revela que a teoria que sustenta essa concepção continua sendo, em um outro contexto, a teoria do Capital Humano, que se expressa na pedagogia da qualidade total. Essa teoria se assenta no pressuposto de aceitação das bases do projeto de sociedade hegemônico e significa a transformação da educação em mercadoria (Frigotto, 1995).

A compreensão do significado do neoliberalismo já é algo de domínio mais geral. Talvez em nenhum momento histórico da modernidade a direção do processo de desenvolvimento dada pelas forças hegemônicas tenha sido tão perversa. O que está acontecendo é a eliminação da força de trabalho. Nessa direção de desenvolvimento, não há esperança para as classes populares nem para a humanidade.



Nesse contexto, há uma materialidade que exige e diz da necessidade da vigência da educação popular, que pode ser sintetizada em três aspectos:

- a) A urgência da transformação social, colocada pelo estágio atual de desenvolvimento do projeto da modernidade no âmbito da produção, da política e da cultura, que indica o esgotamento de suas possibilidades emancipatórias.
- b) A concepção de educação, que hoje está a serviço desse projeto, que coloca a educação como mercadoria e busca sedimentar uma mentalidade adequada às novas formas de alienação, opressão e violência.
- c) O movimento concreto das forças que resistem e se dispõem a engendrar o novo necessita da educação popular e de educadores(as) populares para sedimentar visões sociais e críticas de mundo, comprometidas e abertas, dispostas a resistir, capazes de analisar possibilidades e fazer acontecer o novo (“inédito viável”).



## Educação popular e movimentos sociais hoje: ideias-forças

O debate contemporâneo sobre os movimentos sociais revela a existência de lacunas teóricas na definição do que é movimento social, no sentido do estabelecimento de sua diferenciação em relação aos

padrões de ação coletiva analisados no século XX e de outras formas de associativismo contemporâneo. Existe, atualmente, a emergência de novos conceitos ou da ressignificação de antigos, relacionados ao campo de discussão sobre movimentos sociais: sociedade civil, cidadania, esfera pública, democracia participativa; revelando um deslocamento, particularmente a partir dos anos 1980, de estudos centrados na classe operária e suas formas organizativas – como sindicato, comissão de fábrica, centrais sindicais etc. – para outros segmentos sociais e outras formas de organização. Há, igualmente, perda da centralidade do debate em torno da noção de “revolução”, marcante até o início dos anos 1980 (Gohn, 1997).

Embora seja preciso reconhecer esses elementos novos que se inserem no campo de investigação sobre os movimentos sociais, é importante também o reconhecimento de que, no Brasil, existe uma infinidade de formas associativas populares que emergem diretamente do movimento de resistência ao processo de exclusão em curso e que há, também, os chamados movimentos sociais populares.

Existem muitas experiências em curso, tanto formais como não formais, que resgatam e ressignificam a concepção de educação popular. Essas experiências ocorrem tanto nos movimentos sociais populares como em escolas formais. Exemplos são a pedagogia da terra, a pedagogia que contrapõe a formação polivalente à formação politécnica, a Escola Cidadã, a Escola Plural, a Escola Democrática e Popular, o movimento atual que emerge do campo brasileiro e se denomina Educação do Campo (Arroyo; Caldart; Molina, 2004)<sup>15</sup> e o movimento chamado de economia popular e solidária.

Com base em duas dessas experiências<sup>16</sup>, apesar das particularidades e questionamentos que a elas possam ser feitos, é possível dizer que a concepção de Educação Popular passa por um processo de ressignificação e afirma<sup>17</sup>:

- **A indissociabilidade entre o político e o pedagógico**, o que significa que a educação popular não é prática neutra, não histórica e ingênua. Coloca-se, portanto, como alternativa à concepção de educação como mercadoria e ao projeto a que esta serve;
- **Um marco ontológico**, pois tem o ser humano como centro e considera todos os humanos construtores de saberes, valores e cultura. Nesse momento histórico, afirma o ser humano como sujeito de direitos;
- **Um marco ético** que se traduz no compromisso com a transformação social e na busca da vivência da coerência, sem a qual o discurso simplesmente perde o significado;
- **Um marco epistemológico** que interpreta o conhecimento como um fenômeno humano e social, construído na relação entre prática-teoria-prática;
- **Uma proposta pedagógica** que sintetiza criativamente a direcionalidade e a intencionalidade do ato educativo, tendo por base a problematização, o diálogo e a participação;
- **Uma concepção ampla de educação** que envolve processos formais e não formais.

<sup>15</sup> Identifico esse movimento, denominado de Educação do Campo, como uma das correntes da educação popular, no atual momento histórico, voltada para sujeitos específicos. Penso ser possível afirmar que essa é a maior experiência existente no Brasil, protagonizada pelos próprios sujeitos populares, que resgata elementos importantes da concepção de educação popular, ressignificando-os ao mesmo tempo. Os impulsionadores dessa experiência são os movimentos populares do campo que integram a chamada Via Campesina. Merece destaque nesse movimento, no interior da Via, o protagonismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

<sup>16</sup> Refiro-me aos cursos de pedagogia – anos iniciais do Ensino Fundamental: crianças, jovens e adultos; e desenvolvimento rural e gestão agroindustrial, conveniados pela UERGS com os movimentos sociais do campo (Instituto de Educação Josué de Castro (ITERRA), Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep) e Fetraf/Sul Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar da Região Sul). Também me refiro ao estudo que realizei para o Conselho Latino-Americano de Alfabetização de Jovens e Adultos, em 2004, por ocasião da IV Assembleia Geral (foram onze textos de diferentes instituições que atuam com educação popular na América Latina e 25 textos de diferentes educadores populares da América Latina).

<sup>17</sup> Síntese realizada na palestra feita por mim na IV Assembleia do CEAAL, em 2004.

O debate educacional atualmente, desde uma abordagem teórica alternativa e no limite das experiências analisadas, permite apreender alguns direcionamentos ou ideias-forças do que significa trabalhar com a concepção de educação popular hoje. Os que consigo visualizar são os seguintes:

- **A educação popular se faz de forma associada às discussões de novas alternativas de desenvolvimento para o Brasil.** Novamente, a educação alternativa encontra-se associada à mudança de projeto. Tal projeto tem assumido diversas denominações: desenvolvimento humano, desenvolvimento solidário, desenvolvimento alternativo, desenvolvimento sustentável. Esses termos significam que, para ser humano, o desenvolvimento terá que ser autodeterminado e socio-cultural e que o desenvolvimento econômico, dimensão da reprodução material da existência, no lugar da acumulação individual da riqueza, deverá ser temperado com a reprodução ampliada da vida.
- **A educação popular é um projeto pedagógico e cultural para toda a sociedade.** Ela visa ser hegemônica. O que ela quer é que a sociedade toda assuma como centro do processo educativo, independentemente de onde aconteça, a formação humana e a vivência de valores que façam as relações sociais, nas diferentes esferas, serem cada vez mais formadoras de seres humanos inteiros, completos e felizes. Fruto, portanto, de uma realidade histórica de opressão e exploração de uma parte cada vez maior da sociedade. Comprometida com essa parte, a educação popular quer ser universal. É por isso que, mais do que um projeto pedagógico restrito à educação na sua dimensão formal, esse projeto pretende incidir na construção de uma nova mentalidade cultural da sociedade.
- **A educação popular se identifica com as lutas pelo direito à educação e com todas as lutas sociais das classes populares.** Embora reconheça o valor das experiências, a educação popular está no campo de luta pela garantia da instituição do direito à educação em todos os níveis. A educação é um direito humano e, por isso mesmo, não pode ser tratada como serviço, de forma assistencial e muito menos como mercadoria. Além disso, a educação popular se solidariza e contribui com a instituição de direitos em todos os campos: saúde, habitação, reforma agrária e política agrícola para os pequenos produtores. Já aprendemos que os direitos são conquistas do povo organizado e que, sem condições de reprodução da existência, é praticamente impossível falar em desenvolvimento humano. Nesse sentido, a educação popular, nesse momento do processo histórico, tem como intencionalidade a formação de pessoas como sujeitos de direitos e dispostos a lutar por eles.

- **A educação popular reconhece que o movimento social é um espaço importante de formação do povo.** Os movimentos sociais formam, porque (re)educam os sujeitos que deles participam. No espaço dos movimentos, os trabalhadores dispersos se transformam em sujeitos coletivos que elevam sua autoestima, sentem-se parte, atuam politicamente, socialmente e culturalmente, transformando-se em sujeitos. Formado pelas contradições e tensões sociais e pela dinâmica da luta concreta, um movimento torna-se um coletivo organizado que, no cotidiano, é fonte de vivência de novos padrões culturais que não são os hegemônicos na sociedade capitalista, constituindo sujeitos individuais e coletivos que buscam a conquista de sua humanização. Esses sujeitos constroem saberes, valores, cultura e ensaiam a vivência de novas relações sociais. Com forte vínculo de classe, os movimentos realizam a luta social buscando uma nova materialidade nas relações econômicas, políticas e culturais e um novo projeto de futuro. É esse vínculo entre formação, organização e luta que, historicamente, tem feito dos movimentos o espaço de construção de homens e mulheres renovados. Além de (re)educar quem dele participa, o movimento social (re)educa a sociedade, porque “põe a nu” as contradições sociais. Em síntese, pode-se dizer que contexto, coletividade, sentimento de pertença, movimento, identidade de projeto, organização, luta e transformação são expressões fortes que, interconectadas, permitem compreender o caráter educativo dos movimentos sociais (Caldart, 2000).

- **A educação popular está comprometida com uma educação de qualidade para o povo.** Independentemente de onde ela ocorra, o desafio da qualificação da educação do povo está presente. Em uma sociedade na qual cada vez mais quem não tem educação não é reconhecido, a educação com qualidade se faz necessária para a) recuperar a autoestima, a dignidade; b) buscar mercado de trabalho quando este é cada vez mais escasso; c) desenvolver experiências que garantam a sobrevivência; e d) possibilitar a continuidade da luta pela instituição de direitos e por transformações sociais significativas.

- **A educação popular reconhece que a escola, com seu cotidiano, é um dos lugares importantes da educação do povo.** Uma escola comprometida com a qualidade da educação que realiza e que compreende a importância do cotidiano em seu interior como formador, porque é nos processos de produção de nossa existência que nós produzimos como seres humanos; uma



escola que respeita a cultura popular, mas não nega a sua apropriação da cultura legitimada pela sociedade. Minhas vivências têm sinalizado que o respeito a diversidade cultural e a subjetividade e a busca da vivência intercultural não podem reverter em tolerância com processos educativos que não viabilizem, para educandos(as) das classes populares, a apropriação do saber historicamente acumulado e legitimado pela sociedade, como saber se expressar corretamente, tanto oralmente quanto de forma escrita, e a apropriação das ferramentas conceituais que lhes permitem inserir-se de forma crítica, ética e posicionada na sociedade. O cuidado que se deve ter é com o não desenraizamento, e é o amor pela comunidade e o compromisso com ela que fará o(a) educando(a) permanecer nela, socializar o seu saber e contribuir para o seu desenvolvimento.

• **Os construtores da educação popular são as classes populares e todos os que com elas se comprometem.** Aqui, trata-se de a educação ser dos sujeitos e não para os sujeitos populares. Historicamente, a educação tem sido feita para o povo. Hoje, esse povo, por meio de suas organizações, já possui experiência para opinar sobre a educação que interessa a si mesmo: educadores, educandos, comunidades e organizações, crianças, jovens e adultos, campo e cidade. Há um traço de identidade que caracteriza a todos: ser parte do povo brasileiro. À parte desse grande elemento de identidade, é na pluralidade de práticas e pensamentos que, respeitando as diferenças, todos se encontram para lutar pelo direito de ser humano e para transformar o mundo. E é no diálogo que a educação popular se faz. Outra sinalização importante diz respeito à necessidade de que a dimensão política da práxis humana não seja confundida com a prática político-partidária. Muitos processos educativos são prejudicados quando, consciente ou inconscientemente, educadores(as), educandos(as), funcionários(as) e comunidades confundem essas dimensões da política.



## Conclusão

Esta reflexão indica a necessidade de reconhecer o movimento do povo em busca de direitos como formador; também de voltar a reconhecer que a vivência organizacional e de luta é formadora. A concepção de educação popular hoje materializa-se em processos formativos não formais que são realizados de forma intencional, como cursos, oficinas, seminários e em processos de escolarização. Neste, a disputa entre concepções educativas é reconhecida.

Outro elemento conclusivo importante parece ser o de que a educação popular é ação cultural e realiza a medição entre o sujeito e a realidade na forma como a representa/significa, sente e intervém.

O trabalho educativo é com pessoas, visando formar sujeitos que interfiram na perspectiva de transformar a realidade. A educação popular contribui no processo de formação e de transformação dos sujeitos.

Nesse aspecto, pode-se olhar o papel da educação popular de três formas:

**1ª** A educação popular como **ação cultural**. Isto é, enquanto prática educativa, a educação popular não realiza diretamente o projeto, ela forma sujeitos que concretizam os processos transformadores. Sem clareza quanto a esse aspecto, dificilmente se instaura um vínculo forte entre formação e realidade, formação e inserção, formação e intervenção e formação e transformação. Não há como, portanto, fazer a formação tendo como base o movimento concreto da realidade, sem retomar um vínculo consistente com as discussões mais amplas dos sujeitos organizados (movimentos sociais) que fazem, cotidianamente, a luta de resistência e pela instituição de direitos.

**2ª** A educação popular como **movimento de educação popular**. Nessa perspectiva, existe um movimento de educação popular (MEP). Enquanto MEP, há a incidência como sujeito social coletivo. Nessa direção, portanto, a educação popular se soma ao conjunto de outros esforços na direção de mudanças culturais e estruturais da sociedade.

**3ª** A educação popular como **teoria pedagógica**. Nesse sentido, seu espaço de inovação nas experiências acontece, prioritariamente, dentro e desde os movimentos sociais. Por isso, é aí que a renovação teórica é mais fecunda.

Nos três aspectos há, na atualidade, e apesar das crises, um vínculo forte dessa concepção educativa com os movimentos sociais. Ela, felizmente, continua em movimento.

## Referências

- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1997.
- ARROYO, Miguel G. Qualidade na educação. *Cadernos Pedagógicos SMED*, Porto Alegre, n. 9, p. 64–73, dez. 1996.
- ARROYO, M.; CALDART, R.; MOLINA, M. (org.). *Por uma educação do campo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- BENJAMIN, Walter. *Gesammelte Schriften*: Herausgegeben von Rolf Tiedemann und Hermann Schweppenhäuser. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1991–1999. 7 v.
- BRANDÃO, C. R. *A educação popular na escola cidadã*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- CALDART, R. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que uma escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FRIGOTTO, G. *Educação e crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1995.
- GONH, M. G. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.
- PALUDO, C. *Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

# CARLOS RODRIGUES BRANDÃO

APRESENTAÇÃO POR

**Pedro José Santos Carneiro Cruz**

Nutricionista, doutor em Educação  
pela Universidade Federal da Paraíba  
(UFPB), professor do Departamento  
de Promoção da Saúde do Centro de  
Ciências Médicas da Universidade  
Federal da Paraíba (UFPB).



Em diferentes momentos ao longo de minha trajetória, em permanente formação como educador popular, pude conviver com o mestre Carlos Rodrigues Brandão, sempre fraternal, paciente e amorosamente acolhendo os convites e as iniciativas desse jovem e inquieto interlocutor do movimento de educação popular.

Carlos Rodrigues Brandão é natural do Rio de Janeiro-RJ, onde cursou psicologia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. Desde o início de sua formação e atuação, dedicou-se profundamente à criação e ao desenvolvimento de movimentos sociais populares e aos centros de cultura popular. Desde cedo, Brandão teceu sua forma de atuar por meio de uma atitude firme e convicta de estar com a comunidade e os movimentos sociais e de iniciativas de ação comunitária com intencionalidade emancipadora e humanizadora.



Com uma atuação protagonista nos espaços de educação e de pesquisa brasileiros desde a década de 1960, Carlos Brandão destaca-se como um dos pioneiros no movimento de educação popular e de metodologias participativas de pesquisa no Brasil e em vários outros países da América Latina. Em 1967, ingressou como professor universitário, inicialmente na Universidade de Brasília (UnB), depois na Universidade Federal de Goiás (UFG) e logo em seguida na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde atuaria até sua aposentadoria, tendo ainda sido professor convidado e visitante em cinco universidades do Brasil e em uma da Argentina.

Em seu percurso, foi fundamental sua formação e inserção como antropólogo, tanto devido à ênfase dada em seus trabalhos quanto por meio de cursos na UnB e na Universidade de São Paulo (USP). Especialmente a partir dos anos de 1980, ele passou mais fortemente a construir colaborativamente propostas e formulações teóricas e metodológicas em torno das perspectivas participativas de pesquisa e de construção do conhecimento, especialmente por meio da pesquisa participante e da pesquisa-ação.



Não há dúvidas de que é uma das mais importantes referências internacionais do campo da educação popular, considerando sua vasta contribuição teórica, mas, sobretudo, seu exemplo de intelectual engajado, inserido, generoso e presente nos lugares em que a vida pulsa e acontece, no coração dos movimentos sociais populares.

Sua contribuição ao movimento de educação popular em saúde é imensamente significativa e presente, tanto pela capacidade de seus escritos, de subsidiarem inspirações, aprendizados e desafios para os protagonistas da educação popular na área da saúde, como por sua perene participação em eventos e processos formativos do movimento nacional de educação popular em saúde. Em 2018, fraternalmente concordou em ser um dos protagonistas da *Antologia da educação popular em saúde*, formulada pelo Grupo Temático de Educação Popular em Saúde da Abrasco (2020), contando com um texto no qual narra suas aproximações com a educação popular em saúde.

O significado de Carlos Rodrigues Brandão para a educação popular em saúde encontra-se não apenas em sua obra, mas, principalmente, em sua trajetória, sua postura e seu exemplo humano como educador, pesquisador e mestre, para todas e todos nós da educação popular. Brandão tinha uma profundidade oceânica de saberes e de conhecimentos, mas partilhava tudo de forma simples, sendo sempre uma presença fraterna, amiga, que transmitia às novas gerações coragem para criar e ousar e perseverança para a luta pedagógica cotidiana.

Como ele gostava sempre de marcar: ensinava contando histórias. Um contador de histórias, que assim nos mobilizava e inspirava a buscar a boniteza em nossas experiências. Suas palavras, seus gestos e seu exemplo continuarão a nos inspirar a construir dia a dia essa boniteza, significada na prática por iniciativas educativas encharcadas de participação, de democracia, de valorização dos vários saberes, de amorosidade, de humanização, de compromisso e de luta contra todo tipo de opressão, vulnerabilidade e exclusão.

O acervo rico de textos, vídeos e outras contribuições em diversas mídias que Carlos Brandão nos deixa constitui um legado vivo de reflexões e possibilidades que podem, certamente, orientar e inspirar ante desafios cotidianos de todas e todos que buscam construir práticas humanistas em saúde referenciadas por uma abordagem educativa dialógica.

Nesse momento histórico de reconstrução da nossa nação, da necessidade de pensarmos a possibilidade de uma saúde profundamente orientada por uma perspectiva da integralidade, suas palavras e seus gestos são guias para nos ensinar, no desenvolvimento de ações, a educação popular e da participação social em saúde. E o principal: que essas sejam desenvolvidas em um ambiente permeado pelo ideário e pelas orientações dessas concepções, ou seja, com todo o seu conjunto de princípios e preceitos éticos e políticos.

O atual momento de nossa nação exige de todos nós, homens e mulheres, muito estudo, reflexão, avaliação e discussão. Não podemos nos dar ao luxo de alimentar ilusões e de ficar parados achando que, após anos de barbárie social e retrocessos nas políticas públicas, tudo vai cair do céu e algumas pessoas abençoadas virão ao nosso socorro trazer respostas e apontar os caminhos que devemos seguir. Todos e todas nós, trabalhadores e trabalhadoras da saúde na atenção básica, conselheiros e conselheiras de saúde, usuários e usuárias, aqueles e aquelas que estão na ponta, atuando como estudantes, pesquisadoras e pesquisadores, docentes, gestores e gestoras, enfim, todos nós temos o dever de pensar criticamente a nossa realidade e, principalmente, o compromisso de elaborar, propor e implementar estratégias, ações e experiências humanizadoras e emancipadoras, de modo que a reconstrução crítica da nação seja um processo tecido por cada um, cada uma e por todas, todos e todes nós, em uma caminhada que seja permeada por atenção e coerência aos princípios da ética humanista, da democracia, da participação social, da coletividade e da diversidade.

Será sempre presente, vibrante e potente, portanto, a caminhada profícua e inspiradora de nosso mestre, deixando um legado que continuará a nos mover adiante na construção esperançosa da educação popular e, com ela, de outros mundos e outras relações humanas e sociais possíveis. Carlos Rodrigues Brandão continuará presente em nossas ações, construções e produções. Um companheiro sempre nos iluminando e inspirando a construir um mundo melhor e uma educação libertadora.

Obrigado, Brandão!

Carlos Rodrigues Brandão presente, sempre, sempre!

## Referência

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA. *Antologia da educação popular e saúde no Brasil*. João Pessoa: CCTA/UFPB, 2020. v. 1. Disponível em: <https://www.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/educacao/antologia-da-educacao-popular-e-saude-no-brasil-volume-1>. Acesso em: 13 maio 2025.

# Dizer a sua palavra, escrever a sua história: algumas ideias e alguns devaneios sobre a pesquisa participante desde o lugar onde se sonha encontrar a antropologia e a educação popular

Este escrito foi originalmente um capítulo de livro ou um artigo publicado utilizado para aulas e palestras. Nesta versão “nas nuvens” ele pode ser livre e gratuitamente acessado para ser lido ou utilizado de alguma outra maneira. Livros e outros escritos meus podem de igual maneira ser acessados livremente em [apartilhadavida.com.br](http://apartilhadavida.com.br) ou em [sitiodarosadosventos.com.br](http://sitiodarosadosventos.com.br).

## **Carlos Rodrigues Brandão**

Licenciado em Psicologia, pós-doutorado na Universidade de Perugia e na Universidade de Santiago de Compostela – Espanha, doutor em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB).



*Não somos o que somos. Somos o que nos tornamos para transformar quem somos.*

*Em um encontro em Bogotá, em junho de 2015 (agora, quando escrevo isto), alguém disse que essas palavras são de Eduardo Galeano.*

*Estes escritos, iniciados em Bogotá, na Colômbia, são um diálogo com várias pessoas. São também um diálogo ao vivo com Alfonso Torres Carrilo. E são a ele dedicados.*

## **Primeiras palavras, primeiras histórias... memórias**

Há um tempo em que se conta o tempo por meses. Vem em seguida um outro em que se conta o tempo por anos. Mais adiante, bem mais, vem um outro em que se conta o tempo por décadas. E há um outro em que se pode dizer: "há meio eu já...".

Esse é o meu caso. Faz meio século e mais quatro anos que ingressei, ao mesmo tempo, na vida universitária e naquilo que, àquele tempo, jovens cristãos como eu dávamos o nome de "engajamento", e que hoje é mais conhecido como "militância". Há meio século e mais dois anos, na esteira da primeira equipe de Paulo Freire, àquilo a que então chamávamos de "educação de base" e que considerávamos como uma das vocações de um projeto político emancipatório (essa palavra não nos era comum então), que envolvia de artistas a estudantes, demos o nome de "cultura popular". E às agremiações que sonhavam praticá-la dávamos o nome de "movimento de cultura popular". A expressão hoje corriqueira: "educação popular" surgiria entre nós anos mais tarde, como um dos campos de realização da cultura popular. Educação popular não aparece em *Pedagogia do oprimido*, e a uma "educação bancária", Paulo Freire se opunha com esperança de uma educação libertadora.

No Movimento de Educação de Base, por onde, em 1963, ingressei no mundo militante da cultura e da educação popular, realizávamos "estudos de área" em comunidades camponesas em que atuávamos. Era já uma modalidade de pesquisa de campo cujo destinatário não estava na academia, mas na comunidade investigada. No entanto, isso a que atribuímos nomes – como: "autodiagnóstico", "pesquisa participante", "pesquisa-ação", "pesquisa-ação-participante" ou, em espanhol, "investigación-acción-participativa" – surgiria entre nós entre os anos 1970.

Entre o estudante de psicologia e o professor de antropologia (e de outras áreas mais efêmeras em minha vida), vivi desde 1961 (estudante) e 1967 (professor) entre as duas margens de um mesmo rio. Sigo até hoje atuando como professor universitário. E nos últimos 18 anos estive dedicado a programas de pós-graduação, atuando em seis universidades, inclusive a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), na qual me aposentei em 1997, seguindo como professor colaborador até hoje. Durante todos os anos entre 1963 e agora, estive sempre intensamente envolvido com atividades de educação popular (campo no qual incorporo a pesquisa participante), entre escritos, assessorias diretas a movimentos populares e participação em encontros, congressos e semelhantes.

Fui e sigo sempre um “homem entre fronteiras”. Sonhei ser engenheiro florestal, formei-me em psicologia e sou antropólogo. Sendo um “homem de academia”, viajo para longe dela sempre que posso, entre pesquisas de campo (e foram muitas) e momentos de presença junto a grupos e movimentos populares. Chamam-me “educador popular” e aceito de bom grado essa identidade liminar que me acompanha há mais de meio século. No entanto, mais do que tudo, gosto de me apresentar a outras pessoas como... “um professor”. Sempre escrevi muito, entre a educação, a antropologia (camponeses, negros, atores populares de cultura) e a literatura. Quando fiquei velho, comecei a escrever livros de contos e poemas para jovens e crianças. São hoje os de que mais gosto.

Desde anos, divido-me entre a pesquisa acadêmica de acordo com os padrões da antropologia e a pesquisa participante junto a movimentos sociais populares. Nos últimos anos, dediquei-me com meus alunos a desenvolver o que tenho chamado de “pesquisa solidária”. São investigações de campo realizadas por equipes de professores e estudantes compartilhando um tema comum (de que as comunidades tradicionais constituem o tema mais frequente), desenvolvendo pesquisas pessoais e interativas, dividindo por igual poderes, ideias e responsabilidades.

É desse lugar de fronteiras que escrevo as observações a seguir. Elas são pessoais e vivenciais o bastante para que eu tenha resolvido descer a fundo, inclusive em questões mais polêmicas e essenciais. Motivo, também, pelo qual estão ausentes deste escrito-depoimento as citações de autores e de textos que em outro momento me acompanharam, tanto desde a antropologia quanto desde a educação popular.



## O EU, o TU, o OUTRO, o NÓS, o ENTRE-NÓS

1ª A palavra geradora não é um EU. Também não é um TU. As palavras EU e TU sozinhas são abstrações e não possuem uma realidade própria. A palavra geradora é a da relação EU-TU. Apenas no encontro entre um EU e um TU surge a relação que funda o humano. Em minhas relações com OUTRO, eu posso vivê-lo em si-mesmo, na plenitude de seu próprio ser. E posso me colocar diante dele e para ele como um EU, na plenitude de meu ser. Posso, no entanto, objetivar o meu OUTRO como um ser de utilidade para mim. Como um ser não real em si-mesmo, mas como um ser tomado para mim. Nesse caso, eu transformo um TU em um ISSO. De igual maneira, ao assim fazer eu me torno um ISSO para ele. A relação livremente humana entre um EU-e-TU torna-se uma relação instrumental EU-ISSO, uma relação ISSO-TU, ou, mais ainda, uma ISSO-ISSO de dois sujeitos diante do OUTRO, tornados objetos para o OUTRO.

Essas ideias são tomadas do livro *Eu e tu*, de Martin Buber, a quem Paulo Freire se refere em *Pedagogia do oprimido*.

2ª Em sua inteira integridade, o OUTRO não me pode ser jamais uma abstração. Entre seres humanos em interação, a absoluta realidade do OUTRO se impõe a um MIM. O OUTRO é sempre absolutamente pessoal, interativo e concreto para MIM. Diante de MIM, o rosto de um OUTRO é a realidade existencial mais absoluta e determinante de tudo o mais. Diante de MIM, o rosto do OUTRO me impele a acolhê-lo, quem quer que ELE seja. É a presença concreta de um OUTRO diante de MIM quem funda não apenas a origem de todas as relações, mas, de igual maneira, a ética fundadora de todos os meus gestos, de todas as minhas intenções e ações. Não que a presença absoluta de um OUTRO diante de MIM me constranja e obrigue a. Sendo essa uma relação fundadora absolutamente real, ela, vivida em sua plenitude, liberta o OUTRO diante de MIM e ME liberta diante de um outro. A liberdade é o pleno reconhecimento do OUTRO diante de MIM.

Essas ideias são tomadas escritos de Emmanuel Lévinas.

3ª Diante de um OUTRO, posso fazer a crítica de suas ações para COMIGO. Posso dizer a ele, como um sujeito pleno diante de MIM, de que forma afetiva e racionalmente uma ação sua me afetou. Posso avaliar suas ações, sentir os seus gestos e criticar seus efeitos. Mas de forma alguma não posso fazer o mesmo com o SER de sua pessoa. Esse é um território humanamente sagrado e avaliação alguma é aí procedente. Diante de um

alguém que reconheço me haver feito um mal posso retornar a ele o sentimento ou a crítica que faço de seu gesto para comigo. Mas de forma alguma posso partir da crítica de sua ação para dizer: “você é mau”. Uma coisa é a crítica do gesto ou da ação, e ela pode impelir a um diálogo entre duas pessoas. Outra coisa é a avaliação invasora e invasiva do EU de uma pessoa. E ela conduz à submissão de um OUTRO a MIM por meio da invasão minha de sua interioridade.

Essas ideias são tomadas de escritos de Humberto Maturana.

4ª Quem quer que seja, qualquer pessoa é uma fonte original, única, insubstituível e irrepetível de suas próprias sensações e sensibilidades, e de seus símbolos, sentidos de vida, significados de mundo, saberes e sociabilidades. Nela estão a sua vida vivida, sentida e pensada, e em seu interior ela guarda tudo o que nela, para ela e através dela constitui algo mais do que uma entre outras identidades. Todos os saberes-outros sobre uma pessoa podem ser racional e cientificamente mais complexos e convincentes do que o “dela para ela mesma”. No entanto, não possuem para ela o mesmo valor que os seus-próprios. Porque nos saberes-outros não está presente a configuração de sua própria vida.

Assim sendo, quando partilhamos o que somos e o que trazemos de vivido-sentido-e-pensado, estabelecemos relações com outros, cujo ponto de partida deveria ser a diferença que nos qualifica isenta da desigualdade que nos desqualifica. Somos únicos, diversos e diferentes e é a partir desse reconhecimento que podemos partilhar sensações e sensibilidades, símbolos, sentidos, significados, saberes e sociabilidades (aqui compreendidas como o partilhar de um mundo e um poder agir para transformá-lo) a partir do reconhecimento do outro em sua inteireza e em suas diferenças partilháveis para comigo. Essas situações devem ser chamadas de dialógicas. E o diálogo não é nelas um instrumento para a intercomunicação. É, pelo contrário, o motivo essencial e a razão de ser de toda interação entre as pessoas. Ao criarmos entre EU e TU um NÓS e, em seu interior ativo, um ENTRE-NÓS, como o campo humano das relações pessoa-pessoa, nós nos relacionamos não para combater, convencer e converter, mas para aprendermos a mutuamente compreender e nos-compreendermos... a MIM, a TI, a NÓS.

Essas ideias provêm do personalismo, tal como os leio em Emmanuel Mounier e em Maurice Nedoncélle, e de algumas correntes da antropologia, da psicologia e da pedagogia.

5<sup>a</sup> O mesmo que vale aqui no singular de uma pessoa vale no plural de um coletivo de pessoas, de uma comunidade, de uma cultura. Qualquer que seja, toda a cultura humana (como realização de uma vida social) é em si mesma uma fonte original, única, insubstituível e irrepetível de si mesma. Assim sendo, cada criação coletiva de um ENTRE-NÓS, tornada uma entre tantas dimensões da vida social, apenas por meio de seus próprios símbolos, sentidos, significados e saberes, pode ser pensada, conhecida, compreendida e interpretada.

Logo, toda a transposição de uma cultura para os sistemas de símbolos, sentidos, significados e saberes de uma outra resulta em uma interpretação, que mesmo quando coerente e convincente desde o seu ponto de vista, nunca se realiza como uma compreensão completa, plena e totalizante da “outra cultura”.

Conta-se entre praticantes da antropologia que um antropólogo norte-americano realizou uma exaustiva e bem-intencionada investigação a respeito de uma tribo indígena dos Estados Unidos. Possuía ele um amigo indígena dessa tribo. Um indígena letrado e com formação acadêmica na escola dos brancos. Pediu ao amigo indígena que lesse com atenção o seu trabalho final e o avaliasse. O jovem leu e disse ao antropólogo estas palavras, que recordo agora de memória: “veja, de seu ponto de vista e de acordo com os critérios de sua ciência, nada tenho a reparar. Seu trabalho está perfeito. Agora, desde o ponto de vista de nossa cultura, ele nada tem a ver com quem somos, como pensamos e como agimos para viver nossas vidas”.

6<sup>a</sup> Tornar opaca, invisível, inconsequente ou inexistente a diferença que nos une e antepor em seu lugar a desigualdade torna toda a possível relação EU-e-TU, fundadora de um dialógico ENTRE-NÓS, uma relação EU-e-ISSO, fundadora do monólogo ou do poder ilegítimo e desumano de convencer, de converter, de calar e de impor. Logo, antipedagogicamente, de ensinar-ao-outro sem também abrir-se não apenas à escuta do outro, mas ao dialógico aprender-com-o-outro-a-quem-ensino.

Por (ilusoriamente) melhor que sejam as minhas intenções para com um outro, quando busco silenciá-lo para que me escute, eu saio do campo da interação dialógica e da mútua compreensão do ENTRE-NÓS em direção a uma imposição monológica de silenciamento, de convencimento, de conversão de um outro a mim-mesmo. Saio do campo da comunicação entre diferentes igualados para o campo in-comunicação entre desiguais indiferenciados.



**Não ser que se é,  
nadificar, nadificar-se,  
tornar invisível,  
tornar-se invisível,  
calar**

7ª Certa feita, Octávio Paz estava em um quarto de hotel. Em um momento ele ouviu um barulho alto no quarto. Alguém teria por certo derrubado algo pesado. Perguntou de seu lado da parede o que houve e quem estava ali. Recebeu do lado de

lá da parede esta resposta de uma voz feminina, provavelmente uma camareira: “não é ninguém, senhor, sou apenas eu”. Essa frase deve ser redita em seu Espanhol original, dado o que virá a seguir: “no es nadie, señor, soy solo yo”. Diante desse fato, Octávio Paz pensou o termo “nadificar”, e o seu derivado “nadificar-se”.



8ª “Escravos não possuem a sua pessoa”. Desde sociedades e culturas arcaicas, passando pela Grécia e o Império Romano, escravos, mulheres, homens, crianças, adultos e velhos não possuíam o estatuto de “uma pessoa”. Escravos eram “res”. Essa palavra latina significa “coisa”. Dela podemos extrair a palavra “coisificar” e a sua derivada “coisificar-se”.

Podemos colocá-las ao lado de “nadificar” e de “nadificar-se”. Pessoas humanas tornadas “coisa” sobreviveram no mundo durante séculos, ainda após o advento do cristianismo e apesar de, em suas origens, recomendar-se que escravos fossem considerados como seres humanos e como tal tratados – uma passagem célebre em uma carta de Paulo, considerada por alguns como fundadora da ideia de pessoa em seu sentido atual. Em diferentes colônias e depois nações das Américas, escravos provenientes da África foram literalmente tratados, utilizados e comercializados como “coisas vivas” e, como tal, incorporados aos bens materiais de seus “senhores”.

Lembremo-nos de que, apesar de fundarem uma nação livre na América do Norte e estabelecerem os seus preceitos em uma carta que copiava boa parte dos preceitos na “Declaração dos Direitos Humanos” derivada da Revolução Francesa, os “pais fundadores” dos Estados Unidos foram escravagistas. A liberdade dos escravos tardou e realizou-se à custa de uma guerra fratricida entre o norte e o sul dos Estados Unidos da América.

9ª Há um visível predomínio de microanálises das contradições do mundo globalizado em que vivemos hoje. Há um predomínio do teor político-econômico da realidade concreta e dos efeitos de colonização da sociedade dominada pela pluri-hegemonia do que temos (mais do que “eles”) chamado de capitalismo neoliberal.

Há, no entanto, um outro lado em toda essa multiestudada e pluricriticada compreensão científico-política do que ora denominamos “nosso mundo”, ora “a nossa sociedade”, seja ela uma nação, uma fração regional dela ou uma comunidade camponesa. Na esfera em que nós nos movemos e dialogamos entre-nós e com os outros a quem por dever de ofício, por vocação e/ou por militância nos dirigimos existe uma outra esfera de efeitos da colonização hegemônica que importa considerar aqui.

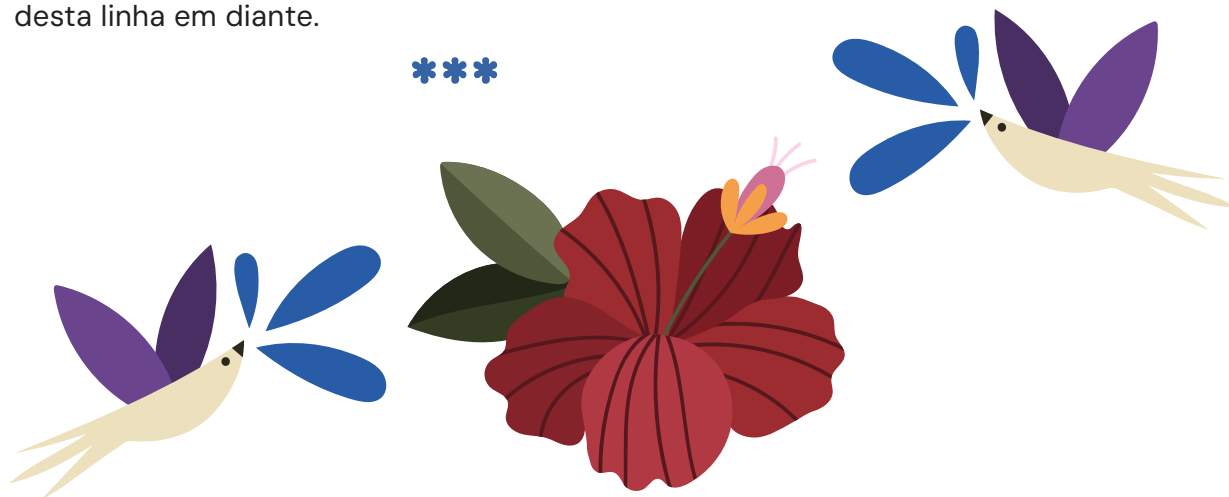
Não existem mais, oficialmente, países que convivam com a escravidão. Mas existe vigente nas Nações Unidas um “alto comissariado” para questões de trabalho forçado e escravidão em pleno século XXI.

Convivemos, ainda hoje e por toda a parte, com pessoas, famílias e grupos humanos mais extensos submetidos, aberta ou simuladamente, a situações de escravidão imposta, de servidão forçada, de condições humanamente indignas de vida e de trabalho, de humilhação, de silenciamento, de opacidade da pessoa, de invisibilidade. Essas pessoas em configurações como as da América Latina não são a exceção. São a norma. Não constituem estatisticamente uma “pequena minoria”, são grandes e despersonalizadas minorias. São, em não poucas situações, maiorias estatísticas e humanas (ou infra-humana) de pessoas como nós.

Pessoas obrigadas ao silêncio, sobretudo quando diante de outras que não seus-outros. Pessoas a quem, em termos de Paulo Freire, foi negado o direito humano de “dizer a sua palavra”. Pessoas a quem, em termos de Orlando Fals Borda, foi negado o direito social de “escrever a sua história”. Pessoas condenadas à cabeça baixa diante de outros... “superiores”. Pessoas que ademais com a pobreza econômica convivem cotidianamente com a humilhação social por serem pobres. Por serem outras-que-não-nós.

É em nome dos deserdados da terra, dos silenciados da palavra, dos esquecidos da história, dos “populares” da cultura que entre os anos 1960 e 1970 assistimos (ou ajudamos) a brotarem e florescerem por toda a América Latina e o Caribe iniciativas, experiências alternativas, focos de resistência e luta aos quais podemos atribuir estes nomes: movimentos sociais populares, educação popular, teologia da libertação, pesquisa participante.

É no intervalo entre minhas vivências como antropólogo e pesquisador de campo desde a academia e como educador popular e acompanhante sazonal de pesquisas participantes que desfilam os devaneios e reflexões não muito ortodoxas escritas desta linha em diante.



## Da terapia à educação, de ambas ao ofício de investigar

10ª Podemos recomençar pensando a terapia. Que por um momento sigamos aqui um pequeno segredo que alguns camponeses e alguns outros professores meus em ensinaram um dia: pensar o tema que

tens que pensar por meio de um que nada parece ter algo com ele. Lembremos que, originalmente, na Escola de Alexandria do século I de nossa era, entre Filon e outros terapeutas, a palavra terapia significava: “o cuidado do ser”.

Simplifiquemos. Suponhamos que uma pessoa de repente se reconheça enferma. Entre médicos e magos, ela pode buscar para a sua cura uma pluralidade, hoje, enorme de alternativas. Fiquemos apenas com algumas. Ela pode procurar um jovem médico alopata. Ele provavelmente mal tocará no corpo da pessoa enferma. Fará algumas perguntas breves e de praxe e pedirá uma grande variedade de exames, entre clínicos e radiológicos. Ela poderá procurar um médico “mais antigo”. Ele provavelmente procederá a um detalhado exame de seu corpo, nos locais onde provavelmente a fonte da enfermidade estará localizada. Fará uma anamnese clínica bastante demorada e pedirá apenas alguns poucos exames complementares. Ela poderá procurar um médico homeopata. A consulta poderá tardar mais de hora e meia. O médico fará uma imensa e estranha série de perguntas não apenas sobre os sintomas e as sensações da enfermidade, mas sobre vários outros dados e informes sobre o corpo, a mente e os hábitos da pessoa enferma. Fará um exame físico apenas pouco semelhante ao do cuidado do médico alopata. Dificilmente pedirá exames clínicos. Receitará remédios e dirá que um acompanhamento ao longo de meses será indispensável.

Pode ser que a pessoa procure o terapeuta de medicina chinesa que certa feita atendeu a uma amiga minha em São Paulo. Seu exame físico foi detalhado, mas em nada semelhante ao dos outros terapeutas. Ele demorou largo tempo em “escutar” o pulso de minha amiga. Examinou detalhes de suas mãos e unhas. Observou com atenção e uma lente a sua íris. E realizou com ela um inventário exaustivo que ia do mais evidente em sua vida até os mínimos hábitos cotidianos, entre a mesa, a cama e o banheiro. Mais do que isso – e por isso o preço da consulta terá sido alto –, ele marcou uma ida à casa de minha amiga. Passou quase uma manhã lá. Inventariou sua cozinha, os tipos de panelas, os alimentos dentro e fora da geladeira e os temperos. Foi ao quarto e exa-

minou a posição da cama, a qualidade do colchão e do travesseiro, ademais das cobertas, especialmente o cobertor. Perguntou por ventos, frios e calores na casa e as posições do sol durante o dia. Foi ao banheiro, examinou-o com cuidado e fez perguntas embaraçosas, entre o que ela fazia “ali” e o que fazia na cama, sozinha ou acompanhada. Em um retorno no dia seguinte, o terapeuta chinês fez um resumo de tudo o que observara. Escreveu recomendações que iam do travesseiro e da posição da cama no quarto aos alimentos e temperos. Recomendou práticas de exercícios (orientais de preferência), e finalmente receitou dois remédios. Um retorno para dois meses foi agendado.

Entre uns e outros, uma pessoa enferma poderá buscar ajuda terapêutica em um leque de escolha bastante maior do que o sugerido aqui. Cada uma a seu modo e em seus termos, é provável que todas ou pelo menos algumas dessas terapias “ajudem a pessoa enferma”. Acreditemos que uma ou outras logrem curá-la inteiramente de seu mal. No entanto, se as pensamos como momentos e campos de relacionamentos entre pessoas, podemos acreditar que na primeira situação mal o médico tem diante de si um alguém, um TU. Terá frente a si um cliente, um conjunto de sintomas a explorar, um caso clínico a resolver. Talvez apenas da segunda situação em diante e, mais ainda, da terceira para a frente, duas pessoas interagem como pessoas. É quando para o terapeuta um alguém não é representado como dados a estudar e sintomas a decifrar, mas como um ser pelo qual somente através de um diálogo – mesmo entre dialogantes situados em posições desiguais – existam trocas que vão do reconhecimento do corpo a uma troca de palavras em que, de um lado e do outro, busca-se chegar a um saber que, vindo do cliente ao terapeuta, é devolvido ao cliente como um saber que cura (espera-se).

**11º** No campo da psicoterapia, algumas diferenças que estarão mais próximas do lugar até onde espero chegar talvez sejam melhor esclarecedoras. Uma pessoa que se reconheça em um estado de desequilíbrio de si-mesma pode também ter diante de si um leque talvez ainda mais amplo de escolhas. Fiquemos com três.

Ela poderá procurar um clínico comportamental. A ele, a pessoa-que-sofre poderá aparecer como um caso clínico classificável de antemão. Uma bateria de testes impessoais seguiria uma conversa breve e centrada em uma coleta de informes de teor externamente comportamentais. Da leitura dos “dados dos testes”, um tratamento dirigido apenas a uma possível “cura dos sintomas” poderá ser recomendado.

Mas a mesma pessoa poderá procurar um psicoterapeuta a quem importa não exterioridade mensurável dos sintomas de comportamento, mas a qualidade do que interiormente aquela pessoa vive e, por meio de conversas abertas de parte-a-parte, espera-se que seja possível desvelar. Longas sessões de conversas olhos-nos-olhos isentas de testes e mensurações serão necessárias. E o terapeuta, um homem especializado em aconselhamento psicológico, com base em algo bastante além de testes e buscas de sintomas, poderá de maneira bastante mais pessoalizada dizer palavras e buscar sentidos e orientações que ajudem a pessoa-que-sofre a superar o que lhe causa o sofrimento.

Se essa mesma pessoa buscar um psicólogo não diretivo, um passo além na qualidade das interações entre os dois certamente ocorrerá. À diferença do segundo e muito além do primeiro, o terapeuta partirá do suposto de que tudo o que há para ser desvelado, esclarecido, tornado consciente e assumido não partirá dele e de seus sábios conselhos.

Toda a conversa entre um e o outro será dirigida para que o terapeuta apenas ajude a pessoa-que-sofre a entrar dentro de si-mesma, a conviver com os silêncios e segredos, a buscar entre suas sensações, emoções, saberes e significados tudo aquilo que importa saber. E é essa "tomada pessoal de consciência" o que poderá responder, no todo ou em parte, em uma cura. Ou pelo menos em um conhecimento de si-mesmo que somente é verdadeiro, fecundo e eficaz se brotar de dentro para fora e da pessoa para ela-mesma, através de um terapeuta que nada descobre, nada desvela, mas que cria as condições para que o outro não apenas saiba o que sente, mas sinta em profundidade o que sabe. E isso, sabemos bem, somente a própria pessoa pode alcançar.

**12<sup>o</sup>** Se pudermos pensar não apenas a relação entre um terapeuta do corpo ou do espírito (ou de um e outro) e uma pessoa, mas um relacionamento entre um alguém que desde a pesquisa científica investiga corpos, mentes e espíritos, poderemos percorrer um caminho semelhante.

Um cientista experimental poderá aplicar testes objetivos, fazer medições e obter dados de um conjunto de "objetos de pesquisa" numa relação em que a impessoalidade e o anonimato serão apresentados como a garantia da objetividade do procedimento e da proteção dos investigados. O que é "meu", como um sentimento, uma ideia, uma maneira de ser, ou o que seja e venha a ser um tema ou questão de pesquisa e foi a outros "revelado" tornam-se uma equação de dados somados a outros igualmente

impessoalizados e anônimos. Cifras, “resultados” e saberes que, coletivamente tornados uma estatística e como tal analisados, resultam em um saber científico “deles” a nosso ou meu respeito. Se acaso me for facultado ler o “relatório da pesquisa”, lograrei saber ou não em abstrato algo de mim em que, coletivizado, o meu-eu desapareceu.

Ora, em uma relação de pesquisa de tipo clínico, a qualidade da interação é diversa, ainda que do meio do caminho em diante algo de igual impessoalidade venha a aproximar um procedimento do outro. Um cientista poderá tornar pessoal a relação e, assim, também o processo de suas interações com os seus “objetos de pesquisa”, a um passo de se tornarem “sujeitos” na relação. A própria indicação de anonimato poderá ser negociada de um lado e do outro e é bastante provável que, em vez de “dados estatísticos”, o pesquisador lide com “casos” entre os quais – como o seu nome próprio ou um outro, inventado – a “pessoa do sujeito” não desapareça.

Se o que uma mulher revelou como os seus sentimentos e saberes por meio de sua fala e segundo a sua lógica resulta em algo incompreensível para ela própria, estaremos diante de uma situação em que aquela que sente o que se deseja saber termina sem conhecer o saber do que ela própria sentiu, quando seus sentimentos, ao lado do de outras pessoas submetidas ao mesmo procedimento, acabam sendo transformados em um documento que, para ser científico, precisa tornar-se incompreensível – no todo ou em parte – justamente pelas pessoas que tornaram possível aquele saber-de-ciência. Esse procedimento usual em pesquisas do campo da psicologia e da psicanálise é totalmente diverso de procedimentos clínicos das diversas terapias não diretivas, em que o terapeuta (o cuidador do ser-da-pessoa) se torna algo como um espelho e objetiva-se ao limite, no intuito de proporcionar a quem tem diante de si o subjetivar-se ao máximo, a ponto de transformar-se, ele mesmo, no agente ativo de uma descoberta de si-mesmo.

Quando recordamos aqui e ali a maiêutica, como o método socrático de ensinar não “a filosofia” a outros, mas ensinar os outros a filosofarem, estamos diante de um procedimento em que, por meio de um diálogo crescentemente questionador, acredita-se de dentro de si mesmo, como um processo interior de anamnese – de recordação do que estava-em-mim-e-eu-esqueci – quem pergunta e reflete-com e quem reflete e responde-a encontram juntos um sentido, um significado ou uma verdade que buscavam juntos.

Apenas como uma revelação que nos ajude a compreender isto, lembro que, no Brasil, até pouco tempo atrás as bulas de medicamentos alopáticos vinham escritas em uma linguagem de médico para médico e apenas a posologia e alguns outros poucos dados eram genericamente compreensíveis por quem viesse a usar um remédio. Uma lei recente obrigou os laboratórios a publicarem bulas em uma linguagem compreensível por leigos letrados.

13<sup>o</sup> Se naveguei longo tempo por campos da terapia médica e da psicologia, é porque acredito que algo muito semelhante acontece também – entre o passado e o presente – no campo da educação. E assim também no complexo e contraditório campo das buscas de dados, de fatos, de informes, de memórias, de histórias, de narrativas, de versões sobre isto e aquilo que conduzem algumas pessoas à prática daquilo a que damos nomes como “pesquisa” ou “investigação”, tanto no interior quanto também fora do mundo dos mais diversos campos e das mais diferentes vocações não apenas das ciências mas também de outras áreas do saber e do sentido, como as artes.

Alguns escritores de romances que há anos me acostumei a ler e reler procederam como investigadores de histórias passadas ou situações do presente para escreverem alguns ou todos os seus livros. Assim procedeu João Guimarães Rosa para escrever *Grande sertão: veredas*. Ele viajou dias e dias a cavalo com vaqueiros dos sertões de Minas Gerais e suas anotações de campo foram recentemente publicadas. Para escrever *Memórias de Adriano*, Marguerite Yourcenar pesquisou documentos longamente. Recomendando ver o seu relato ao final do livro. Umberto Eco procedeu de igual maneira para escrever *O nome da rosa*. E ele publicou um pequeno livro em que relata como procedeu. Vargas Llosa veio ao Brasil e foi aos sertões da Bahia para pesquisar nas fontes originais o que foi a sangrenta “Guerra de Canudos” antes de *A guerra do fim do mundo*. Como terá procedido Gabriel Garcia Marques para escrever *Cem anos de solidão*?

14<sup>o</sup> Tanto um par de pais para a escolha de seus filhos quanto um jovem recém-formado em pedagogia para a escolha do encaminhamento de sua carreira provavelmente – desde que possuam tempo e condições para proceder a escolhas – buscarão “educações” e escolas que correspondam em termos de formação de pessoas, seja para a escola onde a filha deverá estudar, seja a corrente de pensamento e de prática pedagógica a que o jovem professor sonha afiliar-se.

15<sup>o</sup> De um modo ou de outro, entre pesquisas “puras” (se é que elas existem), “científicas”, “cientificistas”, “aplicadas”, “sociais”, “críticas” ou “participantes”, toda a investigação que envolve outros-que-não-eu é uma invasão. Qualquer que seja o seu propósito, toda investigação invade alguma porção do território de um coletivo de pessoas ou de uma pessoa. E quanto mais “profunda”, quanto mais uma investigação busca fatos e não apenas dados, e busca narrativas (memórias, ideologias, imaginários, confidências etc.) de um outro ou de outros, tanto mais ela tende a tornar-se mais invasiva. Esse será um dos motivos pelos quais a ciência que eu pratico, a antropologia, encontra-se, nesse momento crítico de sua “pós-modernidade”, em uma franca crise-de-si-mesma. Um questionamento que se tornou mais agudo quando nações e culturas antes investigadas por antropólogos “centrais” (Europa e Estados Unidos da América) começaram a ser questionadas por antropólogos “periféricos” (Índia, África do Sul, Palestina, América do Sul) que, no entanto, pessoalmente ou por meio de seus livros e artigos, eles próprios ajudaram a formar. Essa crise é não apenas científica, epistemológica e entre tendências teóricas, mas é também pessoal, interpessoal, eticamente interativa e política.



## Diferentes abordagens, alternativas diversas, olhares transversos

divergentes. No que toca a questão da pesquisa e da construção do conhecimento por meio de procedimentos diferenciadamente considerados como científicos, uma delas recebe vários nomes: “pesquisa científica”, “pesquisa positivista”, “neopositivista”, “quantitativa”, “experimental” e outros. De modo geral e não raro simplista, essa vertente toma ciências tais como a física, a química e a biologia como modelos a serem seguidos de perto ou com relativa distância. O desafio de Émile Durkheim, no sentido de que “fatos sociais sejam considerados como coisas”, talvez seja o seu melhor e mais radical espelho.

16<sup>o</sup> Desde sempre, ou desde alguns anos atrás, sempre houve no campo das terapias, das pedagogias e das pesquisas duas direções originais e desdobráveis em diferentes vertentes, tendências, teorias e metodologias ora convergentes, ora diferentes, ora di-

A outra vertente é derivada do que alguns epistemólogos chamariam de “ciências do espírito”, para denominar de modo geral aquelas que “consideram que fatos sociais, culturais e/ou humanos como algo para além dos fatos da física, da química e da biologia, em todas as suas dimensões e diferenças”. São também vários os seus nomes e derivados: “pesquisa humanista”, “pesquisa interativa”, “pesquisa interpretativa”, “pesquisa qualitativa” e outros.

17<sup>a</sup> Nos termos e alternativas que mais de perto interessam a essas reflexões, podemos pensar que a primeira vertente é aquela que busca transformar narrativas em fatos e fatos em dados a serem analisados. A outra seria aquela que, segundo as suas muitas variantes, procura transformar dados em fatos e fatos em narrativas a serem interpretadas. Ou, ainda, transformar narrativas originais – aquelas ditas por quem nos responde – em narrativas ressignificadas.

Olhadas de outro ângulo, uma vertente busca fragmentar uma “realidade” (uma pessoa, uma comunidade, um fato social) em suas frações, para que ela possa ser analisada e compreendida. A outra é aquela que busca integrar frações de uma “realidade” em dimensões mais abrangentes, interativas e totalizadas, com o propósito de interpretar e compreender essa fração-em-seu-todo e, se possível, o contexto do todo de que é parte.

## Referências

BUBER, M. *Eu e tu*. São Paulo: Centauro, 1974.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



03

**Diálogos com  
a experiência**

# Agentes populares e a educação popular em saúde no contexto das crises sanitária, ambiental e social

## **Isabel Passos Delforge**

Psicóloga, mestre em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz). Atua na Brigada Popular Solidária Dom Helder Câmara – Mãos Solidárias-PE e na coordenação estadual do AgPopSUS Pernambuco.

## **Livia Milena Barbosa de Deus e Mélo**

Fisioterapeuta, sanitarista, doutora em Saúde Pública pela Instituto Aggeu Magalhães, da Fiocruz Pernambuco. Assessora especial da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (SGTES/MS).

## **Paulette Cavalcanti de Albuquerque**

Médica sanitarista, doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), pesquisadora no Instituto Aggeu Magalhães, da Fiocruz Pernambuco, e professora na Universidade de Pernambuco (UPE). Integrante do GT de Educação Popular em Saúde (EPS) da Abrasco e da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS-PE).

## **Romario Correia dos Santos**

Graduado em Odontologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC-UFBA) e consultor da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (SGTES-MS).



**Introdução** O mundo tem sido atravessado por um conjunto de crises produzidas pelo modelo de produção capitalista, impactando os modos de vida, adoecimento e morte das coletividades humanas, além de trazer prejuízos para o meio ambiente em âmbito local e global (Giatti; Maksud, 2023). A isso se soma a emergência de novos desafios, como as mudanças climáticas e alterações das relações de trabalho – uberizadas – em uma lógica individualista neoliberal; por outro lado, há um agravamento dos antigos desafios, como a fome, a permanência de doenças negligenciadas, crescimento de doenças crônicas e desestímulo à coletividade em vista da conquista de direitos sociais.

Fazendo um recorte recente do Brasil, observa-se um cenário, nos últimos anos: de epidemias de dengue, zika e microcefalia, de pandemia de covid-19; de desastres climáticos, como enchentes no Rio Grande do Sul, desmoronamentos de terra no Rio de Janeiro e em Pernambuco; eventos tecnológicos de impacto na saúde pública, como o derramamento de petróleo na costa litorânea brasileira, os rompimentos de barragens com rejeito de minério em Minas Gerais e o afundamento de bairros em que ocorria, no subsolo, extração de sal-gema em Alagoas. Tudo isso experienciado em um período de fortalecimento da extrema direita, que imprime políticas neoliberais, desregulamentação ambiental e redução de direitos trabalhistas e sociais, que recolocam o Brasil no mapa da fome, agudizada na pandemia de covid-19 (Méllo; Albuquerque; Santos, 2022).

No entanto, elencado como uma das maiores conquistas do povo brasileiro, o SUS e, particularmente, a Estratégia de Saúde da Família na Atenção Primária à Saúde (APS) têm exercido papel fundamental na garantia de saúde no seu conceito mais ampliado, capilarizando o cuidado integral, a vigilância em saúde e a coordenação da atenção com participação social (Giovanella *et al.*, 2021). De forma contraditória, a última conjuntura política não privilegiou o SUS nem a APS no maior desafio sanitário da humanidade no século XXI, engendrado pela pandemia da covid-19, que deixou um legado para o país como uma das doenças mais letais no mundo, disseminada de forma racializada e classista (Cabral *et al.*, 2024). O governo Bolsonaro não apresentou uma coordenação nacional para a mitigação dos efeitos sociais e na saúde da covid-19, agindo pautado por uma necropolítica que vulnerabilizou especialmente as populações tradicionais, do campo, das florestas e

das águas, os indígenas e aqueles que moram em áreas periféricas das cidades, deixando um vazio que era propositivo e claro: o Brasil não pode parar! (CNN Brasil, 2020).

Dessa forma, a sociedade civil organizada desenvolveu ações baseadas no lema “O povo cuidando do povo e em defesa do SUS”, articulando saberes e fazeres que dessem conta de não apenas manter a população viva durante a pandemia de covid-19, mas sem fome, com informação adequada, problematização, amorosidade e apoio social para a transformação da realidade. Ações se expressavam de forma orgânica, popular, diversa e ampla (Silva *et al.*, 2024). Tais preceitos são expressos na Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS), instituída em 2013, como elementos da valorização do território, seus saberes e práticas de construir novos sentidos para o mundo (Brasil, 2013).

Considerando a importância de sistematizar experiências nacionais que influenciaram a construção de inéditos viáveis, este artigo tem por objetivo refletir sobre o surgimento de agentes populares de saúde no Brasil, sua atuação enquanto resposta social organizada às crises vivenciadas pelos territórios e sua institucionalização enquanto política pública.

\*\*\*



## A pandemia de covid-19 e o surgimento dos agentes populares de saúde em Recife-PE

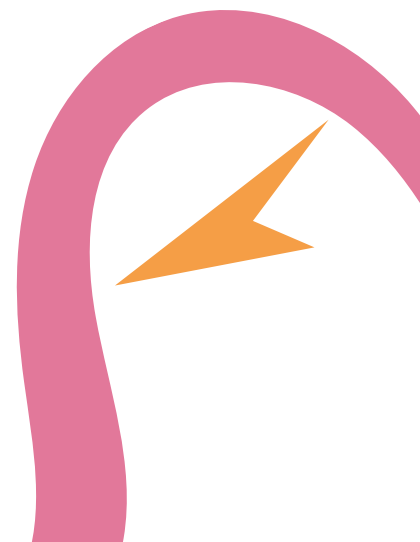
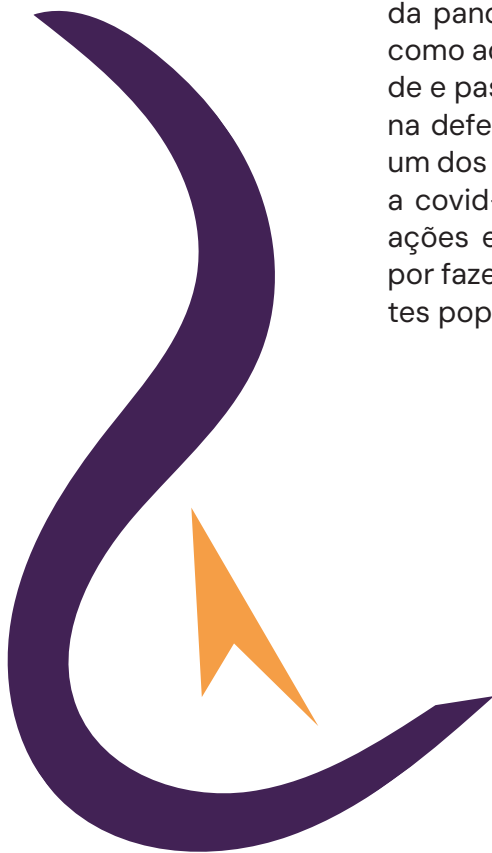
A população brasileira foi surpreendida, em março de 2020, com a pandemia de covid-19. De repente, surge uma ordem: “fiquem em casa”. Aulas e atividades de trabalho são suspensas, inicialmente por 15 dias, e depois por meses. O número de casos da doença aumenta exponencialmente, levando à

rápida superlotação das unidades de terapia intensiva (UTI), serviços de urgência e emergência e hospitais em geral, em um cenário de pouca articulação nacional.

Logo nos primeiros dias de *lockdown*, os movimentos sociais colocaram-se em mobilização para contribuir com as questões que se fizeram necessárias. Em Recife-PE, a Campanha Mãos Solidárias e a Campanha Periferia Viva foram protagonistas de muitas ações, projetos e cursos, sempre com o objetivo de desenvolver ações solidárias nos territórios.

A solidariedade estava em alta, com toda a sociedade se mobilizando para financiar ações que pudessem minimizar os efeitos da pandemia. Desenvolve-se o conceito de solidariedade ativa como aquela que supera a mera entrega de doações ou a caridade e passa pela mobilização de novos sujeitos sociais que atuam na defesa de direitos. Em maio de 2020, algumas lideranças de um dos bairros da campanha solicitaram mais informações sobre a covid-19, como um curso, inconformadas com a ausência de ações educativas e preventivas pelo poder público e ansiosas por fazer mais pela população dos bairros. Aqui, surgem os agentes populares de saúde.

\*\*\*



## O curso

A formação foi organizada em três módulos e, em poucas semanas, produziu-se um caderno de formação dos agentes populares. O primeiro módulo discutia o que é o vírus, as formas de transmissão e de proteção, o papel dos agentes e a orientação para a realização do trabalho educativo, casa a casa, na comunidade.

O curso (figura 1) baseou-se na pedagogia dos movimentos sociais, com a oferta do tempo escola e do tempo comunidade. No tempo escola, temos os educandos em sala de aula, presencialmente, fazendo oficinas pedagógicas para compreender os temas. Ainda no tempo escola, são explicadas as atividades a serem desenvolvidas no tempo comunidade, que é o período entre dois momentos de tempo escola em que educandos(as) estão nos seus territórios, na vivência do dia a dia, e devem desenvolver ações educativas com a comunidade.

O tempo comunidade do primeiro módulo se propunha a visitar dez casas da sua vizinhança, sem entrar na casa nem no terreno, isto é, ficando na rua mesmo, e conversar sobre a saúde das pessoas da residência, sobre a covid-19, sobre a prevenção por meio da lavagem das mãos de forma correta, do uso da máscara e do

Figura 1 – Turma do curso de agentes populares de saúde em Recife/PE



Foto: Paulo Rogério Adamatti Mansan.

afastamento de, preferencialmente, 1,5 metro de outras pessoas. Também se informava sobre os cuidados ao voltar da rua para casa, quando deveriam tomar banho e trocar de roupa, além de limpar os utensílios como bolsas e objetos trazidos da rua.

No primeiro módulo, ocorreram três oficinas práticas: a primeira, utilizando-se como elemento disparador o colorau. Foi solicitado a um dos alunos que se voluntariasse na atividade prática da aula, na qual deveria sujar as mãos com colorau em grande quantidade para, em seguida, com as mãos manchadas, fazer alguns movimentos naturais, como se sentar na cadeira, falar com um colega, tocar no ombro, no cabelo, na bolsa, nos óculos etc. A partir das manchas deixadas pelo colorau nesses movimentos, fez-se uma analogia com o vírus da covid-19, que da mesma forma se espalha das mãos para outras superfícies. Em uma segunda prática, propôs-se que fosse realizada a higienização das mãos de forma correta, com 7 a 12 passos padronizados. Dessa prática, esperava-se que o colorau saísse completamente das mãos, incluindo as unhas.

Na terceira prática, utilizavam-se diversos tipos de farinhas com gramaturas diferentes, espalhando-as em névoa que simulava a um espirro, representando a disseminação do vírus. Foi solicitado a um estudante que se voluntariasse colocando farinha de mandioca na boca, enchendo-a e, sem engolir, pronunciasse uma frase, como seu próprio nome. Assim, a farinha espalhava-se por todo o local a partir da gesticulação de fala do estudante. Posteriormente, mediu-se a distância que os grãos de farinha alcançaram, fazendo-se, nesse momento, uma nova analogia com a distância que o vírus da covid-19 pode atingir a partir da fala, tosse ou espirro dos indivíduos. A partir do experimento, enfatizou-se a necessidade de ter uma distância mínima entre as pessoas, para se manter a segurança em um local público.

No segundo módulo, todos os agentes que visitavam as casas traziam os dados das pessoas e das casas para tabulação e análise situacional. Nesse momento, fazia-se uma contagem de pessoas com suspeita de covid-19 e de portadores de outras condições de saúde, como hipertensão, diabetes, doenças do pulmão e outras, como dores nas articulações, diarreia etc. Após o levantamento das queixas mais frequentes dos moradores quanto a saúde e doenças, partiu-se para uma discussão crítica sobre as possibilidades de intervenções comunitárias a fim de possibilitar cuidados e promoção da saúde. Aqui, as experiências, saberes e práticas territoriais emergem como potência de cuidado, dis-

cutindo os usos dos chás de diversas plantas medicinais, compressas, massagens e outras práticas populares de cuidado, mas também surge a relação com o Sistema Único de Saúde (SUS) e as dificuldades na busca pelo atendimento médico. Então, criou-se uma lista dos serviços de saúde mais próximos e que poderiam ser procurados pelos moradores. O tempo comunidade é orientado para que sejam continuadas as visitas domiciliares e que sejam realizadas oficinas na rua com o colorau, a lavagem das mãos e as farinhas.

Também se orientou aos agentes a identificação dos principais problemas da comunidade. Assim, o terceiro módulo discutiu esses problemas, como: falta de água regular nas torneiras, transporte superlotado, lixo e falta de saneamento básico, fome, renda familiar insuficiente e *fake news*. As questões foram problematizadas na perspectiva de fomentar um plano de ação para que os agentes populares pudessem trabalhar junto à comunidade após o curso, objetivando a transformação da realidade dessas populações. Foi reforçado o papel dos agentes enquanto ativistas, militantes voluntários na defesa da comunidade e a importância da organização de todos para defesa de direitos.



## Ações dos agentes populares

Um dos maiores problemas identificados pelos agentes foi a fome que, em consequência da redução da renda familiar, atingiu muitas famílias nas comunidades durante a pandemia. Na cozinha solidária do Armazém do Campo já se percebia essa situação com a chegada de pessoas das periferias para buscar comida no centro da cidade.

As primeiras propostas pensadas para esse problema foram os bancos populares de alimentos, organizados em casas ou associações que recebiam alimentos doados ao Banco Mãe – o Banco do Armazém do Campo. Os bancos populares contavam com uma comissão que cadastrava famílias que necessitavam de doações e buscavam doadores pelo bairro, em mercadinhos, casas ou comércio. Outras ações foram desenvolvidas, como a biblioteca solidária e as bicicletas da saúde.

As bibliotecas solidárias foram feitas com doações de livros para associações ou espaços comunitários e focaram o trabalho com crianças e adolescentes que estavam sem aula e atividades educacionais. Bicicletas da saúde (figura 2), por sua vez, adaptava bicicletas doadas com instalação de alto-falantes, amplificadores e microfones, com o objetivo de rodar pela comunidade tocando os *jingles* e pequenas falas produzidas pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) sobre os cuidados com a covid-19. As bicicletas também tinham uma interação com a população: por meio do microfone, os agentes populares iam conversando pelas ruas com os ouvintes.

Figura 2 – Agentes populares percorrendo as comunidades com bicicletas da saúde



Foto: Paulo Rogério Adamatti Mansan.



## Rede de Cozinhas Populares Solidárias e cursos de educação popular

A Rede de Cozinhas Populares Solidárias surge como denúncia à fome e como resposta criativa da população para lidar com os efeitos cada vez mais nefastos da crise ambiental, sobretudo aqueles relacionados aos **eventos hidrológicos** na cidade de Recife/PE. A primeira experiência de cozinha ocorreu em 2021, nas Palafitas do Pina, onde foi possível criar processos de organização e aprendizados importantes que possibilitaram os próximos passos.

O desastre climático de 2022, em que fortes chuvas atingiram a cidade de Recife – implicando em desmoronamentos de encostas, enchentes, alagamentos e inundações e resultou em 140 mortes, 122 mil desalojados, 68 mil casas danificadas e 3 mil destruídas – tornou urgente a necessidade de capilarização territorial de Cozinhas Populares Solidárias nas comunidades atingidas, seguida da sua organização coletiva em rede (figura 3).

Figura 3 – Cozinha Popular Solidária em Recife/PE



Foto: Paulo Rogério Adamatti Mansan.



A partir dessa diversidade de atuações na Atenção Primária à Saúde nos territórios, inicia-se a discussão sobre a ampliação dessa formação, os cenários de crise que se articulavam desde a pandemia da covid-19, ambiental e social, com piora das iniquidades em saúde e da fome, exigindo um processo formativo de agentes populares qualificados em suas frentes de atuação, sejam elas quais fossem. Nesse sentido, a partir de 2022, foram realizados Cursos de Educação Popular Territorial; Cursos de Agentes Populares de Comunicação Popular; Cursos de Cozinhas Populares Solidárias; Cursos de Agentes Populares de Hortas Urbanas e Periurbanas; e Cursos de Agentes Populares de Alimentação – este voltado para os bancos de alimentos.

A rede de cozinhas conta, atualmente, com 29 unidades, todas mantidas por pessoas da comunidade e voluntárias, que produzem refeições uma, duas, três ou mais vezes por semana para uma população cadastrada que passa por insegurança alimentar. O grande gargalo para a produção de um maior número de refeições são as proteínas e o gás, pelo seu custo e pela pouca oferta de doações desses itens. Os gêneros alimentícios secos, os tubérculos, verduras e legumes são mais acessíveis, seja por meio de doações diretas, de arrecadações na Central de Abastecimento de Recife (Ceasa) e, mais recentemente, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para as cozinhas.

As cozinhas se tornaram uma tecnologia social dos movimentos sociais que vêm se transformando em política pública, com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) lançando edital para cadastro das cozinhas solidárias na perspectiva de garantir suporte financeiro necessário.

Nessa compreensão, também em Pernambuco, tem destaque o Curso de Cozinhas Populares e Solidárias, que junto com a Fiocruz Pernambuco, formou 90 agentes a partir de quatro eixos: promoção à saúde, solidariedade ativa, combate à fome e agroecologia. O curso foi dividido em quatro módulos: i. Como montar uma Cozinha Popular Solidária; ii. Boas práticas de alimentação; iii. Alimentação saudável, um direito de todos; e iv. Agroecologia, hortas e saúde.

Com metodologias ativas e participativas da educação popular, o Curso de Cozinhas Populares Solidárias teve a participação de 23 cozinhas da região metropolitana de Recife. Abordou-se os seguintes conteúdos: estrutura básica de uma cozinha; gestão popular, coordenação e divisão de tarefas; montagem de cardápio; alimentação saudável e soberania alimentar; higiene e boas práticas; manipulação de alimentos; qualidade da água; manejo do lixo; compostagem; armazenamento e estoque de alimentos; compartilhamento de receitas; origem dos alimentos; sazonalidade e hortas agroecológicas; e quintais produtivos. Também se pautou o direito à alimentação saudável, a fome enquanto questão social e a Cozinha Popular Solidária enquanto equipamento e tecnologia social.



## **União e reconstrução: a retomada da Política Nacional de Educação Popular em Saúde e a nacionalização de agentes educadores e educadoras populares de saúde**

O terceiro governo Lula inicia sua gestão (2023–2026) com um desafio maior que o dos governos anteriores do Partido dos Trabalhadores em âmbito federal, visto o agravamento das condições sociais, sanitárias e econômicas encontradas pós-pandemia. Soma-se a isso a polarização política da sociedade e ameaças reais à democracia, com a tentativa de golpe já no dia 8 de janeiro de 2023, perpetrado pela extrema direita ao

mobilizar seus militantes para invadirem a sede dos três poderes da república, com destruição do patrimônio público em vista de não legitimar a vitória do presidente eleito democraticamente, Luiz Inácio Lula da Silva.

A pasta do Ministério da Saúde é assumida pela primeira vez na história do País por uma mulher, a ministra Nísia Trindade, que se comprometeu com a retomada da agenda democrática e interferativa do SUS, enfrentando o negacionismo da ciência, estimulando o desenvolvimento nacional, a ampliação do acesso aos serviços da atenção primária e atenção especializada à saúde, bem como a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras do SUS.

Após dois anos do terceiro governo de Lula, os resultados já são concretos, como: a) a retomada e investimento no Programa Mais Médicos, que ampliou de 12.843 médicos em 2022 para 28 mil médicos em 2024, presentes em 4.547 municípios, incluindo saúde indígena e prisional; b) em novembro de 2024, o Brasil recebeu de volta o certificado de país livre do **sarampo**, além de ampliar a cobertura vacinal em 13 vacinas dos 16 imunizantes do **Calendário Nacional de Vacinação**, saindo do *ranking* dos 20 países com menos crianças vacinadas; c) no primeiro ano do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na saúde, foram garantidos recursos para construção de 2.125 novas obras, com destaque para aquisição de 400 unidades odontológicas móveis, 350 ambulâncias do SAMU, 55 novas policlínicas, 36 novas maternidades e 1.800 novas UBSs; d) na agenda de valorização dos trabalhadores, destaca-se o compromisso com o pagamento do piso da enfermagem, tendo sido repassados 14,9 bilhões de reais para todos os estados da federação entre 2023 e 2024; e) ampliação da formação técnica para mais de 160 mil agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio do Programa Mais Saúde com Agente.

Com destaque, ressalta-se aqui o papel do setor da saúde na agenda de participação e controle social no SUS com a retomada da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS) e a realização de conferências importantes entre 2023 e 2024, como a 17ª Conferência Nacional de Saúde, a 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental e a 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, permeadas pelas conferências livres que ampliaram de forma significativa a participação social.

A PNEPS-SUS completou 10 anos em 2023, reafirmando-se de forma transversal com a retomada e/ou desenvolvimento de novos programas, como o Curso de Aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde (EdPopSUS), o Programa de Formação de Agentes Educadores e Educadoras Populares (AgPopSUS), as Especializações em Educação Popular em Saúde além de projetos de vigilância popular em saúde (VPS) e a construção do Mapa Colaborativo dos Movimentos Sociais em Saúde.

Salienta-se que o AgPopSUS, enquanto política pública, nasce do reconhecimento das iniciativas dos agentes populares de saúde que surgem em Recife, espalhando-se por todo o País. Ela se origina, também, do reconhecimento de que é preciso fortalecer e ampliar o processo de participação política em defesa do SUS enquanto política pública essencial do Brasil, que vem sendo permanentemente atacada das mais diversas formas, desde pela mídia tradicional até por meio de notícias falsas. As vacinas e o Programa Nacional de Imunização – patrimônio nacional – são exemplos de como o SUS pode ser atacado, e a população, prejudicada, e de como os agentes de educação popular em saúde podem trabalhar na defesa do sistema.

Institucionalmente, o AgPopSUS é lançado por meio da Portaria GM/MS n. 1.133, de 16 de agosto de 2023, sendo coordenado pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) do Ministério da Saúde, mas integrando um conselho gestor participativo com outras instituições e movimentos sociais. São objetivos desse programa, segundo a portaria, em seu segundo parágrafo:

I – constituir uma rede nacional de agentes educadoras e educadores populares de saúde, voltada para o fortalecimento do SUS e o desenvolvimento de territórios saudáveis e sustentáveis; II – fortalecer a participação popular em saúde no âmbito das comunidades periféricas urbanas e rurais em defesa do SUS e dos direitos sociais; III – incentivar e valorizar as práticas tradicionais e populares de cuidado, a comunicação e a educação popular em saúde; IV – implementar processos formativos referenciados nas Políticas Nacionais de Educação Permanente e Educação Popular em Saúde com lideranças comunitárias e atores dos movimentos sociais populares; V – fortalecer iniciativas comunitárias de promoção da alimentação saudável e combate à fome; e VI – contribuir com a elaboração de diagnósticos socio sanitários locais, cooperando com a implementação de territórios saudáveis e sustentáveis (Brasil, 2023).

A formação do AgPopSUS se organiza enquanto um curso livre de 160 horas na modalidade presencial, tendo uma meta de 400 turmas no projeto da SGETS e 150 turmas do Projeto da Secretaria de Atenção Primária (SAPS), distribuídas em todo território nacional com 20 educandos cada. Eles se encontrarão durante seis meses, em encontros de oito horas uma vez por mês, com atividades a serem desenvolvidas nas comunidades nos intervalos entre um encontro e outro.

O primeiro eixo discutirá o que é ser agente e o que é a educação popular em saúde. Terá como atividade para o tempo comunidade a construção de um mapa falante, buscando reconhecer os potenciais e os problemas do território onde os agentes vão atuar. O segundo eixo vai discutir a formação do povo brasileiro, e o tempo comunidade aprofundará o conhecimento do território e de sua população por meio de histórias de vida de pessoas de referência, a serem colhidas pelos agentes. O terceiro eixo vai discutir território, vigilância popular e comunicação, problematizando os conceitos e a prática, experienciando formas populares de comunicação e de vigilância. No tempo comunidade, a turma vai visitar um serviço de saúde do SUS e buscar conhecê-lo por dentro, pelos seus trabalhadores e usuários. O quarto eixo vai discutir o SUS e construir a Rede de Atenção à Saúde do território em estudo. No tempo comunidade, os(as) educandos(as) irão perguntar, nas casas, em seus territórios, como está a alimentação dos usuários e se estão com fome, preparando, assim, um material a ser trabalhado no quinto eixo, que discutirá os processos envolvidos nos determinantes e condicionantes da fome, soberania alimentar, alimentação saudável e agroecologia. Por fim, o sexto eixo é uma temática de opção da turma, entre várias sugeridas pelo curso. É uma estratégia pensada para focar o fortalecimento dos movimentos sociais envolvidos e suas temáticas prioritárias, que podem variar segundo especificidades locais. Por exemplo, pode haver uma turma de agentes mais voltada para a discussão da dengue ou das questões ambientais, enquanto outra turma focará a saúde quilombola ou a saúde do campo, floresta e das águas.

O AgPopSUS nasceu e está se consolidando em 2024, tendo realizado um edital de convocação dos movimentos sociais nacionais e locais em cada um dos estados do País. Nos 17 estados do Nordeste, Sudeste, Sul, Goiás e Distrito Federal, foi feita a formação dos educadores e educadoras em oficinas de 40 horas, nas quais foram trabalhados todos os eixos do curso, num total de aproximadamente 350 educadores e educadoras. As turmas tiveram início nos meses de novembro e dezembro de 2024.



## Considerações finais

O surgimento dos agentes populares em Recife se dá em um vazio do governo federal brasileiro na gestão Bolsonaro, na

qual se operacionalizou uma necropolítica no contexto de pandemia da covid-19. Os territórios, por meio da sociedade civil organizada, mobilizaram-se por meio de uma solidariedade ativa para garantir cuidados, promoção e vigilância popular da saúde, prevenção do adoecimento por covid-19 e outras doenças, informação acessível e culturalmente sensível, segurança alimentar, entre outras mobilizações comunitárias.

Com a retomada do poder por forças progressistas no governo federal, a partir da eleição presidencial de Lula, as experiências desenvolvidas em Recife e em outras realidades nacionais apontaram para a necessidade de reconhecimento dessas lutas em prol da sociedade brasileira, do SUS e do Estado democrático de direito, resultando no lançamento do AgPopSUS.

O AgPopSUS demonstra a potencialidade de incorporação dos saberes e práticas dos movimentos sociais nas políticas públicas enquanto parceiros na construção do SUS e de um Brasil que seja socialmente justo, popular e democrático. Acima de tudo, o curso aponta caminhos resilientes diante de eventos em saúde pública, desastres e crises sociais em que o Estado, sozinho, não daria conta de incidir sobre os impactos negativos gerados.

Em 2024, o Brasil presidiu a Cúpula das 20 maiores economias do mundo, conhecida por G20, inovando ao entender que haveria uma necessidade de dialogar não apenas com os líderes globais, mas com o povo. Assim, o G20 social foi lançado como ferramenta de discussão, contemplando todos os sujeitos, de estratégias de se combater, entre outras coisas, fome, pobreza e desigualdade, sustentabilidade e mudanças climáticas. Reafirmou-se, mais uma vez, que o futuro da humanidade é coletivo e perpassa pelo combate às injustiças sociais e ambientais nas quais as soluções precisam ser coletivas, capilarizadas e populares, e o AgPopSUS parece ser um caminho viável para outro mundo possível.

## Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. *Portaria n. 2.761, de 19 de novembro de 2013*. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). Brasília, DF: MS, 2013. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761\\_19\\_11\\_2013.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761_19_11_2013.html). Acesso em: 13 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria n. 1.133, de 16 de agosto de 2023*. Institui o Programa de Formação de Agentes Educadoras e Educadores Populares de Saúde. Brasília, DF: MS, 2023. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt1133\\_21\\_08\\_2023.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt1133_21_08_2023.html). Acesso em: 13 maio 2025.
- CABRAL, M. P. G. et al. A cor da morte na pandemia de covid-19: epidemiologia social crítica, interseccionalidade e necropolítica. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 34, 2024.
- CNN BRASIL. Governo lança campanha ‘Brasil não pode parar’ contra medidas de isolamento. *CNN Brasil*, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/governo-lanca-campanha-brasil-nao-pode-parar-contra-medidas-de-isolamento/>. Acesso em: 13 maio 2024.
- GIATTI, L. L.; MAKSUD, I. O antropoceno, a crise ambiental e as desigualdades no acesso a serviços e políticas de saúde. *Saúde Soc.*, v. 32, n. 2, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/P8BHjqv5yGs-zwg4syG5dZXP/?lang=pt>. Acesso em: 13 maio 2025.
- GIOVANELLA, L. et al. Cobertura da Estratégia Saúde da Família no Brasil: o que nos mostram as Pesquisas Nacionais de Saúde 2013 e 2019. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 26, p. 2543-2556, jun. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/SMZVrPZRgHrCTx57H35Tsz/>. Acesso em: 13 maio 2025.
- MÉLLO, L. M. B. D.; ALBUQUERQUE, P. C. de; SANTOS, R. C. dos. Conjuntura política brasileira e saúde: do golpe de 2016 à pandemia de covid-19. *Saúde debate*, v. 46, n. 134, p. 842-856, jul.-set. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/9bxKNJ5bzkDBfNpJ4Xc3ggf/>. Acesso em: 13 maio 2025.
- SILVA, C. V. P. D. et al. Agentes populares no contexto da pandemia de covid-19: educação popular em saúde na construção de territórios saudáveis e sustentáveis. *Interface, Botucatu*, v. 28, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/6qFBpnxGwYYw696Jq5WyFqy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 maio 2025.

# Mãos Solidárias: o povo cuidando do povo, em defesa do SUS

## **Paulo Rogério Adamatti Mansan**

Filósofo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), doutor em agroecologia e desenvolvimento territorial Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), técnico em agroecologia, assentado da reforma agrária, atua na Coordenação Nacional do Mãos Solidárias. É militante e membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

## **Laila Talita da Conceição Costa**

Educadora popular, assistente social, doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), assessora especializada da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (SGTES-MS).



Partilhar a experiência da Campanha Mãos Solidárias é também um exercício de reflexão sobre como a solidariedade se desenvolveu e fortaleceu no Brasil diante da crise econômica e alimentar e da pandemia de covid-19 e qual é a sua importância para a classe trabalhadora.

A Campanha Mãos Solidárias nasceu do enfrentamento à pandemia de covid-19, no início de 2020, promovida por movimentos sociais, sindicais, igrejas, instituições públicas de ensino, organizações do terceiro setor e associações religiosas. O cenário era de um grande esforço dessas organizações para semear valores e práticas de uma solidariedade ativa frente a calamidade sanitária, empobrecimento do povo brasileiro, desemprego e fome.

Potencializando a solidariedade, que no contexto da pandemia de covid-19 se expressava no voluntarismo das pessoas para salvar vidas, a campanha ganhava corpo ao mesmo tempo em que aprofundava o sentido das ações solidárias por meio de uma prática baseada no compromisso ético e profundamente humano com as camadas mais vulneráveis da classe trabalhadora.

O agir solidário tomava consciência e forma ativa por meio de um diálogo mais profundo com as organizações da classe trabalhadora que já atuavam no meio urbano: conhecendo experiências, formas organizacionais e planejando as próprias ações solidárias. Essa dinâmica, que não apenas salvou vidas mas também fortaleceu o vigor e a mística do trabalho popular, teve início com a ação das Marmitas Solidárias, que logo se desdobrou em outras ações, como: a Rede de Costura Máscara da Saúde – Respiro de Vida; os agentes populares de saúde; as Bicicletas da Saúde; a Rede de Bancos Populares de Alimentos; a Rede de Hortas Populares Agroecológicas Agroflorestais: agricultura urbana e periurbana comunitárias; o Rocado Solidário; e a Rede de Cozinhas Populares Solidárias.

Iniciamos uma sistematização dessas ações pela **Marmita Solidária**, que tem em seu histórico mais de 3 milhões de marmitas distribuídas à população em situação de rua e inaugurou, em 16 de março de 2020, a Campanha Mãos Solidárias. A ação foi iniciada a partir da percepção do aumento de pessoas em situação de rua passando fome na capital pernambucana, contando então com um grupo de 10 voluntários que tinham a missão de produzir 100 marmitas diárias para distribuição no Armazém do Campo do Recife. Em uma semana, novos voluntários e entidades se somaram à iniciativa, e a campanha ganhou um novo porte, produzindo, naquele momento, mais de 1800 marmitas por dia e contando com a colaboração de mais de 150 voluntários.

Pouco tempo depois, nós nos deparamos com a necessidade de expandir o alcance das ações solidárias para bairros periféricos da região metropolitana do Recife, o que impulsionou um conjunto de ações de doação de alimentos, distribuição de cestas básicas e *kits* de higiene em comunidades de toda a região. Com essa entrada nos bairros, percebemos a necessidade de aumentar o diálogo com a população mais vulnerabilizada socialmente, vítima da maior proporção de mortes causadas pela covid-19. Assim, surgiu o agente popular de saúde, uma iniciativa dos movimentos sociais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), construída em colaboração com a Fiocruz Pernambuco e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), visando promover a formação de agentes que atuassem nos seus bairros, nas suas ruas, dialogando com os seus vizinhos.

A princípio, cada formação contava com cerca de 15 agentes, e cada um desses, posteriormente, passaria a atuar com 50 famílias. As duas primeiras turmas de agentes populares da saúde ocorreram em Peixinhos – Olinda e Brasília Teimosa –, Recife, e desde então, foram formadas mais de 350 turmas de agentes, a partir de trabalhos voluntários e sem remuneração. Como agentes populares de saúde e como reafirmação da participação popular, entoamos o mantra que era uma síntese de nosso trabalho: o povo cuidando do povo, em defesa do SUS!



No contexto da pandemia de covid-19, os agentes foram muito importantes, estruturando frentes de trabalho relacionadas a saúde, combate ao vírus, combate à fome e promoção da alimentação saudável, além da educação popular e da comunicação verificada, em oposição às *fake news*. Na saúde, foram formados agentes populares para uma atuação na vigilância da covid-19, buscando parceria com os agentes comunitários de saúde e equipes da Estratégia Saúde da Família, fortalecendo o controle social e a educação popular no âmbito do SUS. A formação de agentes populares de saúde foi feita com um curso de três módulos, com cartilha produzida pela UFPE em parceria com a Fiocruz Pernambuco, a fim de formar pessoas da sociedade civil residentes em Recife e na região metropolitana como multiplicadoras que pudessem atuar nas suas comunidades, coordenando e orientando as(os) moradoras(es) nas ações de prevenção e combate aos efeitos da pandemia por meio da organização popular e da defesa do SUS como um direito de todas(os).

A experiência foi essencial para o combate à pandemia nas periferias da capital pernambucana, e houve a iniciativa de interiorizar essa ação junto à Fiocruz Pernambuco. Assim, foram realizados inúmeros cursos de agentes populares de saúde do campo no interior do estado. Essa experiência, super bem-sucedida, também foi levada, no ano de 2021, para outros 16 estados do País. Com a retomada das forças progressistas no governo federal eleito em 2022, o projeto inspirou a criação do Programa de Formação de Agentes de Educação Popular em Saúde, com o reconhecimento do Ministério da Saúde dessa ação enquanto promotora de saúde nos territórios. Atualmente, o programa é desenvolvido em parceria com a Fiocruz e os movimentos sociais.

Com a atuação dos agentes ainda no ano de 2020, foi identificada a necessidade de melhorar a comunicação sobre os principais cuidados preventivos contra a covid-19. Sendo assim, surgiram as Bicicletas da Saúde que, equipadas com caixas de som, circulavam nos bairros onde já havia outras ações da Campanha Mãos Solidárias, transmitindo informações precisas e importantes sobre a prevenção à covid-19 para a população. A partir de doações de bicicletas, foram feitas oficinas de formação para sua manutenção e adaptação. As bicicletas passaram a funcionar nos bairros, transmitindo uma programação semanal feita pelo Departamento de Comunicação da UFPE em parceria com o Jornal Brasil de Fato. Com a oficina de montagem

das Bicicletas da Saúde, foi iniciada uma frente de qualificação profissional especialmente focada na população em situação de rua. Chegamos a ter 40 bicicletas da saúde circulando na região metropolitana do Recife.

No campo da produção de máscaras, formamos a Rede de Costura Máscara da Saúde – Respiro de Vida, com cerca de 300 costureiras voluntárias. Entre os anos de 2020 e 2021, foram produzidas mais de 75 mil máscaras. Essa rede atualmente inicia um processo de busca coletiva por geração de renda. Para fortalecer essa perspectiva econômica solidária da rede, a Campanha Mãos Solidárias compra da rede a produção dos coletes dos agentes populares de saúde, estimulando o embrião de uma cooperativa de costureiras.

Outras ações de combate à fome, além da Marmita Solidária, também foram se desenvolvendo ao longo dos anos de campanha. E, apesar de terem como perspectiva e fim comum alimentar o povo, as ações a seguir carregam, sobretudo, a compreensão de que não basta combater a fome, mas que é necessária a promoção de uma alimentação saudável e luta pela soberania alimentar no Brasil:

- **Rede de Bancos Populares de Alimentos:** em funcionamento desde o ano de 2020, a rede contou com alimentos provenientes dos assentamentos e acampamentos da reforma agrária e das compras feitas com o dinheiro de doações feitas por pessoas físicas e jurídicas, além da produção de alimentos gerada por outras ações que aprofundaremos em seguida, como o Roçado Solidário e as Hortas Populares. No ano de 2021, o número de Bancos Populares de Alimentos nas comunidades passou de 20 para 52, espalhados em diferentes comunidades de toda a região metropolitana. Os bancos são abastecidos mensalmente nas ações de doações de alimentos e por meio dos roçados e das hortas situadas nas próprias comunidades. Para organizar o fluxo, criamos o Banco Mãe, para onde são enviadas as doações, que passam por triagem e organização para, posteriormente, serem enviadas aos bancos que estão localizados nas comunidades.

Os alimentos são distribuídos com o apoio dos agentes populares, com o auxílio da coordenação local do projeto e por meio dos cadastros das famílias, processo que possibilita, além da organização da quantidade de cestas de alimentos a serem distribuídas e de quais famílias serão priorizadas, a abertura de caminhos para o fortalecimento da Campanha Mãos Solidárias por meio do diálogo com as famílias desses territórios.

• **Rede de Hortas Populares Agroecológicas Agroflorestais – Agricultura Urbana e Periurbana Comunitárias:** com a perspectiva de proporcionar a produção de alimentos, a soberania alimentar e o debate ambiental e urbano, começamos a sua organização. A primeira horta urbana popular foi estruturada na divisa entre Recife e Olinda, em Peixinhos e na comunidade da Ilha do Maruim, educandário Santa Teresa – Olinda. Cada horta tem um espaço para a Farmacinha Viva, com uma variedade infinda de plantas medicinais bem como plantas alimentícias não convencionais (PANC). Esses espaços são cuidados pelos agentes populares de saúde com a comunidade.

• **Roçado Solidário:** surgiu para juntar, na terra, o povo da cidade e do campo plantando juntos, cultivando e colhendo os alimentos que são doados para a Rede de Bancos de Alimentos, como mencionado anteriormente. O lançamento do Roçado Solidário foi realizado em um sábado, dia 22 de junho de 2021, no Acampamento Lula Livre, na cidade de Moreno-PE. Realizou-se, na ocasião, plantio de macaxeira e atividades de introdução ao plantio agroecológico. A partir daquele dia, em todos os outros sábados até o mês de dezembro ocorreram Roçados Solidários, que passaram a acontecer no Assentamento Che Guevara, também na cidade de Moreno. Houve o começo da implantação de uma agrofloresta, toda feita em regime de mutirões. Foram plantadas bananeiras, árvores nativas da mata atlântica – para fins de recuperação de áreas degradadas –, leguminosas, raízes, milho para o festejo do São João, hortaliças e ervas medicinais. A experiência de realizar mutirões de roçado sem o uso de agrotóxicos e com base agroecológica foi uma prática que incentiva o cultivo e a ingestão de alimentos saudáveis, além da discussão sobre o assunto. Ao todo, mais de 500 pessoas participaram como voluntárias dos Roçados Solidários no ano de 2021.

• **Rede de Cozinhas Populares Solidárias:** é uma iniciativa construída a partir do campo popular e parte de uma concepção da cozinha como instrumento político, que tem com objetivos: a) levar comida e organização popular para as periferias das grandes cidades; b) promover um espaço de encontro, organização e diálogo (formação da consciência); c) realizar o trabalho de base urbano, ajudando o povo a construir um novo projeto popular para o Brasil; e d) articulação campo e cidade na produção de alimentos saudáveis/comercialização. A Cozinha das Palafitas do Pina é um exemplo do esforço da comunidade de mesmo nome, Palafitas do Pina, em conjunto com a Campanha Mãos Solidá-

rias. A ação, iniciada em 2021 por meio da Marmitas Solidárias, logo avançou na perspectiva da organização da comunidade, que construiu um barraco de madeira e implantou a sua cozinha para produção diária de alimentos.

Também se configura como objeto da Campanha Mãos Solidárias a atuação frente aos desastres e crimes ambientais, como a ação denominada Atenção Emergencial nas Chuvas. Na madrugada do dia 28 de maio de 2022, houve fortes chuvas na região metropolitana do Recife. Duas comunidades de atuação da Campanha Mãos Solidárias foram fortemente atingidas: o bairro do Ibura, em Recife, e outros localizados na cidade de Camaragibe, com pessoas soterradas, ilhadas e desalojadas. No total, morreram mais de 150 pessoas. No primeiro dia, mobilizou-se uma brigada de atuação emergencial, e tiveram início diversas atividades diante das demandas dos territórios:

- **Campanha de arrecadação:** com sede no Armazém do Campo de Recife, a campanha arrecadou materiais de limpeza, colchões, roupas, alimentos e água.
- **Abrigo emergencial:** estruturado no bairro do Ibura em um momento em que o poder público ainda não havia disponibilizado locais para as pessoas desalojadas.
- **Cozinha Mãe do Ibura:** organizada de forma emergencial no bairro do Ibura, produziu, no primeiro dia, 400 marmitas para o almoço e 400 para o jantar, que foram distribuídas no Ibura e em outras comunidades próximas atingidas. Simultaneamente ao trabalho desenvolvido nessas ações, contávamos com a atuação dos agentes populares de saúde, contribuindo com o acolhimento das famílias desabrigadas, realizando orientações sobre os riscos à saúde e contribuindo com a mobilização da comunidade na perspectiva de formação de uma rede solidária de cuidados.

No ano de 2022, com o avanço da vacinação e da melhora do cenário epidemiológico da covid-19 no Brasil, percebeu-se a necessidade de atualização do conteúdo formativo dos agentes populares de saúde, de forma que impulsionasse uma atuação mais ampla deles nos territórios. A crise econômica, social e política gerada pelo governo Bolsonaro ditava uma realidade de retirada de direitos da população, alta inflação, desemprego e aumento progressivo da realidade da fome no País, que culminou para retorno do Brasil ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU).

A partir desse cenário, foi formulado o Curso de Educação Popular para Formação de Agentes Populares no Campo e na Cidade. Re-

alizado territorialmente a partir do local de inserção dos agentes populares de saúde, ocorreu em seis localidades, envolvendo comunidades nas cidades de Recife, Paulista, Camaragibe e Olinda.

O curso teve o objetivo de desenvolver um processo de formação que qualificasse a atuação política e pedagógica dos agentes populares a partir do esforço de entender os impactos/desafios do capitalismo contemporâneo na classe trabalhadora e a importância da construção de força social urbana, tendo a educação popular no trabalho de base como ferramenta estratégica para avançarmos na construção do projeto popular para o Brasil.

O curso foi formulado para ocorrer em três encontros, com cinco módulos teóricos, sendo eles: i. Concepção de educação e de educação popular; ii. Nosso método: a educação popular é uma estratégia; iii. Nosso método: princípios e valores; iv. Atuar localmente em vista da superação da situação atual; e v. Teorizar a prática em vista do avanço da atuação política e pedagógica nos territórios.

Como destacamos no início deste relato, nós nos propusemos, ao longo da sua escrita, a refletir sobre como a solidariedade se desenvolveu no Brasil frente à pandemia de covid-19 e aos desafios políticos, econômicos e sanitários desse período e sobre a importância dessa solidariedade para a classe trabalhadora, que consiste, para nós, como nas elaborações de Paulo Freire, em um processo conscientizador.

Muito mais do que uma ação e reação, causa e efeito, essa solidariedade fundamentou-se na práxis humana como ação e reflexão sobre o mundo em que vivemos. Imersos em suas próprias realidades, foi possibilitada, sobretudo aos agentes populares de saúde, a leitura crítica da própria opressão e a emergência de um agir consciente, envolvido na experiência de refletir sobre si, resgatando suas próprias vocações enquanto sujeitos capazes de construir a **história como possibilidade**.

# AgPopSUS Juventudes do Distrito Federal – formação de agentes populares de saúde das juventudes do DF

## **Oswaldo Peralta Bonetti**

Enfermeiro, mestre em Saúde Coletiva pela Universidade de Brasília (UnB), servidor federal, tecnologista, coordenador do Núcleo Angicos da Escola de Governo Fiocruz Brasília, integrante da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS) e do GT de Educação Popular em Saúde (EPS) da Abrasco.

## **Lucas Machado Gaio**

Pedagogo, mestre em Tecnologias Químicas e Biológicas pela Universidade de Brasília (UnB), bolsista da Fiocruz Brasília. Atua no Núcleo Angicos da Fiocruz Brasília.

## **Rozângela Fernandes Camapum**

Odontóloga, especialista em Odontopediatria e Coordenadora de Projetos da Fiocruz Brasília.



A juventude historicamente tem se revelado como um segmento imprescindível nas lutas pela transformação social. A radicalidade e a inquietação com as injustiças que a jovialidade apresenta a colocam em situação estratégica em qualquer democracia. No Brasil, na atualidade, por ainda sermos um Estado fortemente marcado pela herança da cultura escravocrata, por falta de políticas públicas acolhedoras, pela discrepante desigualdade e pelas iniquidades sociais, entre tantos outros fatores, parcela significativa da juventude tem sido vítima das violências, entre elas a das forças policiais, em especial para com a juventude negra. Nos últimos tempos, tanto aqui como no mundo, evidencia-se que a juventude, por consequência de situações como as listadas, ao se perceber abandonada ou apartada dos processos de decisão e construção de futuro, tem sido presa fácil de projetos políticos ancorados na cultura do ódio, permeados pelo conservadorismo e avessos ao histórico da juventude nas lutas pela democracia.

É nesse contexto que, na capital da república, o Núcleo Angicos, da Escola de Governo Fiocruz Brasília em parceria com coletivos e movimentos sociais populares, idealizou o Projeto Agentes Populares de Saúde das Juventudes do Distrito Federal, o AgPopSUS–Juventudes–DF, o qual representa uma das principais iniciativas voltadas à formação em educação popular em saúde e na defesa do direito à saúde promovidas pelo Núcleo Angicos na atualidade. A especificidade das juventudes das comunidades em situação de vulnerabilidade social e iniquidade em saúde fortalece sua importância e ineditismo. Inspirado nas ações implementadas pelos movimentos sociais populares durante a pandemia de covid-19 e alinhado ao AgPopSUS, instituído pelo Ministério da Saúde em 2023, busca fortalecer o protagonismo juvenil e a defesa do SUS por meio da formação de agentes populares de saúde para atuação nos territórios, contando com turmas em todas as regiões de saúde do DF.



A concepção do AgPopSUS Juventudes-DF teve início com a elaboração de seu projeto político-pedagógico, fundamentado nos princípios da educação popular em saúde e na pedagogia da alternância, integrando teoria e prática na práxis educativa. Em dezembro de 2023, a primeira Oficina de Formação de Educadores, realizada na modalidade de imersão, marcou o lançamento do projeto. Reuniu 37 participantes, incluindo membros de movimentos sociais populares, educadores articulados a experiências de base territorial e arte-educadores que já possuíam vivência trilhada com jovens do DF, seja no âmbito da educação, seja no âmbito da arte e cultura, esporte e educação. Nesse processo, também foram mobilizados e articulados residentes multiprofissionais do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica (PRMAB), da Fiocruz Brasília, que, além da disposição de contribuir de forma voluntária com a iniciativa, apresentavam perfil adequado ao trabalho com o público jovem e habilidade em processos educativos e de promoção da saúde.

A imersão permitiu um aprofundamento nas metodologias da educação popular em saúde e no planejamento dos eixos temáticos do curso. Durante três dias, os(as) educadores(as) participaram de rodas de conversa, círculos de cultura e atividades de reflexão coletiva, fortalecendo vínculos e compartilhando saberes, proporcionando, desde essa fase inicial, a construção de um sentimento de pertencimento entre todos(as) os(as) envolvidos(as) no desenvolvimento metodológico da formação.

Figura 4 - Encontro do tempo escola da Turma do Lucio Costa  
Educadores(as): Valéria Bonifácio e Clara Medeiros (PRMAB)  
Movimento: Samba no Pé e Projeto Baobá



Foto: Tiago Rodrigues.

Figura 5 – Encontro do tempo escola da Turma de Santa Maria  
Educadores(as): Lurdes Laysa e Kethen Dandara (PRMAB)  
Movimento: Projeto RAP – Coletivo de Dança



Foto: Tiago Rodrigues

A oficina também foi um momento para a construção de estratégias de mobilização e seleção de educandos(as), com base na cartografia dos territórios e na identificação de movimentos sociais populares parceiros. Essa etapa consolidou uma rede pedagógica comprometida com o fortalecimento das juventudes no DF, além de reafirmar a importância da educação popular como ferramenta de transformação social.

Entre os princípios discutidos, destacaram-se a valorização dos saberes populares, a promoção do diálogo e a formação como um processo compartilhado. Temas como saúde mental, racismo, violência e direito à saúde estiveram no centro das discussões, enriquecendo a construção do currículo do curso. Como eixos metodológicos, ficaram pactuados, por meio das proposições da coordenação pedagógica e da escuta sensível daqueles(as) educadores(as), que possuíam vivência cotidiana com a juventude, o seguinte: a) O “corre” das juventudes por saúde: provocações freirianas, buscando aproximações; b) Juventudes e seus modos de (re)existir e produzir vidas: tecendo cuidados e saberes no território; c) Lutas pelo direito à saúde: juventudes presentes?; d) Comer é um ato político! Você tem fome de quê?

Figura 6 – Encontro do tempo escola da Turma do Sol Nascente  
Educadores(as): Patrícia Sousa e Marco Antônio (PRMAB)  
Movimento: Mães Guerreiras



Foto: Tiago Rodrigues.

Figura 7 – Encontro do tempo escola da Turma de Planaltina  
Educadores(as): Matheus Neves e Taisa Rodrigues (PRMAB)  
Movimento: Mov. pela Soberania Popular na Mineração (MAM)



Foto: Tiago Rodrigues.

O primeiro ciclo do AgPopSUS Juventudes-DF, realizado entre janeiro e agosto de 2024, foi estruturado em etapas, ambas imprescindíveis para o desenvolvimento do curso. Nos meses de fevereiro e março de 2024, a Comissão Político-Pedagógica do AgPopSUS Juventudes-DF elaborou o projeto pedagógico do curso em colaboração com educadores(as) com vivências anteriores em educação popular, educação popular em saúde e temas ligados ao SUS. Foram desenvolvidos dois materiais de apoio: o *Guia de apoio didático para educadores*, contendo sugestões de metodologias participativas e atividades práticas; e o *Caderno de apoio aos educadores e educandos*, contemplando textos que promovem a reflexão crítica e a partilha sobre informações e saberes sobre o SUS, o direito à saúde, as juventudes e a educação popular no Brasil, com especial destaque à Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS)

Figura 8 - Visita à Clínica da Família de Sobradinho – Turma de Sobradinho  
Educadores(as): Cinde Pascoal, Lúcio Monteiro e Josicléa Silva (PRMAB)  
Movimento: Movimento de Apoio aos Trabalhadores Rurais (MATR)



Foto: Tiago Rodrigues.

Nesse mesmo período, foram mapeadas as comunidades com maior situação de vulnerabilidade no Distrito Federal para identificar jovens de 16 a 29 anos potenciais participantes da formação. Ao todo, foram cadastrados mais de 300 jovens, sendo que 16 movimentos sociais populares e 14 residentes do PRMAB atuaram como educadores(as) no processo, implementando, assim, 16 turmas do curso nos múltiplos territórios do DF, de forma descentralizada. As turmas, com uma média de 20 alunos, foram distribuídas em nove regiões administrativas do DF, contemplando localidades como Brazlândia, Ceilândia, Santa Maria, Estrutural, Lúcio Costa/Guará, Planaltina, Sobradinho, Sol Nascente e Taguatinga.

Após a mobilização e inscrição dos jovens, foi realizada uma aula inaugural no dia 27 de abril de 2024, de forma presencial, na sede da Fiocruz Brasília, reunindo 205 jovens participantes das turmas e diversos convidados. O evento marcou o início das atividades do AgPopSUS Juventudes-DF, promovendo um encontro entre educandos(as), educadores(as) e representantes de movimentos sociais populares. Transmitida ao vivo, a aula inaugural alcançou um público mais amplo, permitindo que espectadores de diferentes regiões acompanhassem o lançamento do curso.

Figura 9 – Visita ao CAPS de Ceilândia Norte, Turma Ceilândia  
Educadores(as): Daniel Angoti, Odilson Sousa e Milena (PRMAB)  
Movimento: Nação Afro Africana e Oficina de *Slings*



Foto: Tiago Rodrigues.



Foto: Tiago Rodrigues.

Os encontros pedagógicos seguintes, que poderiam ser chamados de aulas, iniciaram-se em maio de 2024, já de forma descentralizada, com cada dupla de educadores(as) assumindo a facilitação das respectivas turmas, cujos encontros ocorreram em escolas públicas, centros comunitários, associações e sedes de movimentos sociais. Dinâmicas participativas embasadas na educação popular em saúde e nos objetivos pedagógicos do projeto foram desenvolvidas a cada curso, regadas pela mística da articulação de saberes, da amorosidade e da problematização. Com carga horária de 96 horas, o curso seguiu a metodologia da alternância, dividindo-se entre momentos presenciais (tempo escola) e autogestionados (tempo comunidade).

O tempo comunidade complementou a formação com ações práticas nos territórios, visitas às Unidades Básicas de Saúde (UBS), mapeamento de serviços locais e organização de ações educativas e eventos culturais.

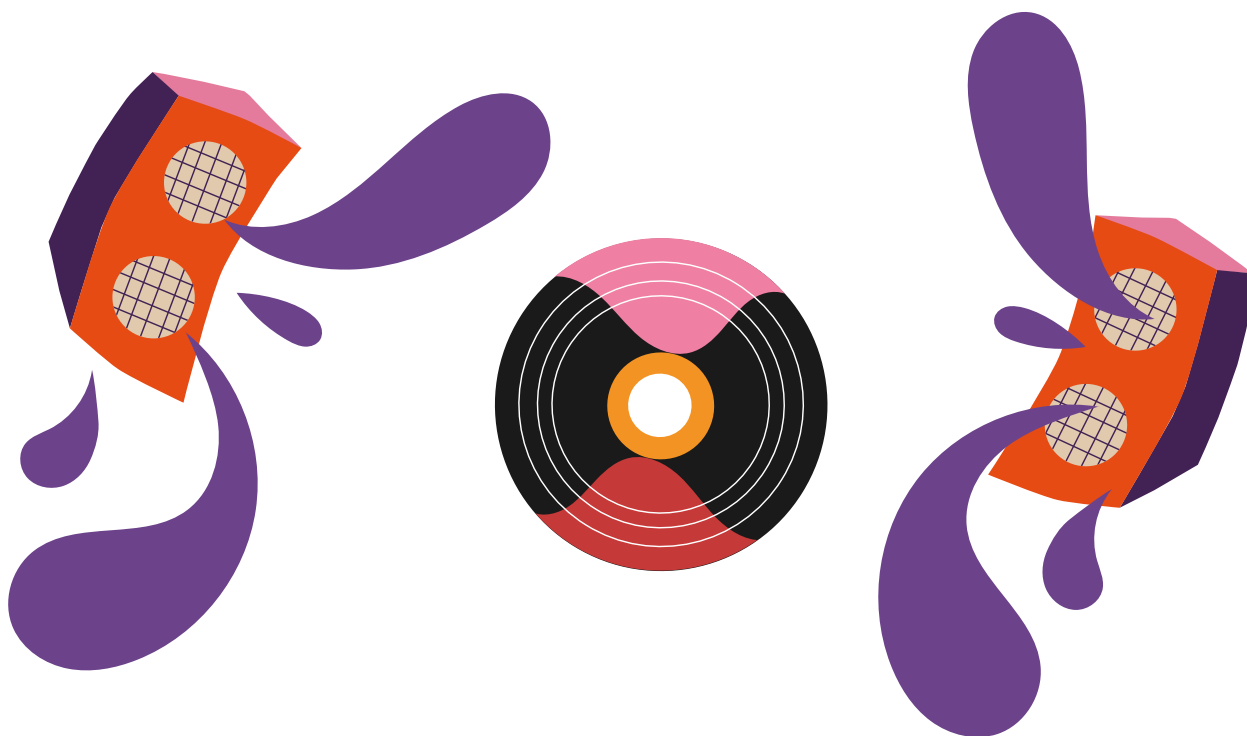
Encerrado o primeiro ciclo de turmas, foi realizada uma atividade de formatura dos novos agentes populares das juventudes do DF, que contou com 197 jovens certificados. Foi um momento de intensa emoção, para a equipe pedagógica e educandos(as), presenciar a potência das ações, formulações e planos que foram construídos no processo de interação e cartografia com cada território. No final de 2024, foi realizada uma nova formação de educadores(as), consolidando a rede pedagógica e ajustando os métodos com base nas aprendizagens do ciclo anterior.

O sucesso pedagógico e a amplitude do projeto promoveram o reconhecimento pela Câmara Legislativa do DF, que concedeu ao AgPopSUS Juventudes-DF a medalha e a menção honrosa do 2º Prêmio Paulo Freire de Educação.

Em fevereiro de 2025, foi iniciado o segundo ciclo de turmas, contando com 17 novas turmas e abrangendo aproximadamente 400 jovens, reforçando o compromisso com a promoção da saúde e a redução das desigualdades no Distrito Federal.

Eu acredito nas pessoas e acredito nos processos de transformar  
O mundo gira o tempo todo e o giro pode provocar  
Pense bem grande, acredite no que queres alcançar  
A ignorância é inimiga, mas gentilezas são sementes que podemos semear  
Quero semente de cultura, semente de educação.  
Meu elemento é poesia, no território somos ação  
Na juventude, nossas virtudes são cruelmente atacadas  
Se somos futuro, somos planetas em ação  
Que nossa comunicação seja expressão do nosso povo,  
Sejamos povo, com o povo e para o povo!  
Sejamos representação!

Josicléa, Matheus e Itainã (Educadores do AgPopSUS Juventudes, 2024)



## Referências

AGPOPSUS DF. *Curso de Formação de Agentes Populares das Juventudes do DF*. Brasília, DF: Fiocruz Brasília, 2024. 1 vídeo (17 min). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=a6qL1H-Nh\\_M](https://www.youtube.com/watch?v=a6qL1H-Nh_M). Acesso em: 14 maio 2025.

AULA inaugural do AgPopSUS Juventudes do DF. Brasília, DF: Fiocruz Brasília, 2024. 1 vídeo (202 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MNFGjJ4eeOA>. Acesso em: 14 maio 2025.

COSTA, M. *Fiocruz vai formar agentes populares de saúde das juventudes do DF*. Brasília, DF: Fiocruz, 30 abr. 2024. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/fiocruz-vai-formar-agentes-populares-de-saude-das-juventudes-do-df/>. Acesso em: 14 maio 2025.

NÚCLEO ANGICOS DA ESCOLA DE GOVERNO DA FIOCRUZ BRASÍLIA. *Curso de formação de agentes populares das juventudes do Distrito Federal: guia de apoio para educadores(as) e educandos(as)*. Brasília, DF: Fiocruz, 2024.



Agentes  
de EDUCAÇÃO  
Popular em  
SAÚDE

SAÚDE  
POPULAR

04

**Reflexões e  
vivências**

# Nas trilhas da ANEPS: a resistência, a força e o esperançar da educação popular em saúde fortalecendo a PNEPS-SUS

## **Theresa Cristina de Albuquerque Siqueira**

Nutricionista, mestra em Ciências pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz). Integrante na Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS) e no GT de Educação Popular em Saúde (EPS) da Abrasco.

## **Vanderléia Laodete Pulga**

Filósofa, doutora em Educação com ênfase na Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professora no curso de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Integrante da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS) e do GT de Educação Popular em Saúde (EPS) da Abrasco.

## **Vera Lúcia de Azevedo Dantas**

Médica, doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestra em Saúde Pública pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e integrante da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS) e do GT de Educação Popular em Saúde (EPS) da Abrasco.



Pra recuperar o vivido  
E avivar nossa memória  
Em 2023 reconstituímos nossa história  
De muita luta coletiva  
De participação ativa  
Pra ancorar nosso agora

A Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde (ANEPS) completou 21 anos de história no fortalecimento da luta em defesa do SUS e da democracia. Desde sua criação, em 2003, a ANEPS vem cumprindo um importante papel enquanto espaço popular mobilizador e de dialógico no processo de construção da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS), aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde - CNS e publicada via Portaria GM/MS n. 2.761, de 19 de novembro de 2013 (Brasil, 2013), fomentando práticas populares de cuidado à saúde e a participação de lideranças de movimentos sociais populares, de mulheres, pessoas negras, indígenas, quilombolas, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, pessoas das comunidades tradicionais, entre outros sujeitos coletivos comprometidos com a saúde e a democracia no Brasil.

As reflexões que aqui seguem trazem elementos a partir das experiências da ANEPS no contexto dessa política, a ressignificação das ações de organização e resistência popular no período pandêmico e que se refazem nestes tempos contemporâneos de retomada da PNEPS-SUS na atuação conjunta à Articulação PNEPS-SUS, instituída pela Portaria GM/MS n. 1.057, de 2023 (Brasil, 2023).

Sem a pretensão de fazer um resgate histórico, trazemos brevemente aspectos do papel que a ANEPS cumpriu na sua trajetória, cuja estrutura reflexiva se organiza em três momentos: da criação dessa articulação ao da construção da PNEPS-SUS; o de resistência popular em tempos sombrios e pandêmicos no Brasil; e o de união pela reconstrução da democracia e dos direitos da cidadania nos tempos atuais.

Analisando seus primeiros passos, memora-se que a vitória das forças populares e progressistas levou Lula à presidência do Brasil em 2003 com uma esperança que tomava conta das ruas, do Palácio do Planalto e do imaginário popular de milhões de pessoas que sonhavam com a democracia plena, com a conquista de direitos e de mais cidadania.

Lula imediatamente colocou na agenda política nacional e internacional a construção de políticas públicas de combate a fome, mi-

séria, desigualdades e de garantia de direitos individuais, sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais. Essa agenda justa e ousada se fez presente em meio a processos de tensionamentos políticos atravessados pelas contradições de um país onde os interesses econômicos se embatem com as necessidades de alcance de direitos fundamentais da maioria da população.

Nesse contexto, os setores populares se organizaram em movimentos, grupos, entidades, sindicatos e nas mais variadas formas organizativas de resistência, luta e protagonismo na defesa da democracia e dos direitos. Nesses processos populares, a dimensão educativa sempre se fez presente naquilo que nosso patrono da educação brasileira, Paulo Freire, chamou de educação popular. Nas lutas pelo direito à saúde imbricadas com o Movimento da Reforma Sanitária, por saúde e democracia, conquistamos o SUS. Entrelaçada a esses processos, emerge a educação popular em saúde como concepção e prática (práxis), como modo de pensar e agir permeado pelo diálogo, pela capacidade de analisar criticamente as realidades e, de forma organizada, transformar as realidades injustas e as relações humanas e sociais desiguais.

Assim, quando as forças democráticas e populares ocuparam o espaço institucional no Brasil, com a força do presidente Lula e tudo o que ele representava, no Ministério da Saúde abrem-se as portas para reconfiguração democrática da estrutura ministerial, e um conjunto de estratégias, políticas e ações de fortalecimento do SUS e da participação popular ganham força.

Nesse contexto, os atores sociais do campo popular se articulam, para, na área da saúde, construir processos inovadores e capazes de fortalecer o SUS, o direito à saúde e as organizações populares. Assim, em 2003, nasce a ANEPS com um caráter articulador e mobilizador das forças populares e da educação popular em saúde, articulando movimentos sociais populares de âmbito nacional com os de âmbito local. Criação essa marcada por intensa realização de encontros em todas as regiões do País, que culminaram no Encontro das Águas, configurado no primeiro Encontro Nacional da ANEPS, realizado em Brasília, sob o balanço e a força das águas, do mar, dos rios e seus afluentes, envolvendo centenas de movimentos e grupos, além de articular milhares de experiências mapeadas de educação popular em saúde (Articulação Nacional de Educação Popular e Saúde, 2005).

Essa idealização da ANEPS possibilitou que um conjunto de estratégias de mobilização, lutas, organização, formação, reconhecimento das práticas populares de cuidado à saúde e participa-

ção ativa no controle social do SUS pudesse ser implementado durante o primeiro e o segundo mandato do presidente Lula.

Durante essa caminhada, a ANEPS teve papel fundamental na construção, debate e formulação dos elementos fundamentais que, após dez anos de processos instituintes, já no mandato da presidenta Dilma, que dava sequência às conquistas inauguradas nas gestões anteriores, configuraram a conquista da PNEPS-SUS em 2013. A partir desses avanços, novos desafios surgem, e a ANEPS firmou sua participação e protagonismo no Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde (CNEPS) e apoiou a formulação das ações de implementação dessa política, permeada pelos princípios da amorosidade, do diálogo, da problematização, da emancipação e do compromisso com o projeto democrático e popular. São ações que foram se delineando no Plano Operativo da PNEPS-SUS e no cotidiano dos movimentos e práticas de educação popular em saúde na sociedade civil.

Entretanto, com o *impeachment* da presidenta Dilma, o Brasil entra num contexto de retrocessos políticos, de perdas de direitos sociais, trabalhistas, previdenciários, entre outros, em uma onda conservadora e neoliberal, que se estendeu até 2022, em que o povo brasileiro viveu tempos sombrios de autoritarismo, gerando um espaço de potencialização das iniquidades socio sanitárias no momento de enfrentamento da pandemia de covid-19.

Em meio ao contexto de retrocessos, a resistência popular se dá em diversos espaços. No SUS, conquistado com luta, institucionalizado de forma descentralizada com a força e o compromisso com a vida e a saúde dos trabalhadores(as) da saúde, aliado a participação e controle social, resistimos, apesar de mais de 700 mil pessoas terem perdido a vida, vítimas da pandemia e da cultura do negacionismo.



Nesse contexto de retrocessos políticos e pandemia, contraditoriamente, pela resistência popular, a participação social e o papel do Conselho Nacional de Saúde (CNS) foram fundamentais na defesa da vacina, das medidas de proteção e do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, a participação popular se fez viva e ativa por meio da criação de Comitês Populares em Defesa da Vida e da Democracia nos territórios, nas suas diversas formas, junto a movimentos sociais populares, ocupando espaços em universidades, institutos, serviços e conselhos de saúde. Assim como a Frente pela Vida, as conferências livres em defesa da vida e da democracia foram realizadas, mesmo com o cenário complexo já apontado.

Nesses anos, mesmo diante de tantas situações-limite, a ANEPS se potencializou nas suas diversas ações locais e nacionais por meio de cursos, encontros, colóquios, tendas Paulo Freire (algumas com outros nomes, mas com o mesmo sentido), ações de cuidados populares nas escolas, feiras agroecológicas e camponezas, entre outras iniciativas populares.

A série temática *Educação popular & saúde* – da Editora Rede Unida, com a produção de conhecimento na área – é especial e tem a presença de pessoas que atuam na ANEPS, na Rede Unida e no Grupo Temático de Educação Popular e Saúde da Abrasco (Pulga *et al.*, 2024).

Marcantes também foram a participação na 8+8 – 16ª Conferência Nacional de Saúde em 2018 e a construção articulada da Campanha Paulo Freire Vive e do Centenário de Paulo Freire.

Em fevereiro de 2020, pouco antes de ser decretada a pandemia de covid-19, a ANEPS e os Coletivos de Educação Popular realizaram, na Parnaíba-PI, o VI Encontro Nacional de Educação Popular em Saúde e o I Encontro Latino-Americano de Educação Popular e Saúde. Em março de 2020 aconteceu, também, o I Colóquio Internacional de Educação Popular em Saúde junto à Conferência Livre de Educação Popular em Saúde (preparatória à 16.ª Conferência Nacional de Saúde) com a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Passo Fundo-RS, sendo a última atividade presencial antes da pandemia. Aliada ao movimento de defesa das medidas de isolamento e distanciamento social, a ANEPS recriou suas formas de organização e mobilização, desenvolvendo um conjunto de atividades na modalidade virtual que contribuíram não só com a manutenção de sua ação em rede como também se configuraram como verdadeiros espaços de cuidado entre aqueles que a constroem, além de terem fortale-

cido os movimentos e processos de conscientização na luta pela retomada da democracia. Desse modo, inúmeras *lives* educativas e de articulação foram realizadas, e a ANEPS buscou fortalecer suas articulações com demais movimentos sociais populares, entidades e instituições do campo democrático, protagonizando a instituição de nossos espaços de participação, como o SUS na Ruas e a Frente pela Vida.

Assim, no período da pandemia de covid-19, as reuniões e encontros da ANEPS ocuparam o formato virtual de forma intensa e permanente. Houve um aumento expressivo de participantes e de grupos de WhatsApp da ANEPS. Em muitos lugares, foram intensificadas as ações solidárias de inclusão digital para que pessoas das práticas populares pudessem estar presentes nas reuniões, *lives*, cursos e plenárias virtuais. Os movimentos nos territórios, atuando de forma articulada, ganharam novas configurações em lutas, resistências e solidariedade, gerando experiências que transitavam entre o virtual e as presencialidades solidárias nos territórios. A articulação local nas ações de saúde, com rodas de conversas presenciais e virtuais e práticas de cuidados integrativos e populares relacionadas às pessoas do campo e da cidade, potencializaram as redes solidárias nos territórios, contribuindo com o enfrentamento das injustiças sociais, das *fake news* e com a valorização da ciência, da defesa da vida, da saúde e dos direitos. Os processos de formação de agentes populares de saúde no enfrentamento da covid 19, de vigilância popular em saúde (VPS), de ações como as da Rede de Promotores Populares foram possibilidades de construção real e participativa da PNEPS-SUS.

Em novembro de 2020, aconteceram tanto os encontros estaduais e regionais quanto o VI Encontro Nacional da ANEPS, sendo o primeiro encontro nacional da ANEPS totalmente virtual. Outros marcos importantes nessa história foram as contribuições da ANEPS para as realizações dos cursos de especialização em Educação Popular em Saúde e Convivência com o Semiárido, em parceria com a Fiocruz Ceará e a Rede Saúde, Saneamento, Água e Direitos Humanos e em Educação Popular em Saúde na Promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis, em parceria com a Fiocruz Brasília, coletivos de educação popular em saúde e outras universidades. Esses cursos de especialização foram essenciais para a consolidação da PNEPS-SUS, mesmo no período em que a conjuntura institucional do governo federal era avessa e desfavorável.

E os desafios se expressaram  
Para nos mobilizar  
Porque inéditos viáveis em educação popular  
São sempre possibilidades  
De superar dificuldades  
E a luta continuar  
Implementar as políticas  
E o SUS fortalecer  
Lutar pra democracia novamente florescer  
Combate às desigualdades  
A todas as iniquidades  
Pra primavera florescer

Com a vitória da resistência nas urnas, Lula reassumiu a presidência no início de 2023 com o lema “União e reconstrução”, em um contexto desafiador de retomada de valores democráticos, humanitários, de respeito, amor e paz, reabrindo, assim, as portas da institucionalidade para a inclusão, o acolhimento e a produção da vida e da cidadania no Brasil.

Desse modo, há novos desafios da educação popular em saúde e da ANEPS no contexto de reconstrução e retomada da força popular no Brasil. É nesse período que se apontam os desafios estratégicos ao SUS e às políticas públicas; o fortalecimento da participação popular e da democracia no combate às desigualdades sociais, de gênero, raça e classe, à fome e à determinação dos processos de saúde-adoecimento.

É essencial o fortalecimento das articulações e movimentos sociais populares, que precisa ser germinada pela retomada da formação política e do trabalho de base; o enfrentamento às fake news e às guerras; o fortalecimento da luta pela vida, pela democracia e soberania, a disputa no campo do conhecimento e a articulação dialética entre os diferentes saberes.

Em maio de 2023, a ANEPS reafirma o seu papel no processo de reconstrução do SUS e retomada da PNEPS-SUS com a realização do VII Encontro Nacional da ANEPS em Brasília-DF, contribuindo também, a partir deste, com a realização da Conferência Livre Nacional de Educação Popular em Saúde – de tema “Os inéditos viáveis para o Brasil que queremos – a EPS na defesa da vida, do SUS e da democracia” – e a participação ativa na 17.ª Conferência Nacional de Saúde em julho de 2023.

Lutar pra enfrentar a fome  
E o que nos faz adoecer  
Sabendo que nossas bases  
Temos que fortalecer  
As *fake news* enfrentar  
Por soberania lutar  
Para a batalha vencer  
Outro grande desafio  
É do campo do conhecer  
Há disputa de saberes, não podemos esquecer  
Acadêmico e popular  
Precisam dialogar  
Pra nenhum desmerecer

A ANEPS tem assento no pleno do Conselho Nacional de Saúde desde 2018, marcado pela presença de lideranças como Simone Leite, Ivanilde Batista, Marta Almeida e Camila Sarmento, que têm reafirmado os compromissos históricos já expostos em defesa da vida, da democracia, de todos os direitos e do SUS.

A realização, em 2024, do VIII Encontro Nacional, da 1ª Conferência Livre Nacional de Educação Popular na Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde – com tema “Construindo com todas as gentes e saberes que fazem o SUS acontecer” – em Brasília e da participação ativa na 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde reafirmam o compromisso da ANEPS com o SUS e da educação popular na formação do campo democrático-popular, no fortalecimento do trabalho e organização de base.

No caminho percorrido  
Muita potência se revelou  
Gente que na roda entrou  
Quem a batalha assumiu  
Outres que dela saiu  
Mas seu legado deixou

Junto à síntese poética de Vera Dantas, também são rememoradas grandes referências da ANEPS que partiram ao longo desse período (2016–2024), pessoas que viveram seus últimos dias dialogando e articulando sobre o papel da ANEPS diante dos desafios contemporâneos. Enquanto coletivo nacional, também foi possível, nesses anos, aprender muito sobre participação política,

cuidados, presenças e despedidas. Reverencia-se a memória de Simone Leite (SE), Marta Almeida (PE), Dona Chica (SE) e José Ivo dos Santos Pedrosa (PI), pessoas tão importantes nessa trajetória.

Assim, nesse permanente esperar por dias de mais justiça social, democracia popular e solidariedade entre os povos, a ANEPS, embalada pela historicidade, pelos processos de resistências e pelos legados daqueles que, embora não estejam mais de corpo presente, iluminam nossa trajetória, continua sua caminhada no processo de Freirear o SUS e a democracia, acolhendo, incluindo, mobilizando e intensificando as lutas do campo democrático e popular. Construamos essa ciranda de forma coletiva e participativa!

“As pessoas das práticas populares, parteiras, rezadeiras, benzedadeiras, são fundamentais para a educação popular em saúde, para o resgate da nossa cultura. É o resgate do que fazer lá na sua cidade que vai fazer a diferença no SUS. Com essa articulação de profissionais de saúde, pessoas das práticas, das universidades, do conselho de saúde, juntos, construindo uma forma de fazer diferente na saúde e na sua localidade.”

(Leite, 2025)

“Nossos corpos não são mercadorias, nós não estamos a serviço do capital. Precisamos de atendimento à saúde com dignidade, atendimento humano com equidade, com respeito às políticas para saúde das mulheres e à Política Nacional de Saúde da População Negra e LGBT.”

Conselho Nacional de Saúde – Marta Almeida, 2023

“Sou rezadeira. Meu nome hoje é Chica. Chica parteira, Chica benzedeira, Chica curandeira. Chica Pereira das Neves Silva.”

Chica (Stevanim, 2023).

“A esperança ainda existe e permanece viva.”

José Ivo dos Santos Pedrosa (Pedrosa, 2021).

## Referências

- ARTICULAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE. *O caminho das águas: relatório do I Encontro Nacional da ANEPS*. Passo Fundo: ANEPS, 2005.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. *Portaria n. 2.761, de 19 de novembro de 2013*. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). Brasília, DF: MS, 2013a. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761\\_19\\_11\\_2013.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761_19_11_2013.html). Acesso em: 10 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria GM/MS n. 1.057, de 2 de agosto de 2023*. Inclui o Capítulo III do Anexo V da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, para instituir a Comissão de Articulação e Assessoramento ao processo de fortalecimento da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no Sistema Único de Saúde (Articula PNEPS-SUS). Brasília, DF: MS, 2023. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt1057\\_03\\_08\\_2023.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt1057_03_08_2023.html). Acesso em: 10 maio 2025.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. *Visibilidade lésbica com atendimento digno no SUS*. Participação: Marta Almeida. [S. l.], 2022. 1 vídeo (18 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hc3w9fxD-vO4>. Acesso em: 10 maio 2025.
- LEITE, Simone. *Educação popular em saúde: quem são os trabalhadores? Ceará: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – EPSJV/ Fiocruz*, 2018. 1 vídeo (1 min). Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=373927050015124>. Acesso em: 10 maio 2025.
- PEDROSA, J. I. dos S. O autor responde ... a esperança ainda existe. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 25, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/fqyh65zDvn4r48t3wxwkpNj/>. Acesso em: 10 maio 2025.
- PULGA, V. L. et al. *1 educação popular & saúde*. Porto Alegre: Rede Unida, 2024. Disponível em: <https://editora.redeunida.org.br/serie/educacao-popular-saude/>. Acesso em: 10 maio 2025.
- STEVANIM, L. F. Bença Chica: conheça a história da parteira, benzedeira e educadora popular em saúde que leva conhecimentos tradicionais para o SUS. *Revista Radis*, 1º nov. 2023. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/reportagem/saberes-populares/benca-chica/>. Acesso em: 10 maio 2025.

# A educação popular em saúde nas Ágoras da Abrasco

## **Luanda de Oliveira Lima**

Socióloga, pesquisadora social e educadora popular. Pós-doutoranda em Saúde Coletiva pelo Instituto Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz), Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto Nacional de Saúde da Mulher. Vice-presidente da Abrasco (2024-2027) e membra GT de Educação Popular em Saúde (EPS) da Abrasco. Atua na coordenação regional do GT de Saúde Internacional e Soberania em Saúde do Clacso como consultora da comunidade de prática Aliança da ONG internacional Luta pela Paz.

## **Renata Pekelman**

Médica de família e comunidade, mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Servidora do Hospital Nossa Senhora da Conceição, em Porto Alegre-RS, cedida como assessora técnica ao Ministério da Saúde (MS). Integrante do GT de Educação Popular em Saúde (EPS) da Abrasco.



Em 7 de abril de 2020, Dia Mundial da Saúde, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) inaugurou um novo espaço da saúde coletiva brasileira para acompanhar o desenvolvimento da pandemia e discutir fenômenos a ela relacionados, ampliar o diálogo com sociedade, trabalhadores da saúde e pesquisadores do campo sobre o tema, bem como propor respostas: a ágora Abrasco. Os painéis reuniram estudantes, ativistas, educadores, gestores, pesquisadores e representantes de movimentos sociais e da sociedade civil para debater temas como o protagonismo dos saberes populares na saúde, a curriculização da extensão e os desafios para a saúde pública no Brasil.

Ao longo dos quatro anos posteriores, as ágoras formaram e continuam formando um espaço fluido, de difusão de informações, escuta e diálogo. A troca promovida nos encontros virtuais busca debater com diversos públicos, somando os esforços para a construção de alternativas a *fake news* e campanhas de desinformação estimuladas/disseminadas por diversos atores da nossa sociedade. Com mais de 180 encontros realizados, os painéis trataram das temáticas relacionadas a enfrentamento da pandemia de covid-19, democracia, políticas públicas de saúde, em especial nosso SUS, emergências climáticas, meio ambiente, saúde global, determinantes sociais da saúde, direitos humanos, políticas de equidade em saúde, educação e formação em saúde, entre muitos outros. Os encontros, que podem ser visualizados no site da TV Abrasco, têm o objetivo de criar um ambiente democrático e aberto para a troca de ideias, experiências e reflexões, contribuindo para o avanço das políticas públicas de saúde e para a promoção de uma saúde mais inclusiva e equitativa.

A educação popular em saúde tem suas raízes na pedagogia de Paulo Freire, que propôs um modelo de educação libertadora em que o conhecimento é construído de maneira horizontal e dialógica. No contexto da saúde, isso significa promover a participação efetiva das comunidades na construção de políticas públicas, nos processos de autocuidado, nos serviços de saúde, em especial atenção básica e saúde mental e na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). Esse movimento busca romper com práticas tradicionais e verticalizadas de ensino e cuidado, colocando o saber popular em pé de igualdade com o saber técnico e científico.

Nesse período, o Grupo Temático de Educação Popular em Saúde (GT EdPopSaúde) e os movimentos de educação popular em geral protagonizaram a construção de uma série de painéis para debate, destacando temas relacionados às iniciativas territoriais

e populares de enfrentamento à pandemia e o protagonismo de movimentos sociais e de trabalhadores de saúde no enfrentamento da covid-19, seja na atuação dos trabalhadores na linha de frente do enfrentamento à pandemia, seja em estratégias de comunicação e educação em saúde junto às comunidades, seja, mais recentemente, sobre o legado de Paulo Freire e a importância dos saberes populares na saúde. O objetivo desses espaços é evidenciar e refletir sobre os saberes e práticas desses grupos que muitas vezes se tornam invisíveis no cotidiano do cuidado. Podemos destacar cinco grandes temáticas que foram abordadas nos espaços protagonizados pelo GT de Educação Popular ao longo desses quatro anos.

**1. Participação popular e controle social:** enfatiza a importância da educação popular como um instrumento para fortalecer o controle social no SUS, garantindo que a população não apenas tenha acesso aos serviços de saúde mas também participe ativamente na formulação e na avaliação das políticas públicas. O controle social e a participação popular são princípios do SUS e são fundamentais para incluir a população na formulação das políticas de saúde, amplificar as vozes das populações historicamente marginalizadas e atuar no monitoramento da oferta de serviços, garantindo os pilares da equidade e da integralidade no SUS.

**2. O protagonismo dos saberes populares e das práticas comunitárias na saúde coletiva:** o papel da educação popular no empoderamento das comunidades no cuidado com a própria saúde e na sistematização desses saberes foi outro tema bastante presente, promovendo práticas de autocuidado, reconhecimento dos direitos à saúde e fortalecimento das redes de apoio comunitárias. Isso é particularmente relevante em áreas vulneráveis, onde o acesso ao sistema de saúde pode ser mais limitado.

**3. Formação de profissionais de saúde:** a incorporação da educação popular nos processos de formação de profissionais de saúde também foi um ponto importante, em paralelo à curricularização da extensão popular. Discutiu-se a necessidade de formar profissionais com uma visão crítica e comprometida com a transformação social, que sejam capazes de dialogar com os saberes populares e atuar de maneira humanizada e solidária. A importância da extensão em educação popular para a formação de profissionais comprometidos com o território e a interprofissionalidade, bem como os desafios para sua curricularização, também foram centrais nas discussões.

**4. Descolonização do saber:** também foi debatido como a educação popular pode contribuir para a descolonização do saber em saúde, ou seja, para a valorização dos conhecimentos e práticas de saúde das comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e de outros grupos cujas culturas e saberes foram historicamente desvalorizados pelas instituições de saúde convencionais.

**5. Experiências práticas:** as ágoras foram espaços para compartilhar diversas experiências práticas de educação popular em saúde, como iniciativas de promoção de saúde em territórios periféricos, práticas integrativas e complementares em saúde (PICS), projetos de intervenção comunitária e práticas educativas em saúde com metodologias participativas e criativas, como o teatro do oprimido e rodas de conversa.

Diante das dificuldades causadas pelas crises sanitária, política e econômica, os painéis buscaram evidenciar e refletir sobre saberes e práticas de movimentos populares e sociais e de trabalhadores de saúde na promoção do cuidado. Foram promovidos encontros com convidados que compartilharam suas experiências a partir de suas distintas inserções: trabalhadores de saúde, pesquisadores, educadores populares, representantes de comunidades tradicionais e outros territórios vulnerabilizados – como favelas e comunidades indígenas – e representantes de práticas populares – como curandeiras, raizeiras, entre outras.



Os painéis evidenciaram estratégias que vêm sendo realizadas na atenção básica para manter o trabalho com a comunidade, tanto durante a pandemia como com o desmantelamento da rede de Atenção Primária à Saúde (APS). Para tanto, estratégias de comunicação estão sendo criadas entre os serviços de saúde e a população, como por meio do WhatsApp, de criação de podcasts, programas de rádio, telefone e orientações gerais das equipes de saúde nas ações com conselhos locais de saúde, usuários do SUS e outras formas de organização popular e comunitária em cada território. Foi enfatizada a importância da articulação entre os diferentes pontos das redes de atenção integral à saúde da população no SUS, desde a atenção básica ao nível hospitalar: toda a rede SUS precisa atuar integrada para viabilizar o cuidado à população, especialmente as mais vulnerabilizadas.

Destacamos o contexto das favelas e de comunidades tradicionais, onde foi identificado um conjunto de dificuldades agudizado com a pandemia de covid-19, a endemia de zika e de dengue, entre outras emergências, todas relacionadas às determinações sociais do processo saúde-doença-cuidado, como a desigualdade social, a falta de saneamento básico, a ausência de segurança pública, a morte de pessoas das favelas pela violência policial e pelo tráfico, a morte de defensores dos direitos humanos e dos territórios tradicionais por garimpeiros e forças de segurança irregulares vinculadas ao agro, a necessidade de moradias dignas e o problema do desemprego, além das doenças existentes que se somam.

Dos movimentos autônomos dos moradores emergem respostas que vão desde atos de solidariedade concreta para garantia de condições dignas aos moradores em situações de vulnerabilidades à construção de atos e planos políticos que reivindicam maiores investimentos do Estado para essas realidades sociais. Nesse sentido, destacamos a iniciativa **Mãos Solidárias**, que começou em Recife, Pernambuco, e se expandiu para vários estados do País, dando origem ao AgPopSUS. As experiências indígenas, quilombolas e ribeirinhas apresentadas mostraram a importância da valorização e reconhecimento dos saberes tradicionais, principalmente em momentos em que a organização dos serviços não responde às suas necessidades, recuperando cosmologias ancestrais – como as dos povos indígenas, que trazem diferentes noções de cuidado e saúde – e o uso de plantas medicinais e outros rituais – como cortina de proteção à saúde –, em reconhecimento a outras epistemologias.

No trabalho da saúde, os painéis buscaram evidenciar o protagonismo dos trabalhadores da saúde tanto no nível hospitalar como na APS, na promoção do cuidado integral, muitas vezes indo ao encontro do usuário para entender suas angústias e compreender suas incertezas, especialmente em tempos de crise sanitária, extrapolando o tecnicismo e enfrentando o negacionismo, muitas vezes vindo de colegas ou dos próprios usuários. Emerge, ainda, o compromisso das equipes multiprofissionais, particularmente na atenção básica, no desenvolvimento de práticas colaborativas em que o diálogo com a população é fundamental para a compreensão do território e a adesão nas ações de enfrentamento.

Ao longo dos encontros, as reflexões enfatizaram a necessidade de qualificar as formas e o tipo de comunicação utilizada pelo campo da saúde coletiva, problematizando o quanto a população recebe e interpreta, ou não, os conteúdos compartilhados. Ressaltaram, ainda, como se traduzem em medidas protetivas individuais e coletivas do cotidiano orientações que podem ser impossíveis de implementar em alguns contextos, por exemplo, durante falta de água em comunidades que ficam dias desguarnecidas. Os encontros revelaram a importância de valorizar, reconhecer e dar visibilidade às potencialidades presentes dos diferentes atores sociais existentes nos territórios. É também crucial o fortalecimento do SUS e das políticas públicas para que sejam capazes de incidir sobre os determinantes sociais, em especial, no enfrentamento às desigualdades sociais e na produção de iniciativas em defesa da vida, pois todas as vidas valem a pena. É preciso proteger e cuidar de trabalhadores da saúde para que possam salvar vidas!



Nos últimos 20 anos, o grupo temático tem se consolidado como um importante espaço de divulgação e pesquisa científica, bem como de sistematização, valorização e reconhecimento de saberes e práticas populares, criando espaços, contextos e oportunidades para mais protagonismos, para mais atores, atrizes e experiências na produção do conhecimento pela educação popular. Esse mesmo compromisso ficou evidente ao longo das âgoras em que esteve à frente e nas quais participou, inclusive sistematizando os diálogos em publicações, como o dossiê “O legado de Paulo Freire e as perspectivas para a saúde coletiva” (Cruz *et al.*, 2024).

Os desafios para a inserção e o fortalecimento das temáticas e perspectivas relacionadas à educação popular no campo da saúde coletiva têm sido muitos nesse período. No entanto, a extensa produção e atuação das atrizes e dos atores que compõem os diversos movimentos e grupos de trabalho que dialogam e se mobilizam cotidianamente em torno dessas temáticas têm impactado nas formas de ofertar saúde nos territórios e na formação de profissionais de saúde, desde a formação técnica até a pós-graduação *lato e stricto sensu*.

Reunindo diferentes perspectivas e promovendo um debate crítico, as âgoras Abrasco buscam consolidar um espaço plural, fortalecendo o papel da Abrasco como uma entidade de referência na construção e defesa do SUS e da saúde coletiva no Brasil. Os encontros também servem como um canal para a articulação de movimentos sociais e acadêmicos na defesa de políticas de saúde que atendam às necessidades da população. Em resumo, as âgoras reafirmaram o compromisso da Abrasco e de seus participantes com a educação popular em saúde como uma estratégia fundamental para a promoção da saúde integral, equitativa e participativa. Por meio dela, busca-se fortalecer o SUS enquanto um sistema público e democrático, com protagonismo da população nos processos de decisão e cuidado. Como desafios, persistem questões como: pensar a saúde para além dos hospitais e demais serviços a fim de favorecer a integralidade do cuidado, fortalecer a participação social, escutar e incorporar as potências locais e vozes dos movimentos populares nos processos de enfrentamento do presente e de construção do futuro.

## Referência

CRUZ, P. J. S. C. *et al.* O legado de Paulo Freire e as perspectivas para a saúde coletiva. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, n. 6, jun. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/rnSmHW8RKYzypxTkzXtB-NDw/?lang=pt>. Disponível em: 16 maio 2025.

# Escola de Promotores Populares em Saúde: “construindo o desenvolvimento de territórios saudáveis e sustentáveis”, Rio Grande do Sul

**Jorge Teixeira Senna**

Graduado em Gestão Hospitalar, consultor técnico do Ministério da Saúde, atua na Rede de Promotores Populares em Saúde.



Todo processo de produção da aprendizagem coletiva surge de encontros em que há um processo de produção de conhecimento significativo que envolve diversas culturas. Assim, nossos percursos têm início com a participação e a construção de atividades no Fórum Social Mundial em 2005, no Espaço de Saúde e Cultura Ernesto Che Guevara, o “Espaço CHE”, dando posteriormente continuidade às ações em mais quatro espaços de saúde: o Espaço Piracema, no Acampamento Binacional da Juventude do Fórum Binacional Brasil-Uruguai, realizado na Barra do Chuí em 2006; o Espaço Pai D’Égua, em Belém, Pará, no Fórum Social Mundial de 2009; o Espaço de Saúde e Cultura Mercedes Sosa, na cidade de Novo Hamburgo, em 2010; e, em 2012, o Espaço de Saúde e Cultura Frida Kahlo, no Fórum Social Temático realizado no Rio Grande do Sul.

Entendemos que os processos formativos são necessários, assim como a inclusão dos atores sociais e de suas realidades de territórios e práticas em saúde, provocando sua participação no interior do Sistema Único de Saúde (SUS). Desse modo, é possível instrumentalizar a educação permanente em saúde, tendo a educação popular como linha orientadora de desenvolvimento da ação do quadrilátero da educação permanente (CECCIM, 2004). O resultado é o compromisso ético-político coletivo para as futuras ações de formação não atreladas aos valores tradicionais de gestão dos serviços públicos, que inibiam as transformações sociais. O que buscamos é a ampliação da escuta e de um bom acolhimento como reflexo de valores que construam **democracia**. Dessa forma, é possível dar sentido à autonomia dos interesses coletivos que reafirmam a “aprendizagem significativa” e de “produção do conhecimento”, respeitando os limites dos saberes acadêmico e popular e protagonizando a união desses saberes que orientam as práticas em saúde. É essencial considerar a contribuição da participação social e a reconstrução de estruturas que garantam espaços democráticos, resultando em processos de promoção e prevenção em saúde, reconhecendo os direitos dos sujeitos sociais nos âmbitos urbano e rural e contribuindo para o conceito de saúde coletiva.

A Escola de Promotores Populares em Saúde tem seu nascedouro nos espaços de saúde e cultura, que consistem em processos educativos e participativos orientados pela metodologia da educação popular em saúde (EPS) e inspirados na metodologia da Escola da Ponte (Porto, Portugal), com a intenção de defender uma melhor saúde para as comunidades e provocar a participação de

lideranças de movimentos do campo, comunidades de terreiros, quilombolas, populações indígenas, ciganas, LGBTQIAPN+, conselheiros de saúde, gestores e profissionais da saúde bem como estudantes de cursos de graduação na área da saúde. Ao beber nessa fonte, construímos algumas das atividades de formação pautando o “direito ao acesso à saúde” e a participação social no SUS, comprometidos com as necessidades de saúde e políticas sociais. Partiu-se de cartografias sociais realizadas com a diversidade das populações e de seus territórios, nas quais defendemos a equidade e a igualdade no SUS, com intencionalidade no desenvolvimento de territórios saudáveis e sustentáveis, especialmente nas periferias dos grandes centros urbanos e nas comunidades rurais, resultando na formação de promotores populares em saúde nas composições das regiões de saúde – Decreto n. 7.508 (Brasil, 2011), totalizando 945 promotores populares em saúde formados entre 2011 e 2024.

Esse processo formativo envolveu a atuação e protagonismo dos movimentos sociais, que trazem como objetivo promover a participação social, fortalecendo práticas populares em saúde que estabeleçam seu reconhecimento e valorização, no propósito maior de produzir qualidade em saúde. De tal forma, que traga na centralidade os sujeitos envolvidos, considerando as realidades encontradas nos territórios em que habitam, e que esse movimento contribua e potencialize melhorias nas relações de gestão

Figura 11 – Roda de conversa da rede de promotores populares de saúde



Foto: Elisângela Martins da Rosa Silveira.

da saúde, com o propósito de nos alinharmos à agenda de implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), e na forma como essas ações se reproduzem no dia a dia das comunidades em que atuamos, apoiando a construção de espaços democráticos e de participação social, concretizando a proposta da Agenda 2030.

Considerando o caminho da reconstrução da democracia que culmina em um estado de “bem-estar” e “bem viver”, compreendemos que a saúde é um tema fundamental para o desenvolvimento. O compromisso e o objetivo é propor uma agenda de atividades de interlocução entre movimentos sociais e demais setores da comunidade na implementação de políticas públicas nos serviços de saúde, viabilizando uma formação adequada para refletir e problematizar o tema do “acesso ao direito” à saúde, atendendo às necessidades sanitárias e sociais no contexto da construção permanente do SUS. Isso resulta em contribuições ao debate teórico-metodológico sobre o desenvolvimento de territórios saudáveis e sustentáveis em diversos municípios onde atuamos no estado do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, Viamão, São Lourenço, Santa Maria, Santo Ângelo, Bagé, Ijuí, Carazinho, Uruguaiana, Esteio, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Santana do Livramento, Santo Antônio da Patrulha, Alvorada e Bom Princípio.



Ao nos propormos a fomentar espaços de aprendizagem que construam processos formativos a partir da realidade das comunidades, buscamos criar territórios saudáveis e sustentáveis, orientando para a melhoria do acesso ao conhecimento sobre o SUS. Nas rodas de conversa, abordamos as experiências vivenciadas no cotidiano do trabalho e nas práticas de saúde promovidas *in loco*, considerando as redes de atenção à saúde, possibilitando a reflexão sobre prevenção e promoção de saúde e geração de trabalho e renda e trazendo na sua proposição a criação de observatórios que viabilizem o fortalecimento de uma rede de promotores populares em saúde. Há, assim, a compreensão de que a educação popular para promoção e prevenção em saúde se torna uma prática formativa que nos aproxima das realidades vividas pelos sujeitos sociais. Essa prática contribui para a atualização da produção, disseminação e compartilhamento de conhecimentos e tecnologias em saúde e dialoga com temas de ambiente e sustentabilidade voltados para o fortalecimento do SUS, assegurando qualidade de vida à população brasileira.

Assim, cumprimos nosso objetivo de valorizar o protagonismo dos movimentos sociais na proposição e implementação de políticas públicas de saúde em parceria com gestores e profissionais, resultando na promoção e prevenção em saúde e na qualificação dos determinantes sociais, desenvolvendo ações saudáveis e sustentáveis nos territórios. Busca-se, com isso, melhor qualidade de vida e conscientização sobre o acesso ao direito à saúde, promoção da equidade em saúde e a consolidação do SUS, sendo esse um material resultante das experiências de oficinas de formação de promotores populares em saúde que reconhece e fortalece as práticas em saúde e o que se produz de conhecimentos sobre saúde nos territórios, contribuindo para a produção coletiva do pensamento crítico de profissionais e usuários em relação às políticas públicas de saúde, promovendo a saúde das comunidades a partir da atuação das lideranças dos movimentos sociais.

## Referências

BRASIL. *Decreto n. 7.508, de 28 de junho de 2011*. Regulamenta a Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2011. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm). Acesso em: 16 maio 2025.

CECCIM, Ricardo Burg; FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 41–65, 2004.

# Vigilância popular em saúde: práxis inspirada na educação popular

## **Fernando Ferreira Carneiro**

Biólogo, pós-doutor em Sociologia pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – Portugal, doutor em Epidemiologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pesquisador da Fiocruz Ceará e integrante do GT de Saúde e Ambiente da Abrasco.



Não existe receita pronta  
 Pra vigilância popular  
 Existem inspirações  
 Pra ela se efetivar  
 Envolver os cidadãos  
 Promover organização  
 Protagonismo popular

Identificar ameaças,  
 Monitorar seus efeitos  
 Visibilizar experiências  
 Saber de experiência feito  
 E os modos de resistência  
 Pra combater com competência  
 As violações dos direitos  
 (Edson Oliveira)

## Como nasce esse conceito

A vigilância popular em saúde (VPS) é um conceito em construção que tem suas raízes aprofundadas nas relações com a educação popular e o pensamento de Paulo Freire (Arjona *et al.*, 2024). No contexto da pandemia pelo coronavírus, ocorreu uma emergência de experiências de VPS pelo Brasil. As populações do campo, da floresta, das águas e das áreas urbanas vulneráveis foram dos grupos mais vulnerabilizados, e justamente esses povos são os que possuem modos de vida determinantes para a sustentabilidade socioambiental do planeta quando vivenciamos uma crise sobre o destino de nossa civilização.

A emergência dessas experiências se materializaram em gabinetes de crise em favelas (Ribeiro, 2020; Cannabrava, 2020), comitês populares (Coronavírus [...], 2020), articulações solidárias, plataformas (Vamos [...], [202-]), observatórios acadêmico-populares (Grupo Observatório dos Impactos do Coronavírus nas Comunidades Pesqueiras, [202-]), barreiras sanitárias populares (Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina, 2020) e portais de monitoramento participativo da doença na internet, como o Quarentena Indígena (Iniciativa [...], [202-]) e o Quilombos sem Covid-19 (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, 2020), para dar conta de enfrentar a covid-19, dada a ausência de políticas efetivas, principalmente no âmbito federal durante o governo Bolsonaro (2019-2022) (Carneiro; Pessoa, 2020).

Na virada do século XXI, com o acirramento dos conflitos ambientais, numerosos movimentos sociais e populações atingidas por grandes empreendimentos – como o agro e o hidronegócio, a mineração e a indústria poluidora – também têm protagonizado experiências territoriais para análise e enfrentamento dos impactos à saúde decorrentes das transformações dos seus territórios, da degradação, da poluição ambiental e da precarização do trabalho. Isso mostra que a saúde é uma dimensão sensível de suas vidas, mobilizadora para a construção de resistências.

Em resposta aos conflitos e à pandemia de covid-19 tem se desenvolvido experiências de VPS que albergam iniciativas de saberes e de práticas que nascem dos territórios e da organização popular na defesa do direito a saúde e vida, mas que, por muitas vezes, ainda são desconsideradas, silenciadas e apagadas pelas concepções e ações institucionais de vigilância do campo sanitário do Estado. No cenário pandêmico, a resposta contemporânea do Estado se aproximou do modelo de vigilância em saúde que vem sendo praticado desde o século XIX.



Esse modelo se relaciona principalmente com o controle de doenças protagonizadas por estruturas do Estado, ancorando-se na ordem simbólica das representações belicistas da guerra contra os micróbios e movida pela microbiologia fundada no último terço do século XIX. Termos como “vigilância”, “controle”, “evento sentinela” e “campanha” pertencem a esse cenário de inspiração militar, que se centraliza na vigilância de doentes e de suspeitos, compondo uma política sanitária autoritária, persecutória e punitiva – elementos que contribuem para inviabilizar a participação popular na vigilância em saúde (Sevalho, 2016).

Segundo Porto (2019), os limites do modelo biomédico e produtivista na organização de um sistema de saúde verticalizado e pouco dialógico dificultou avanços na concepção de participação social na saúde coletiva além do controle social. Embora importante nas estratégias de participação e gestão democrática do SUS, no exercício da cidadania e no trabalho em redes com a sociedade, a saúde coletiva manteve, até recentemente, a discussão da produção de conhecimentos e das ações de vigilância como atributo dos profissionais especialistas. Uma importante exceção, além da saúde dos trabalhadores, tem sido a construção da educação popular em saúde, baseada principalmente nas contribuições de Freire (1971), Brandão e Streck (2006) e Valla (1993).

Existem algumas experiências no Brasil que utilizaram o termo vigilância popular em saúde para nominar suas práticas quando o protagonismo de comunidades e movimentos sociais é evidente, podendo envolver diferentes graus de atuação do Estado, da academia e de especialistas, desde que esses atores reconheçam os saberes populares e se impliquem nos processos participativos de natureza dialógica. Dentre numerosas experiências construídas nos últimos 20 anos que ajudaram na construção desse conceito, destacam-se os estudos que contribuíram para adiar as tentativas de exploração de urânio e fosfato na mina do município de Santa Quitéria, no Ceará (Alves, 2013); processos de monitoramento dos impactos da Siderúrgica do Atlântico em Santa Cruz, Rio de Janeiro e da mineração de urânio em Caetitê, Bahia; e pesquisas do Observatório de Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas e do Participatório em Saúde e Ecologia de Saberes, vinculados à Fiocruz Ceará.

O termo vigilância popular em saúde também tem sido usado no contexto da discussão da pedagogia das águas pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fiocruz; na pedagogia do território; nos trabalhos desenvolvidos pelo Laboratório



Foto: Fernando Ferreira Carneiro.

Territorial de Mangunhos-Fiocruz em favelas do Rio de Janeiro e, durante a pandemia de covid-19, em debates promovidos pela Fiocruz Brasília com movimentos populares e entidades da sociedade civil organizada, acadêmicos e profissionais do SUS.

Enquanto prática, a vigilância popular em saúde (VPS) se anuncia em ações participativas que destacam o que promove e o que ameaça a vida nos territórios, apontando para novos espaços, lutas coletivas e perspectivas para transformar as condições de saúde. Enquanto um saber, desenvolve-se por meio dos diálogos e das vivências da população – produtora de conhecimentos e informações importantes que possibilitam os processos decisórios e o direcionamento das ações da territorialização da saúde.

No período da pandemia de covid-19, a VPS ganhou notória visibilidade, especialmente quando se tornou a única ação efetiva de vigilância diante da insuficiência do Estado em executar as políticas públicas. Ela lança mão de estratégias inovadoras, como uso de redes sociais, para pôr em evidência cenários de violação de direitos, desenvolvimento de barreiras populares, observatórios populares e acadêmicos e comitês populares por iniciativa de indígenas, quilombolas, pescadores e camponeses na defesa de seus territórios e da vida.



## Um pouco de história

Na América Latina, vêm sendo formuladas diversas propostas nos últimos 20 anos em busca de sistematizar conceitos, métodos e ações em torno da VPS. Entre elas, destacam-se a epidemiologia comunitária, epidemiologia popular, a vigilância em saúde do trabalhador, vigilância do desenvolvimento, vigilância popular, a vigilância civil, a epidemiologia crítica com o monitoramento participativo, a vigilância articulada à concepção de uma promoção emancipatória da saúde, o monitoramento territorial independente e a proposição de um conceito de vigilância popular em saúde, materializado no guia *Vigia, povo!* (Carneiro; Dantas, 2023). Todos esses esforços visam à incorporação de diversos referenciais teórico-metodológicos, atores, movimentos sociais e populações para permitir uma vigilância baseada no diálogo e na articulação de saberes em que permeie uma prática com valores democráticos rumo à sustentabilidade e à justiça social, sanitária, ambiental e cognitiva.

### Conceito

A Vigilância Popular em Saúde tem como eixo central o protagonismo popular na defesa da vida. Isso pode se concretizar com a geração de dados na perspectiva da produção de conhecimento compartilhado, monitoramento participativo com uso de tecnologias acessíveis; comunicação popular; articulação com a academia, SUS e movimentos sociais; e reivindicações de direitos e políticas públicas (Carneiro; Dantas, 2023).

### Inspirações teóricas

A Vigilância Popular em Saúde se inspira em diversos referenciais conceituais e metodológicos, como os da educação popular, bem viver, pesquisa-ação, pesquisa participante. Tais referenciais atuam como base para o diálogo dos conhecimentos técnicos com os saberes populares produzidos pelos movimentos sociais e comunitários em contextos de lutas sociais e territoriais em defesa da vida.

## Algumas estratégias metodológicas de processos participativos de VPS

A escolha de metodologias participativas é fundamental para que se permita uma atuação ativa e efetiva de todos os envolvidos, com a valorização dos saberes-de-experiências-feitos no processo como um todo, desde a identificação, passando por discussões, até a busca de soluções para os problemas que estão nas realidades populares. O ponto de chegada busca o protagonismo de quem está vivenciando a atividade por todo o processo desde o despertar do senso crítico, com a leitura da realidade, sentimento de pertencimento e necessidade de união de esforços em construção coletiva.

Diversas estratégias e técnicas de metodologias participativas podem ser utilizadas para desenvolver processos participativos em saúde, algumas delas foram publicadas no guia *Vigia, povo!* (2023) e estão expostas a seguir:

Técnica/atividade/ estratégia	Descrição
Rodas de conversa	Atividades em grupo pautadas na oralidade e animadas por questões problematizadoras em uma perspectiva dialógica e horizontal.
Círculos de cultura	A partir de palavras geradoras, emergem temas que são problematizados coletivamente, produzindo sínteses com proposições de superação das situações-limite identificadas.
Mapeamento participativo	Processo de construção participativa de mapas com grupos e comunidades em seus territórios, incluindo suas histórias, contextos, dificuldades e planos para o futuro.
<i>Photovoice</i>	Compartilhamento dos pontos de vista dos participantes por meio de fotografias como um mecanismo de ver e compreender as percepções sobre o tema abordado.
Monitoramento participativo	É o olhar continuado e sistemático da comunidade organizada sobre os processos dos quais depende o seu bem-estar no seu território.
Oficinas	Constitui-se num espaço privilegiado de criação e de descobertas que envolve a geração de produtos a partir de um processo reflexivo e dialógico do sentir, pensar, agir, da intuição e da razão.
Vivências territoriais	Atividade coletiva de percurso pelo território em diálogo com as comunidades organizadas para o reconhecimento de sua história de luta e identificação do que ameaça e promove a vida.
Indicadores de VPS	Expressam-se na voz, nos sentimentos, nos pensamentos, nos corpos, no ambiente e nas práticas dos diversos sujeitos impactados por processos territoriais que podem ameaçar ou promover a vida.

## Pensando juntos

Porém, é importante lembrar-se de que a VPS não tem o objetivo de substituir as vigilâncias institucionalizadas. Pelo contrário, pode contribuir para que elas se tornem

mais participativas e dialógicas e possam incorporar a participação de sujeitos dos territórios, com seus saberes e informações, para possibilitar, cada vez mais, a horizontalidade e a participação democrática na garantia da saúde. Por isso as experiências de VPS em geral trazem a ideia de construção compartilhada do conhecimento, de problematização, colocando-se em defesa da vida em uma perspectiva solidária, crítica e emancipatória, contribuindo para a participação ativa da população.

Portanto, torna-se necessário refletir sobre o processo de prevenção, promoção e cuidado da saúde que tenha como eixo central estratégias territorializadas e métodos participativos, incentivando a autonomia da população e evitando a segregação e a exclusão das comunidades nos seus processos de percepção das doenças e da saúde; um processo que incorpore a pluralidade de saberes com a compreensão da determinação social da saúde (dimensões histórica, estrutural, econômica, ambiental, tecnológica, política, social, cultural, espiritual, entre outras).



# Vigia, povo!

**Por Tiago Souza Leal**

Minha gente popular  
Sua voz tem relevância  
Tem que se organizar  
Pra fazer a vigilância  
A saúde é coletiva  
E só consegue ser efetiva  
Dando ao povo importância

Eu te cuido, cê me cuida  
A gente cuida da gente  
É assim o jeito certo  
De um movimento potente  
Para qualquer circunstância  
Inclusive na popular vigilância  
Agindo coerentemente

Tem saúde que não chega  
Pros invisibilizados  
Mas é possível construir  
Movimentos auto-organizados  
Não é resiliência  
É ato de resistência  
Estarem capacitados

São diversos os atores  
Que poderão fazer parte  
Jurídico, estrutural, científico,  
Assistência e povo da arte  
Na intersetorialidade  
Se garante integralidade  
Juntando tudo que é parte

A saúde é um direito  
De todo o cidadão  
O SUS é fruto da luta  
E dele eu faço questão  
O que a gente pode pautar  
É o SUS reivindicar  
E ter participação

É por isso que eu rimo  
Pra gente encaminhar  
A construção do conceito  
De vigilância popular  
Somando conquista e luta  
Seguimos nessa disputa  
Da voz do povo pautar

Esse curso é de gente  
Que pratica as coisas que diz  
Deixo um abraço pra Flora,  
Pra Verinha, pra Luiz  
Um abraço pra toda gente  
Que participou francamente  
Dessa experiência feliz

Terminando esse rimado  
Recordo uma lembrança  
Que nossa arma mais quente  
É manter viva a esperança  
Lutando dia após dia  
Construindo autonomia  
Nos passos dessa andança.

## Referências

- ALVES, P. A. *Vigilância popular da saúde: cartografia dos riscos e vulnerabilidades socioambientais no contexto de implantação da mineração de urânio e fosfato no Ceará*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.
- ARJONA, F. B. S. *et al.* A contribuição do pensamento de Paulo Freire para a Vigilância Popular em Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, p. 1–10, 2024.
- BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (org.). *Pesquisa participante: o saber da partilha*. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde; CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. *Resolução MS/CNS n. 588, de 12 de julho de 2018*. Fica instituída a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS), aprovada por meio desta resolução. Brasília, DF: MS, 2018. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2018/res0588\\_13\\_08\\_2018.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2018/res0588_13_08_2018.html). Acesso em: 16 maio 2025.
- CANNABRAVA, M. Favelas do Rio registram 4 novos casos de covid-19. *Voz das Comunidades*, Rio de Janeiro, 29 jun. 2020. Disponível em <https://www.vozdascomunidades.com.br/covid19nasfavelas/favelas-do-rio-registram-4-novos-casos-de-covid-19-nesta-segunda-feira-29/>. Acesso em: 29 jun. 2020.
- CARNEIRO, F. F.; DANTAS, V. L. A. (org.). *Vigia, povo!: um guia de vigilância popular em saúde*. Eusébio: Fiocruz Ceará; Abrasco, 2023.
- CARNEIRO, F. F. *et al.* Vigilância popular em saúde: luta emancipatória pela vida ante o agronegócio na Chapada do Apodi-CE. *Saúde em Debate*, v. 48, p. 89–100, 2024.
- CARNEIRO, F. F.; PESSOA, V. M. Iniciativas de organização comunitária e covid-19: esboços para uma vigilância popular da saúde e do ambiente. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 18, 2020.
- CARNEIRO, F. F.; PESSOA, V. M.; TEIXEIRA, A. C. A. (org.). *Campo, floresta e águas: tecendo práticas e saberes de saúde*. Brasília: Editora UnB, 2017.
- COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS. *Observatório da covid-19 nos quilombos*. [2020] Disponível em: <https://quilombosemcovid19.org>. Acesso em: 16 jun. 2020.

- CORONAVÍRUS: comitê popular chega a 5 mil cestas básicas doadas a famílias de Porto Alegre. *Sul21, Últimas Notícias*, 27 maio 2020. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimasnoticias/coronavirus/2020/05/coronavirus-comite-popular-chega-a-5-mil-cestas-basicas-doadas-afamilias-de-porto-alegre>. Acesso em: 16 jun. 2020.
- CORREA FILHO, H. R. A utopia do debate democrático na vigilância em saúde. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 123, out./dez. 2019.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.
- GRUPO OBSERVATÓRIO DOS IMPACTOS DO CORONAVÍRUS NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS. *Grupo Observatório dos Impactos do Coronavírus nas Comunidades Pesqueiras*, [202-]. Disponível em: <https://observatoriocovid19pescadores.blogspot.com>. Acesso em: 19 maio 2020.
- INICIATIVA realizada de forma colaborativa por organizações indígenas e indigenistas. *Quarentena Indígena*, [202-]. Disponível em: <https://emergenciaindigena.apiboficial.org/>. Acesso em: 30 jul. 2020.
- MENESES, M. N. et al. Práticas de vigilância popular em saúde no Brasil: revisão de escopo. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, p. 2553-2564, 2023.
- MENESES, M. N. et al. Vigilância popular em saúde no sul do Brasil: expressões de um território que pulsa. *Interface*, Botucatu, v. 28, p. 1-13, 2024.
- OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA. Fórum de comunidades tradicionais lança Campanha Cuidar é Resistir. *OTSS*, 4 jun. 2020. Disponível em: <https://www.otss.org.br/post/fct-lanca-rede-de-solidariedade-cuidar-e-resistir>. Acesso em: 19 maio 2020.
- PESSOA, V. M.; ALMEIDA, M.; CARNEIRO, F. F. Como garantir o direito à saúde para as populações do campo, da floresta e das águas no Brasil? *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 42, n. especial, p. 302-314, 2018.
- PORTO, M. F. Crise das utopias e as quatro justiças: ecologias, epistemologias e emancipação social para reinventar a saúde coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 9, 2019.
- RIBEIRO, G. Coronavírus: comunidades criam gabinetes de crise e usam funk para ajudar na prevenção. *Jornal Extra*, Rio de Janeiro, 22 mar. 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/coronavirus-comunidades-criam-gabinetes-de-crise-usam-funk-para-ajudar-na-prevencao-24321336.html>. Acesso em: 19 maio 2020.

RODA de conversa: Ecologia de saberes, pesquisa participante, vigilância popular da saúde e pandemia. Olinda: Teia de Saberes e Práticas, 2020. 1 vídeo (146 min). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=WTxGygLIFUU&ab\\_channel=TeiadeSabereSePr%C3%A1ticas](https://www.youtube.com/watch?v=WTxGygLIFUU&ab_channel=TeiadeSabereSePr%C3%A1ticas). Acesso em: 19 maio 2025.

SANTOS, B. *A cruel pedagogia do vírus*. São Paulo: Editora Boitempo, 2020.

SEVALHO, G. Apontamentos críticos para o desenvolvimento da vigilância civil da saúde. *Physis*, v. 26, n. 2, p. 611-632, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/bJFLwDGgs5g8XfCf4z4zXxz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 maio 2025.

SILVA, L. R. C. et al. Vigilância popular da saúde, ambiente e trabalho (VPSAT): uma revisão integrativa da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, p. 2565-2582, 2023.

VALLA, V. V. Participação popular e saúde: a questão da capacitação técnica no Brasil. In: VALLA, V. V.; STOTZ, E. N. (org.). *Participação popular, educação e saúde: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

VAMOS precisar de todo mundo, ação de solidariedade ao povo brasileiro: quem somos – a campanha. *Todo Mundo*, [202-]. Disponível em: <https://todomundo.org>. Acesso em: 16 jun. 2020.

# A trajetória da Especialização em Educação Popular em Saúde na Fiocruz Brasília: o florescer de novas institucionalidades da PNEPS-SUS

## **Kelly Dandara da Silva Macedo**

Enfermeira, especialista em Sistema Público de Saúde com ênfase em Saúde da Família (modalidade residência). Atua no Núcleo Angicos, na Fiocruz Brasília.

## **Mayara Suelirta da Costa**

Nutricionista, mestra em Saúde pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Atua na Sociedade e Endemias na Amazônia. Pesquisadora no Núcleo Angicos, na Fiocruz Brasília.

## **Oswaldo Peralta Bonetti**

Enfermeiro, mestre em Saúde Coletiva pela Universidade de Brasília (UnB), servidor federal, tecnólogo, coordenador do Núcleo Angicos da Escola de Governo Fiocruz Brasília, integrante da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS) e do GT de Educação Popular em Saúde (EPS) da Abrasco.



A implementação de processos formativos na pós-graduação sempre foi um grande desejo de todos(as) aqueles(as) comprometidos(as) com o fortalecimento da Educação Popular em Saúde (EPS) no Sistema Único de Saúde (SUS). Assim, a realização da Especialização em Educação Popular em Saúde na Promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis na Escola de Governo Fiocruz Brasília, desde seus primeiros passos, foi considerada como uma grande conquista.

A turma de especialização em EPS na Fiocruz Brasília, desenvolvida em 2022, foi a segunda implementada no País. Nesse contexto, a primeira experiência de especialização, realizada no estado do Ceará em 2018, agregando também educandos(as) do Rio Grande do Norte, contribuiu como referencial para a iniciativa. Contudo, particularidades e especificidades foram percebidas e construídas; esperamos compartilhar um pouco desse saber de experiência feito neste relato.

A especialização tem, em seu histórico de formulação e desenvolvimento, um grande processo participativo e solidário. Muitas reuniões e oficinas foram realizadas desde a formulação do seu projeto político-pedagógico, proporcionando a contribuição de educadores(as) com intensa trajetória no campo da EPS junto a movimentos sociais populares, na formação de trabalhadores(as) do SUS e demais políticas públicas. Nesse percurso, a especialização trouxe como princípios os apresentados pela Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS), estabelecida pelo Ministério da Saúde em 2013, e do Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas, publicado em 2014 pela Secretaria de Articulação Social da Presidência da República. Como objetivo, apresentou reafirmar e fortalecer o papel da EPS no processo histórico de garantia do direito à saúde.

É importante destacar que o contexto de realização da especialização esteve marcado pelos ataques do governo federal daquele momento, ocasionando muitos retrocessos em relação aos direitos da cidadania, desconsideração da participação e controle social e enfrentamento do SUS pela cultura do negacionismo e pelo autoritarismo – dimensões que ainda ganharam relevo no contexto da pandemia de covid-19.

Assim, a realização dessa turma também emergiu como um “grito” de resistência na época, apresentando-se como uma estratégia de fortalecimento e cuidado nos territórios, pois, no momento de ausência do Estado, foi a organização popular e o saber popular que cuidaram de seus territórios e de suas comunidades.

Inicialmente, a proposta da turma de Brasília-DF era de que as aulas fossem presenciais e restritas a educandos(as) do Distrito Federal. No entanto, devido à pandemia e à necessidade de adaptação para o formato *on-line*, decidiu-se abrir vagas para outras regiões do País. Isso também possibilitou uma maior diversidade de territórios participantes no processo formativo, o que se revelou bastante enriquecedor.

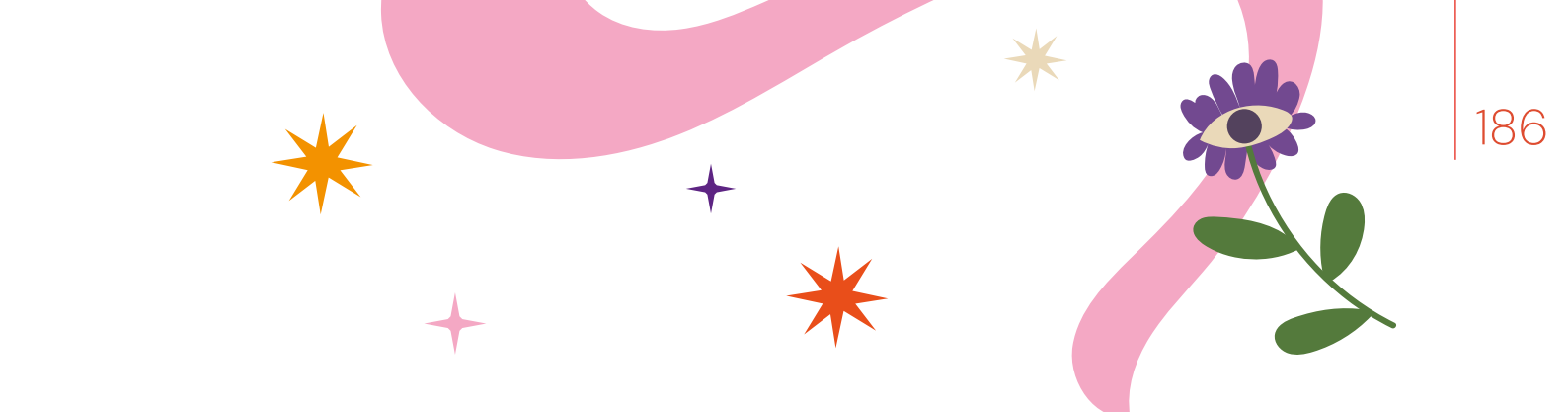
Foram oferecidas, via edital de chamamento público, 40 vagas, com educandos(as) de 14 estados e DF. Os encontros *on-line* ocorriam com frequência mensal, intercalados por encontros de tutoria ou facilitação, denominados cirandas pedagógicas, que reuniam em torno de cinco educandos(as), sempre mediados por um(a) educador(a), resultando em mais de 30 encontros virtuais. Esses momentos de partilha e encontros foram fundamentais, especialmente em meio ao isolamento social vivenciado na época.

A construção metodológica do curso foi orientada pela práxis freiriana e pelos princípios da territorialidade, protagonismo e participação popular, construção compartilhada do conhecimento e descentralização das políticas. Com a crise sanitária da covid-19 afetando diretamente a vida nos territórios, esse tema tornou-se transversal na formação, mobilizando educandos(as) ao desenvolvimento de ações baseadas nos territórios, contribuindo para a implementação da PNEPS-SUS e fortalecendo os territórios onde atuavam ou residiam.

Figura 13 – Seminário do Curso de Especialização em Educação Popular em Saúde, que teve como tema “Educação Popular na Promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis”



Foto: Kelly Dandara da Silva Macedo.



O desenvolvimento pedagógico se deu considerando atividades organizadas em dois tempos: tempo escola (180 horas) e tempo comunidade (180 horas), totalizando 360 horas. O tempo comunidade foi desenvolvido nos próprios locais de moradia e/ou atuação de educandos(as).

O curso foi estruturado em módulos disciplinares chamados de “trilhas metodológicas”: 1) Participação, controle social e gestão participativa; 2) Formação, comunicação e produção de conhecimento; 3) Cuidado em saúde, intersetorialidade e diálogos multiculturais; além de 4) Seminários integradores; 5) Metodologia de pesquisa; e 6) Atividades e vivências autogestionadas.

A proposta curricular abrangeu um conjunto de abordagens pedagógicas e temas relacionados ao campo da EPS, contribuindo para a formação de trabalhadores(as) e atores(atrizes) sociais na qualificação e defesa do SUS, com a educação popular como fundamento teórico-metodológico e seus princípios, saberes e práticas como elementos estruturantes da formação.

Com a expansão das vagas para além do Distrito Federal, o curso incentivou interações com os territórios, buscando a radicalidade da práxis (ação-reflexão-ação) com impacto na saúde coletiva, promovendo redes solidárias de saberes na defesa do direito à saúde, beneficiando a população que acessa o SUS cotidianamente.

Após a conclusão do curso, realizado totalmente de forma virtual, foi realizado um seminário presencial para a apresentação dos trabalhos de conclusão de curso. Com a vacinação contra a covid-19 já disponível e todos os cuidados sanitários necessários, o encontro presencial foi importante para celebrar esse momento.



## O florescer do Angicos

A EPS não é dimensão inédita nos territórios da Fiocruz. Muitos(as) pesquisadores(as) e educadores(as) já vêm contribuindo com sua caminhada histórica, haja vista as grandes contribuições trazidas por Victor Vincent Valla e tantos(as) outros(as). Assim vinha acontecendo na Fiocruz Brasília, contudo, a partir de 2018, com a chegada de alguns atores que carregavam a vivência do desafio da construção da institucionalidade da EPS na gestão federal, com o Ministério da Saúde, houve maior relevo à práxis freiriana na Fiocruz e no DF. Inicia-se essa nova fase com o reconhecimento da EPS como componente essencial da matriz pedagógica da formação ensino-serviço em programas de residência multiprofissional e na realização de alguns projetos de interação com os territórios em colaboração com movimentos sociais populares. Porém, o desenvolvimento e a realização da turma da especialização em Educação Popular em Saúde na Promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis se configurou em um momento significativo de reafirmação da importância e do fazer da EPS na Fiocruz Brasília.

Figura 14 – Seminário do Curso de Especialização em Educação Popular em Saúde, que teve como tema “Educação Popular na Promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis”



Foto: Kelly Dandara da Silva Macedo.

A potência articuladora do processo pedagógico da especialização, congregando um grande conjunto de educadores(as) e instituições do País, contando também com alianças internacionais, o permanente exercício da resistência democrática na institucionalidade, a chamada pedagogia “pé dentro, pé fora” naqueles tempos de obscurantismo, a satisfação dos(as) educandos(as) e a qualidade impressa no desenvolvimento pedagógico, refletida nas sistematizações dos trabalhos de conclusão de curso, contribuíram para germinar um momento de verdadeiro encorajamento institucional. Foi nesse contexto que foi idealizado e instituído, na Escola de Governo Federal (EGF), o Núcleo Angicos, celebrando e buscando a preservação do legado freiriano, sendo que a primeira experiência de alfabetização de adultos realizada por Freire naquela cidade potiguar ganhou relevo internacional no sentido do estímulo ao povo campesino a conquistar a “leitura da palavra” em suas múltiplas dimensões e reconhecendo os mecanismos de opressão presentes em suas realidades, uma alfabetização cidadã, nomeou-se Angicos o espaço articulador e irradiador da EPS na EGF.

No momento atual de disseminação e recriação dessa especialização, no qual seis novas turmas nas diversas regiões do País, estimuladas pela atual gestão do Ministério da Saúde e como parte do processo de resgate da PNEPS-SUS, estão sendo inauguradas, nós da Fiocruz Brasília, expressamos nossa gratidão a todos os(as) educadores(as) e educandos(as) que realizaram o curso e convidamos a todos(as) que estarão se agregando a essa nova ciranda de aprendizagem nacional a exercitar o verbo “esperançar” e se somar à construção dessa nova Angicos!



05

**Outras  
palavras**

# Processo formativo de vigilância popular em saúde

## **Michele Neves Meneses**

Enfermeira, doutora em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), atua na Prefeitura Municipal de Rio Grande – RS, integrante da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS), no Movimento Popular de Saúde (MOPS) e no GT de Educação Popular em Saúde (EPS) da Abrasco.



E nas andanças da educação popular  
As (trans)formações não poderiam faltar  
Perpassamos pandemia e emergência climática  
Com queimadas e muitas enchentes  
Mas compartilhamos com muita gente!  
Do Norte ao Sul do Brasil  
Fizemos cursos e especializações  
Num navegar de compartilhamentos  
Aprendizagens e percepções  
Trilhamos diversos territórios, muitos saberes e variadas ações.

O caminhar foi freiriano, com escuta e problematização  
Muito diálogo, pluralidades e potências criativas  
Encantamentos, coletividades e práticas em circulação  
Saberes populares, tradicionais e ancestrais  
Diálogos intencionais  
Indo ao encontro do bem viver  
Anunciando o bem dizer  
Para aqui a vida acontecer

E surgiram novas possibilidades de atuar entre as comunidades  
Sempre com solidariedade e muita amorosidade  
Num espiralar de conhecimentos  
Em campos diversos das multiplicidades  
Envolvidas na produção de subjetividades  
Forjam vidas e produzem atos  
Constroem indicadores e anunciam acontecimentos  
Os encontros foram acontecendo  
E com todos e todas a formação foi se tecendo  
Nos variados territórios do viver  
Pensaram possibilidades de outras construções  
Desde o controle social e o protagonismo popular  
Fundamentais para uma vigilância popular!

E nessa compreensão  
De como nos conduzimos na vida  
Podemos mobilizar uma radicalização  
De que nossos corpos são territórios  
E que movimentos são essenciais  
De se afetar e indignar  
E, quem sabe, poder transformar  
Uma sociedade com projeto democrático e popular!

# Amorosidade dos encontros humanos cenopoéticos na especialização em educação popular: quando a arte transforma sonhos em inéditos viáveis

## **Francisco José da Silva Soares**

Licenciado em Teatro, mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Atua no Grupos Esteiras de Histórias e no Grupo de Estudo do NASCE.

## **Sávia Augusta Oliveira Régis**

Licenciada em Pedagogia, mestra em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e professora na Prefeitura Municipal de Teresina - PI.



No princípio a arte. Em seu ser transcendente.  
Na busca íntima do cuidado, da provocação,  
Do prelúdio, dos encontros e desencontros  
Que territorializa e desnorteia, nos permitindo sulear  
Em nossas práticas e teorias. Em que a mística é intrinsecamente  
Fundante de nossos sonhos, fazeres e reflexões.

A nós nos foi dada a oportunidade única de podermos, como educando e educanda do curso de Especialização em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido, fazer parte da mística de abertura daquela acolhida. Fomos acolhidos ao mesmo tempo em que acolhemos, experimentando a amorosidade dos encontros humanos, das trocas, da arte construída e vivida no entre abraços dos corpos. E para embalar minhas palavras e abrir minha alma, das lembranças, dos momentos de felicidade:

Poesia,  
Encena  
A cena  
Pela cena  
Na cena  
O que encanta em cena  
A aquilo que se faz cenopoesia.  
Potência artística  
Que dialoga, dança, brinca, compartilha  
Com a outra e outro  
Seus universos de corpos humanos  
De saberes entranhados na pele dos seus aprendizados.  
Quais aprendizados floresceram?  
Que sonhos invadem nosso coração?  
Que reflexões pulsam em nossas mentes inquietas?  
De certo as respostas não são fáceis!  
Nem entregues às sombras em dia de sol.  
Mas quando os caminhos são alinhados,  
Pelas energias superiores do universo  
As certezas, as incompreensões e as dúvidas,  
Serão no amanhã do nosso próprio eu,  
Esperanças do mundo que ansiava transmutar!

A ação cultural como elemento presente e relevante na estrutura didática do curso se faz um nascedouro, um universo propício de reprodução, criação e renovação de ideias, sonhos, desejos e possibilidades transformadoras com canções, poemas, cenas curtas de textos teatrais que nos faziam dançar nos banhando nessas águas aprazíveis dos saberes em plena gestação, com graciosidade e sutileza. As densidades dos conteúdos se faziam na profundidade artística, amorosidade dos encontros humanos dos atos cenopoéticos. Assim, para falar dessa significância que são esses entendimentos, gotejaremos um poema canção:

Não queira me assombrar  
Com suas teorias  
Que eu te faço uma poesia  
Com tanta melodia  
Que tu não vais nem entender  
De tantos porquês  
Não me assole!  
Com conteúdos duros e sofridos  
Que eu me desnudo em cenopoesia.





Fomos atravessados por essa especialização pelos mais distintos vieses: artístico, político, humano, solidário, espiritual e amoroso. Vivenciar essa formação foi uma chance suprema de melhorar humanamente. Somos gratos, pois não foi só uma especialização. Ela nos trouxe exemplos de realização, de sonhos possíveis, de inéditos viáveis, de estradas varadas de espinhos, mas cobertas de rosas em arcos de flores acalentando os caminhos arredios para alcançar as evoluções intelectuais, espirituais e humanas necessárias para as transmutações que emergiram em nossas vidas: os encantamentos; a ancestralidade negra; as figuras femininas que são referências em nossa vida artística; as reflexões de um quilombo urbano por meio de suas práticas culturais populares negras do maracatu, das brincadeiras de roda, da negritude musical e uma África por meio das relações comunitárias de manifestações artísticas, culturais, humanas, abertas, livres e amorosamente revolucionárias. Para fechar com poesia... O fim, o fim. Vai se encontrar. Com o começo de tudo, de tudo...

# Essa tal de regionalização!

## **Alvimar Botega**

Farmacêutico, sanitarista, mestre em Saúde Coletiva pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz). Servidor público federal do Ministério da Saúde no Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa.



Regionalização! Nome cravado na Constituição!  
Veio nas diretrizes do SUS, para ajudar na organização.  
Está na Lei 8.080/90, na Lei Complementar 141/2012,  
Definindo que as ações e serviços públicos de saúde  
devem ser organizados de forma regionalizada,  
E que o planejamento e orçamento serão ascendentes  
a partir das necessidades de saúde de cada região.

Mas e lá para o seu José, que vive lá no sertão,  
O que significa esse palavrão?  
Parei cá pra pensar, como traduzir isso pro cidadão.

Prezado seu José, imagine a seguinte situação:  
Seu filho caiu da moto e carece de “operação”.  
Vai levá-lo pra onde?  
Pra UBS, pra UPA, pra outra cidade ou região?  
Aí entra em ação **essa tal de regionalização!**

Na cidadezinha do seu José não tem serviços de maior complexidade.  
Apenas uma UBS, Atenção Primária e uma equipe muito engajada.  
Presta os primeiros socorros, mas não resolve a gravidade.

Então pra onde levar o rapaz acidentado?  
Chama o SAMU 192 ou a ambulância local,  
Que o levará para o destino certo,  
Para o hospital referenciado!

Lá tem UTI, cirurgião, anestesista  
E todo aparato para o atendimento de emergência  
Ao usuário necessitado!

Esse hospital de referência na região,  
Pode ser do município ou do estado,  
Mas sabe que precisará atender o usuário transportado,  
Porque assim foi pactuado,  
entre os gestores de saúde da região  
no espaço colegiado.

Esse colegiado é a Comissão Intergestores Regional.  
Faz parte da governança do SUS,  
Para torná-lo mais operacional!

Mas fique tranquilo seu José,  
Seu filho será bem cuidado e logo voltará pra casa.  
E aí, não se esqueça de informar ao agente comunitário de saúde  
Para a continuidade do cuidado pela equipe de saúde local.  
Esse é o papel da Atenção Primária em Saúde,  
A responsabilização pelo usuário do SUS na rede de atenção  
e o cuidado longitudinal!

# Somos jovens

**Vitória de Souza Silva**

Agente popular de saúde das juventudes, atua no Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural (MATR).

**Sinara Marques de Souza Pascoal**

Agente popular de saúde das juventudes, atua no Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural (MATR).



Somos jovens  
Jovens moradores  
De um país com fome de mudança  
De mudança na política e também na educação

Somos jovens  
E sonhamos com um mundo sem fome  
Um mundo com reforma agrária  
Um mundo com revolução.

Somos jovens  
E queremos que a agroecologia aconteça  
Para salvar o mundo da extinção.

Somos jovens sem medo de lutar  
E para um mundo melhor  
Precisamos nos unir pro Brasil democratizar



# SUS: territórios vivos

## **Tiago Souza Leal**

Enfermeiro, sanitarista,  
mestrando em Políticas Públicas  
em Saúde (Fiocruz Brasília).  
Consultor técnico no Ministério  
da Saúde.



Sonhei de novo!  
 Haja teimosia  
 Sonhei que o povo  
 Pleno vivia!  
 Que toda fome  
 Se fenecia  
 Que a mentira  
 Não lhe valia

Sonhei que a morte  
 Se desfazia  
 Num pé de vento  
 Pra longe ia  
 Que toda dor  
 da nossa gente  
 se esvaía

Sonhei que a sorte  
 pra gente ria  
 que cada preta  
 se formaria  
 doutora em toga,  
 doutora em prosa,  
 doutora em guia.

Sonhei que o evangélico  
 e o budista  
 junto com a freira  
 e o candomblecista  
 participavam  
 de uma roda  
 antifascista

Sonhei que o SUS  
 muito avançava  
 que toda a gente  
 participava  
 da união  
 e da reconstrução  
 que se anunciava  
 SUS: territórios vivos!

Pra que o povo organizado  
 Que transforma a sua sina  
 Não fique sozinho, de lado  
 Com o tanto que nos ensina  
 Abramos sempre as portas  
 pra quem nos oferece respostas  
 pois toda gente é bem-vinda

SUS: territórios vivos!  
 Pra trocar experiência  
 No Norte, no Sul, no Centro-Oeste  
 No Sudeste e Nordeste há potência  
 Imagine quando juntar  
 Através da educação popular  
 Tanta luta e resistência

SUS: territórios vivos!  
 Pra quando Zumbi chegar!  
 Pra quando um índio de uma estrela brilhante  
 descer  
 Pra quando todo sertanejo usufruir dos seus  
 direitos de ter e ser  
 A plenitude do seu sonhar

SUS: territórios vivos!  
 Pra gestão participativa acolher,  
 Pro controle social crescer,  
 Pro cuidado se amplificar  
 Pra vigilância ser popular  
 Pra democracia fortalecer  
 Pra que cada um se sinta no direito e no dever  
 Do nosso Brasil se orgulhar

SUS: territórios vivos!  
 Verde, amarelo, azul, branco, lilás,  
 Vermelho, laranja, abóbora, açai  
 Preto, pardo, imigrante, refugiado,  
 Brasília.

E agora caminhando  
 pro fim desse rimado  
 Deixo um alô para os próximos  
 a compor esse nosso espaço  
 Nísia, Berger, Aíla, Pigatto e Rocineide,  
 Nessa poesia minha  
 Já ficam com o nosso abraço

O meu Brasil bem cuidado, bonito, preservado.  
 Nosso povo bem alimentado, unido, organizado.

SUS: territórios vivos!  
 Viva o SUS!



06

**Entre  
sementes  
e raízes**

# Diálogos e convergências entre educação popular, agroecologia e saúde: a defesa da vida na boca do povo

## **Grasiele Nespoli**

Psicóloga, sanitária, doutora em Educação em Ciências e Saúde pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora e pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), integrante do GT de Educação Popular em Saúde (EPS) da Abrasco e do Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde.

## **Theresa Cristina de Albuquerque Siqueira**

Nutricionista, mestra em Ciências pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz). Integrante da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS) e no GT de Educação Popular em Saúde (EPS) da Abrasco.

## **Fernando Ferreira Carneiro**

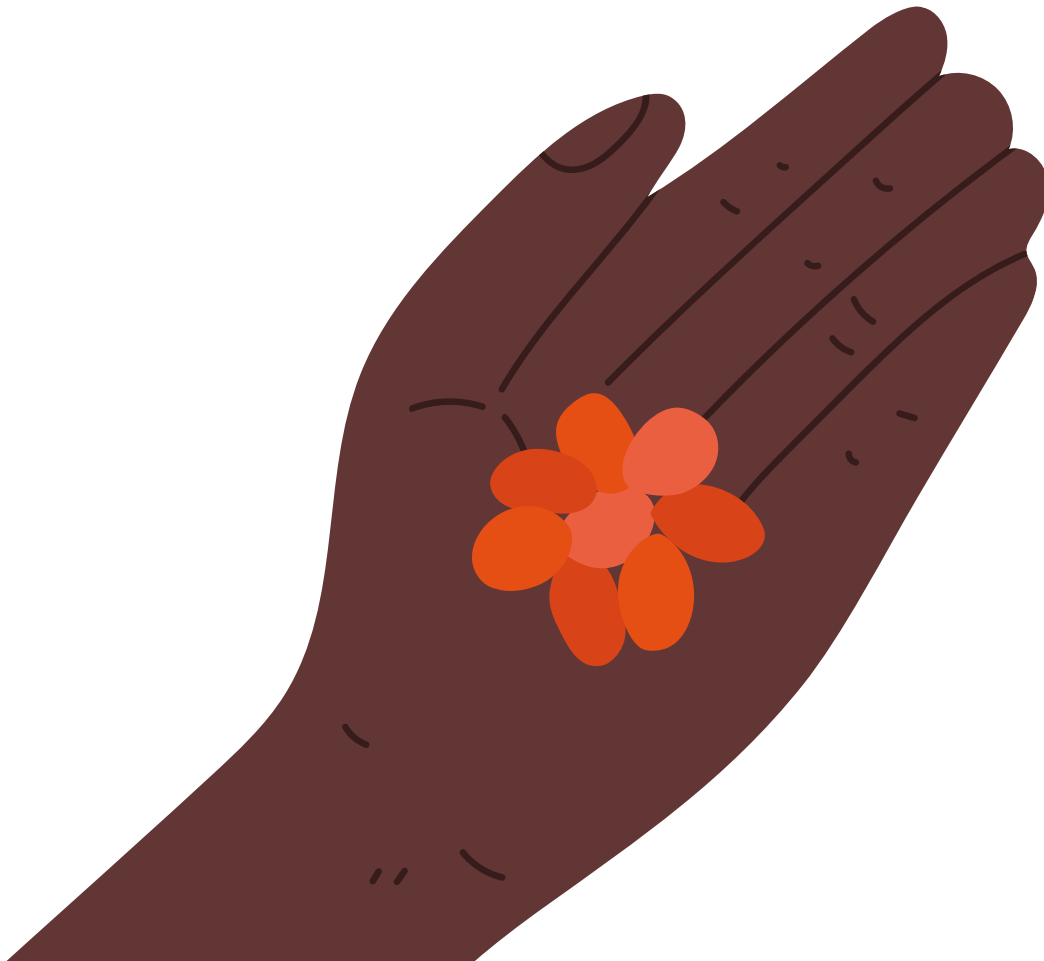
Biólogo, pós-doutor em Sociologia pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra - Portugal, doutor em Epidemiologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador da Fiocruz Ceará, Fiocruz e integrante do GT de Saúde e Ambiente da Abrasco.



Vivemos tempos de seca dos rios, queimada das florestas, encurtamento do horizonte e medo do futuro, mas ainda assim a perseverança nos faz seguir, resistir e abrir caminhos de partilha, afetos e cuidado, produzindo rachaduras onde a vida acinzentou. Das rachaduras, sabemos, a natureza brota.

Neste mundo acinzentado, a educação e a agroecologia se misturam em uma linda e colorida dança dialógica que gira em torno de reflexões e experiências que resgatam e fortalecem os saberes populares e tradicionais, ancorados no cuidado com a terra, com a água e com o ar, na amorosidade por todos os seres, humanos e não humano, e no respeito à vida.

A educação popular expressa a potência do diálogo e da construção compartilhada e democrática de saberes, práticas, modos de convivência e sociedade. A problematização é o caminho para a leitura e compreensão da realidade e dos mecanismos de dominação, opressão e colonização que precisamos enfrentar e interromper. A educação popular constrói vias de emancipação dos povos e libertação dos oprimidos, contra hegemonias.



A agroecologia, por meio do cultivo dos saberes ancestrais, estabelece com todo o planeta um cuidado amoroso e colaborativo que respeita a natureza, porque nada somos sem ela. O alimento que necessita da água, fonte de todas as vidas, é o que nos liga à terra, o que nos convida a colocar os pés no chão e a reverenciar a natureza em nós.

A saúde é o que queremos conquistar como direito e o que nos dá forças para lutar por todos os direitos fundamentais à vida. Sua produção envolve diversas dimensões (biológicas, políticas, econômicas, culturais, ambientais), o que significa que está intrinsecamente relacionada ao modo como organizamos o mundo, o que envolve a forma como convivemos com a natureza.

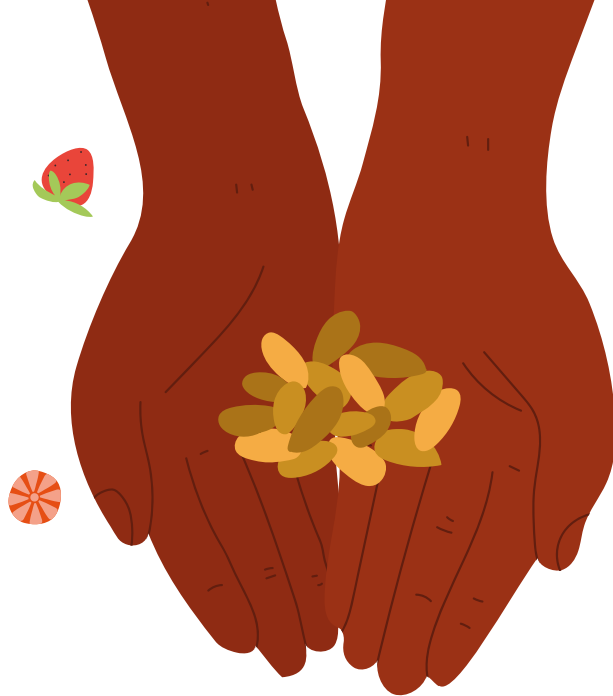
As experiências de diálogo e convergência entre educação popular, agroecologia e saúde revelam a força que existe nos encontros entre coletivos que recusam, insistentemente, o modelo do agronegócio, o domínio das monoculturas, o uso absurdo de agrotóxicos e o veneno nos nossos alimentos. Os movimentos de agroecologia se organizam com base nos princípios da educação popular e da soberania alimentar, promovendo a construção compartilhada do conhecimento e agregando força à produção social da saúde e à defesa incondicional da vida.

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) integra, desde sua criação em 2002, diversas redes, movimentos e organizações que buscam refletir e incidir sobre as políticas públicas, constituindo caminhos favoráveis à agroecologia. As Caravanas Agroecológicas, os Encontros de Diálogos e Convergências e os Encontros Nacionais de Agroecologia são importantes estratégias colocadas em curso pela ANA. Além disso, junto à Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), tem trabalhado na organização dos Congressos Brasileiros de Agroecologia (CBA) que reúnem educadores, agricultores, pesquisadores, gestores, movimentos sociais em um processo de reflexão e proposição de caminhos para o cultivo saudável de alimentos e para a promoção da saúde.

A construção do 12º CBA, que aconteceu no Rio de Janeiro entre os dias mais quentes do ano, em novembro de 2023, foi uma grande expressão de convergência entre a educação popular, agroecologia e saúde. Com o tema “Agroecologia na boca do povo”, o congresso transformou o centro carioca em um grande território simbólico da agroecologia e teve a participação de mais de 5 mil pessoas. Entre os Barracões e Tapiris de Saberes, Conferências, Cozinhas das Tradições, Saberes da Agroecologia e Economia Solidária e Festivais e Feiras de Saberes, brotou a Tenda da Saúde, Cuidado e Cura Mayô Pataxó. As rodas de conversa, oficinas e práticas de cuidado possibilitaram muitas vivências de ressignificação do cuidado e reflexões sobre os caminhos políticos e pedagógicos para fortalecer a agroecologia na sua relação com a saúde coletiva.

O espaço da tenda foi repleto de encontros e fortalecimento de redes e movimentos sociais na luta pelo direito à saúde, o que envolve o direito a terra, soberania alimentar, água, entre outros bens e recursos fundamentais à vida. Foi marcante a roda de comemoração dos 10 anos da Política Nacional de Educação Popular em Saúde em diálogo com o Programa Agentes de Educação Popular em Saúde: uma ação em defesa do SUS e da democracia, que contou com a participação do Ministério da Saúde e membros da Articulação Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS).





Foi nesse mesmo novembro de 2023 que nas rachaduras brotaram sementes e raízes de vida, e que pela educação popular, a saúde e a agroecologia se encontraram com muito vigor, conforme diz a Carta Carioca produzida durante o 12º CBA:

No 12º CBA, a construção do conhecimento entre saúde e agroecologia revelou-se solidamente estabelecida. As convergências – na segurança alimentar e nutricional, práticas de cuidado em saúde, medicinas tradicionais e saúde popular; saúde coletiva, ambiental e dos(as) trabalhadores(as); águas e saneamento; homeopatia para agroecossistemas; plantas medicinais; impactos e contaminações biológicas e químicas de solos, águas, florestas e ar; agrotóxicos; vigilância em saúde; agricultura urbana e sistemas agroalimentares – destacam que a agroecologia não apenas promove a saúde mas também representa uma estratégia em si. Portanto, é urgente seguir avançando em rede, respaldados por políticas públicas, para impulsionar a transformação de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, fomentando ambientes promotores da saúde e do bem viver.

*Carta carioca. 12º Congresso Brasileiro de Agroecologia: Agroecologia na boca do povo. Rio de Janeiro, novembro de 2023.*

## Referências

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. [Site institucional]. Rio de Janeiro: ANA, [2025]. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA. [Site institucional]. Rio de Janeiro: ABA, [2025]. Disponível em: <https://aba-agroecologia.org.br/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA. [Site institucional]. Rio de Janeiro: CBA, [2025a]. Disponível em: <https://cba.aba-agroecologia.org.br/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA. *CBA terá uma tenda sa saúde com oferta de terapias [...]*. Rio de Janeiro: CBA, [2025b]. Disponível em: <https://cba.aba-agroecologia.org.br/cba-tera-uma-tenda-da-saude-com-oferta-de-terapias-oficinas-e-rodas-de-conversa-saiba-mais/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA. *Leia a carta política do 12º Congresso Brasileiro de Agroecologia*. Rio de Janeiro: CBA, [2025c]. Disponível em: <https://cba.aba-agroecologia.org.br/leia-a-carta-politica-do-12o-congresso-brasileiro-de-agroecologia/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

# Entre sementes e raízes, o que nutre o ser?

## **Theresa Cristina de Albuquerque Siqueira**

Nutricionista, mestra em Ciências pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz). Integrante da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS) e no GT de Educação Popular em Saúde (EPS) da Abrasco.

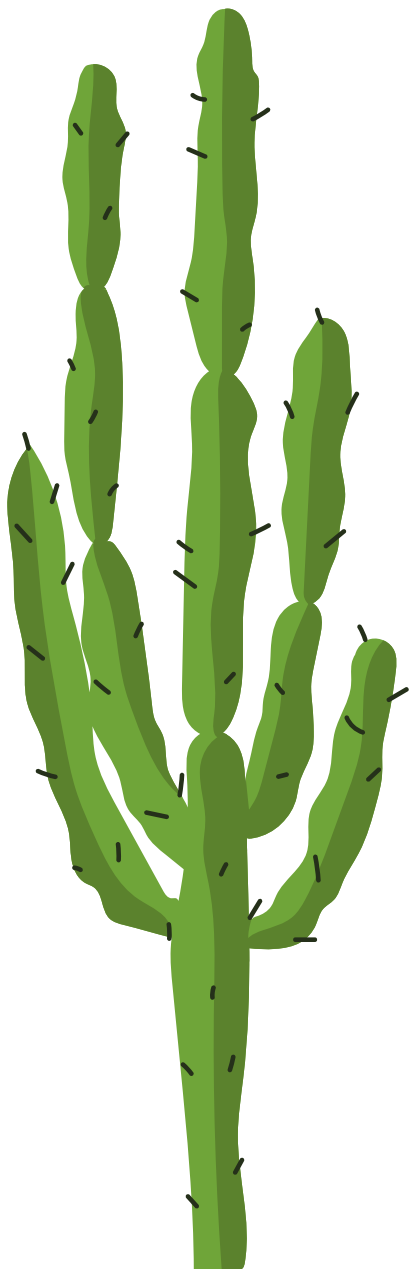
## **Maria Rita Rosa dos Santos**

Técnica em Alimentos, agricultora agroecológica familiar, parteira, benzedeira. Atua no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e no Movimento da Marcha Mundial de Mulheres (MMM).

## **Suely Corrêa de Oliveira**

Professora aposentada, educadora popular. Integrante da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS) de Minas Gerais, na Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e coordenadora do AgPopSUS-MG.





Guandu<sup>18</sup>, Andu Pequeno  
 Planta que nasce rapidamente  
 Feijão de árvore e ervilha do Congo e do povo  
 Que multiplica sua semente

Nos acampamentos  
 Logo sinaliza a colheita  
 Vidas, sonhos, alimentos  
 Que com feijão aleita

Nutre a terra, pessoas e animais  
 Nutre o sonho camponês  
 Além de ser uma das plantas medicinais  
 Que brotam nos caminhos de luta e vida

Escaldam-se os pés  
 Com suas folhas ou sementes  
 Cuidando do corpo  
 E da mente

É o fazer das sementes e raízes  
 Das práticas populares de cuidado  
 Da agroecologia e bem viver  
 Com saúde, ancestralidade e feijão no prato

Na dialogia do cuidado, cuida-se da terra e da vida  
 Agroecologia na boca do povo  
 Ter nas mãos o andu vai além da comida  
 É ter a semente do sonhar com o novo

É feijão, folha e café  
 Na grande Terra Mãe  
 Produz cuidado  
 E um delicioso escalda-pés

<sup>18</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Herbário HUNI – *Cajanus cajan* (L.) Millsp. Disponível em: <https://www.unirio.br/ccbs/ibio/herbariohuni/cajanus-cajan-l-millsp>. Acesso em: 15 jul. 2025.

# O cultivo do ser-planta e a construção de novas formas de convivência: desafios para a educação popular

## **Grasiele Nespoli**

Psicóloga, sanitária, doutora em Educação em Ciências e Saúde pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora e pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), integrante do Grupo Temático de Educação Popular e Saúde da Abrasco e do Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde.



Ailton Krenak, no início da pandemia de covid-19, pronunciou que “o amanhã não está à venda”, convocando-nos a abandonar o antropocentrismo e sua forma de humanidade descolada da terra, “que suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos” (Krenak, 2020, p. 6).

Quando parecia que o mundo iria parar, elevar à consciência e à ação uma ruptura do modo de produção da vida no capitalismo, o mundo parou somente por um breve instante, um respiro que para Krenak e muitos de nós significou um momento de esperança. Mas a humanidade continuou caminhando sem rumo na era do antropoceno, alienada da terra como organismo vivo e vital, imersa em mecanismos de colonização, dominação e extrativismo da natureza.

Sem dúvida, o enfrentamento do antropoceno passa pelo aprofundamento da “camada mais rústica e orgânica”, a sub-humanidade que Krenak considera “agarrada na terra” (Krenak, 2020, p. 6): os caiçaras, indígenas, quilombolas, camponeses e todos aqueles que se enraízam, nos campos ou nas cidades, nas favelas, fronteiras e periferias, cultivando resistências ao tempo do capital: o tempo da ansiedade, da distopia e do imediatismo.

A camada rústica e orgânica é que nos mantém conectados à natureza e, para que fique espessa, precisamos adubar a terra e semear o alimento e o remédio que podem nos curar de nossa própria humanidade. As plantas, os animais, as pedras, os rios e mares, todo o ecossistema que constitui a terra em comunhão é o que possibilita a vida; e a convivência harmoniosa entre todos os seres é o caminho que precisamos seguir.

A planta, em especial, é a nossa origem, nosso ponto de partida, “uma espécie de materialização alquímica, cósmica”, como considera Natasha Myers (2022), fotossintetizantes, “que se estendem através do cosmos, coletando energia do Sol em seus tecidos para que possam fazer sua mágica terrestre”. As plantas tornam o mundo habitável e, com elas, podemos construir um mundo mais-que-humano.

Nesse sentido, precisamos “semear relações plantas-pessoas” (Myers, 2022) e resguardar as sabedorias daqueles que são agarrados na terra e que estabelecem formas de cultivo e cuidado fundamentadas no amor pela natureza. Embora isso pareça difícil, neste mundo repleto de desencantos, guerras e queimadas, é importante nos lembrarmos de que a transformação do mundo necessita de sonhos, e que “os sonhos são projetos pelos quais se luta” (Freire, 2000, p. 26).

Esperançar é um verbo da educação popular que favorece práticas ecológicas, valoriza os saberes tradicionais e populares, cultiva o ser-planta e torna possíveis outros mundos e outros modos de conviver. O esperançar nos envolve em partilhas, encontros e tendas, reúne a matéria rústica e orgânica em torno de experiências que nos levam a afagar a terra, produzir o bem viver e cultivar o futuro.

No campo da saúde, essas experiências libertam o cuidado das amarras da biomedicina e o estendem às raízes de diversas culturas, fortalecendo o trabalho solidário e a construção compartilhada de conhecimentos necessários à vida. O cultivo de plantas sem veneno, a colheita dos alimentos saudáveis, a troca de sementes, o preparo da comida e dos remédios caseiros, com rezas, orações ou cantos, fortalecem o vínculo comunitário e a construção de modos de vida colaborativos e amorosos.

Quando o SUS se abre à comunidade, produz pertencimento. Pertencer é o que falta à humanidade que se distanciou de sua ancestralidade e de sua Mãe Terra. As plantas nos conectam com o passado mais remoto que nos constitui como espécie e nos fazem compreender que “não vivemos somente *na* ecosfera, mas vivemos *da* ecosfera”, como nos lembra Ana Primavesi (1997, p. 9).

Sob o manto que as qualifica como medicinais, as plantas possibilitam o diálogo entre saberes populares e científicos, mediado pela construção do cuidado nos territórios e de caminhos que geram modos de convivência em laços sociais que ressignificam a humanidade. O ato de semear é delicado, mas enfrenta o latifúndio e outras formas de opressão que subordinam toda e qualquer existência à lógica do lucro e que ameaçam constantemente a saúde e a vida no planeta.

A construção de um mundo mais-que-humano ainda é possível se entendermos que nada pode existir fora da natureza e que nela nos reencontramos e nos enraizamos em convivências e conspirações com as plantas para um mundo habitável e feliz. Por isso, deixem as plantas florescerem e produzirem bons frutos; admirem o mundo e a vida para gerar transformação; e permitam-se ser árvores.

# Árvore

## Por Manoel de Barros

Um passarinho pediu a meu irmão para ser uma árvore.  
Meu irmão aceitou de ser a árvore daquele passarinho.  
No estágio de ser essa árvore, meu irmão aprendeu de sol,  
de céu e de lua mais do que na escola.  
No estágio de ser árvore, meu irmão aprendeu para santo mais do que  
os padres lhe ensinavam no internato.  
Aprendeu com a natureza o perfume de Deus.  
Seu olho no estágio de ser árvore aprendeu melhor o azul.  
E descobriu que uma casa vazia de cigarra,  
esquecida no tronco das árvores,  
só serve para poesia.  
No estágio de ser árvore, meu irmão descobriu que as árvores são vaidosas.  
Que justamente aquela árvore na qual meu irmão se transformara  
envaidecia-se quando era nomeada para o entardecer dos pássaros  
e tinha ciúmes da brancura que os lírios deixavam nos brejos.  
Meu irmão agradecia a Deus aquela permanência em árvore,  
porque fez amizade com as borboletas.

## Referências

FREIRE, P. Do direito e do dever de mudar o mundo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

KRENAK, A. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MYERS, N. Como cultivar mundos habitáveis: dez passos (não muito fáceis). *Mandala Lunar*, 15 nov. 2022. Disponível em: <https://www.mandalalunar.com.br/cultura-regenerativa/conspirar/>. Acesso em: 20 maio 2025.

PRIMAVESI, A. *Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura*. São Paulo: Nobel, 1997.



07

**Roteiro de  
leitura**

## Boletim do Grupo Temático de Educação Popular e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva

GT EdPopSaúde, da Abrasco. Rio de Janeiro: Abrasco, 2020–2025. (Coordenação Editorial: César Augusto Paro)

Este boletim trata-se de um canal de diálogo com o público acadêmico, trabalhadoras/trabalhadores da saúde e movimentos sociais sobre reflexões, experiências e pesquisas na saúde, a partir do horizonte ético-político-pedagógico da educação popular, produzidas tanto pelo Grupo de Trabalho de Educação Popular em Saúde (GT EdPopSaúde), da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), quanto por organizações parceiras. Entre versos e prosas, incorpora não só o registro de ações, produções e movimentos da EPS e a divulgação de lançamentos e eventos na área, mas também escritos que valorizam o sensível. O registro de cada edição é hospedado no site da Abrasco, no menu documentos da página do GT. As matérias que são produzidas para compor a publicação ficam hospedadas no blog virtual. Conheça e venha dialogar conosco!

*por César Augusto Paro*  
Educador popular em Saúde com graduação em Fonoaudiologia Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) na área da Saúde Coletiva. Professor adjunto da Faculdade de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Integrante do GT de Educação Popular em Saúde (EPS) da Abrasco e do Grupo de Estudos em Teatro do Oprimido (Gesto).

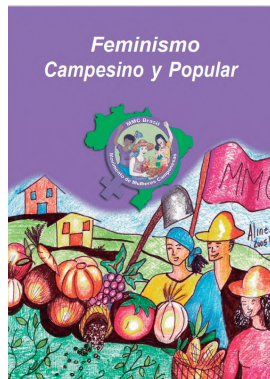
## Educação popular & saúde

Editora Rede Unida

A série tem a publicação de textos autorais com narrativas, ensaios teóricos e empíricos, pesquisas, relatos reflexivos e analíticos de experiências, assim como reflexões com diversidade de linguagens, no âmbito da saúde, das políticas públicas, da educação, do trabalho em saúde e dos movimentos sociais.

As produções buscam contribuir para a reflexão sobre as conexões entre a educação popular e a formação em saúde, para a indução de práticas colaborativas e de caráter interprofissional na formação e no trabalho em saúde e a qualificação das iniciativas de formação no Sistema Único de Saúde (SUS).

*por Vanderléia Laodete Pulga*  
Filósofa, doutora em Educação com ênfase na Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professora no curso de medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), integrante da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS) e do GT de Educação Popular em Saúde (EPS) da Abrasco.



Há obras que trazem produções oriundas de ações de implementação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS), como o Projeto Educação Popular, Equidade e Saúde, realizado pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) com a Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS, grupos de trabalho em educação popular e saúde da Abrasco, Fiocruz e outras entidades); o Curso de Especialização e Aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde em Convivência com o Semiárido, realizado pela Fiocruz Ceará; e construções coletivas que trazem reflexões sobre a educação popular em saúde perpassando processos formativos em escolas, nos cursos da saúde e em movimentos sociais populares.

As produções estão inseridas nos eixos: bases e referenciais teóricos conceituais e metodológicos da interface educação popular e saúde; dimensões da educação popular e saúde e as múltiplas linguagens; educação popular e saúde e a integralidade do cuidado; educação popular, saúde e gestão participativa, participação e controle social.

A educação popular em saúde mobiliza a produção compartilhada de conhecimentos para transformar situações ou problemas que, por sua vez, suscitam questionamentos e indagações para promover o diálogo entre as perguntas que surgem do cotidiano e as construções em diversas formas de conhecimento.

Articula ações em territórios, orienta-se pelo compartilhamento de saberes e práticas na construção e transformação para um país e mundo nos quais as diversidades sejam ouvidas na produção de comuns que cuidam de todos os seres no planeta.

A educação popular em saúde tece redes dialógicas de afeto, implicação e amorosidade, de articulação, organização, lutas e produção de saberes e conhecimentos que emergem do cotidiano das experiências e de processos vividos em diálogo com outros saberes historicamente acumulados, na perspectiva de produções inovadoras para a compreensão, análise e resolução de situações-limite e construção de inéditos viáveis.

Acesse e conheça nossas obras!

## Curso de Especialização e Aperfeiçoamento em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido

Editora Rede Unida

---

As obras estão acessíveis no site da Editora Rede Unida e emergem das práticas e experiências vivenciadas no Curso de Especialização e Aperfeiçoamento em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido, realizada em 2018 pela Fiocruz Ceará em parceria com diversos movimentos e organizações populares do campo, das águas e de periferias urbanas provenientes de territórios do Ceará e do Rio Grande do Norte, sendo dispositivo de implementação da PNEPS-SUS.

Trata-se de um conjunto de obras resultante de um processo de sistematização e construção compartilhada de conhecimento. Tal processo possibilitou a reflexão sobre a construção pedagógica do processo formativo inserido nas realidades dos grupos nos territórios como possibilidade de fortalecimento das lutas sociais e do SUS, trazendo diálogos inovadores entre a educação popular em saúde e a convivência com o Semiárido. Inclui, como autores, educadores(as) e educandos(as) desse processo e sujeitos de movimentos e coletivos dos territórios envolvidos que participaram das ações do tempo comunidade.

Essa produção resultou em cinco volumes, sendo três que correspondem às experiências nos territórios e dois relativos aos trabalhos de conclusão de curso realizados por educandos(as).

**por Vera Lúcia de Azevedo Dantas**  
*Médica, doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e integrante da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS) e do GT de Educação Popular em Saúde (EPS) da Abrasco.*



## Vigia, povo!: um guia de vigilância popular em saúde

Fiocruz Ceará e Abrasco

O guia *Vigia, povo!*, lançado em 2024 pela Fiocruz Ceará e pela Abrasco, reeditado com incentivo do Ministério da Saúde, traz em linguagem simples e criativa o conceito em construção da vigilância popular em saúde (VPS). Mais que conceito, ele traz práxis, apresentando a reflexão teórica e 12 experiências, desenvolvidas nas diversas regiões do País, na perspectiva da VPS, em especial com a população do campo, da floresta, das águas e da periferia urbana.

Os atores principais das diversas ações são: o SUS, os movimentos sociais e populares e a academia. Cada experiência começa apresentando sua questão de fundo, o foco do problema, os sujeitos envolvidos e o que move esses sujeitos para o desenvolvimento da ação. No guia, apresenta-se a sistematização de elementos da análise dos processos de VPS.

Engloba os seguintes atributos: a descrição dos protagonistas populares; a materialidade da produção compartilhada do conhecimento; as articulações realizadas com diversos atores sociais e as formas de comunicação popular desenvolvidas; os caminhos trilhados; os indicadores de denúncias ou ameaças e os de anúncio para promoção da vida e do bem viver; bem como os inéditos viáveis realizados. Os capítulos finais são orientadores de como desenvolver a VPS.

A importância da leitura desse guia se dá por dois motivos: por legitimar as vozes dos territórios, a autoria de suas reflexões e ações e o protagonismo popular; e por nos orientar como são possíveis os diálogos entre o conhecimento popular e o conhecimento científico. Partir da realidade e da compreensão dela pelos que a vivenciam é fundamental, inclusive para a evolução do pensamento científico, na “tematização” de estudos que de fato importam para a população na busca da saúde e do bem viver.

CARNEIRO, F. F.; DANTAS, V. L. A. (org.). *Vigia, povo!: um guia de vigilância popular em saúde*. Eusébio: Fiocruz Ceará; Abrasco, 2023.

**por Renata Pekelman**

*Médica de família e comunidade, mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Servidora do Hospital Nossa Senhora da Conceição, em Porto Alegre-RS, cedida como assessora técnica ao Ministério da Saúde (MS). Integrante do GT de Educação Popular em Saúde (EPS) da Abrasco.*

O GT EdPopSaúde organizou e sistematizou uma coletânea de textos que abordam diferentes dimensões da educação popular em saúde, focando tanto as vivências concretas quanto as reflexões teóricas sobre suas práxis.

A coletânea reúne experiências e análises acerca da produção de conhecimento na educação popular em saúde sob múltiplas perspectivas e linguagens, incluindo expressões artísticas, como poesia e fotografia. A obra, fruto de uma chamada pública que recebeu mais de 70 artigos, foi estruturada em três volumes, cada um dedicado a um eixo específico: reconstrução de horizontes formativos, práticas cuidadoras e poéticas políticas.

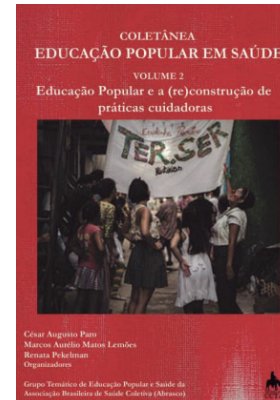
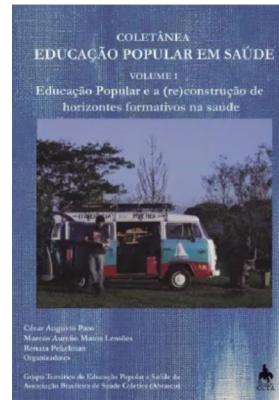
O trabalho coletivo e textual se apresenta como um grande desafio, mas também como um pilar para a continuidade e meio de inovação para iniciativas em saúde. A colaboração entre diferentes atores(atrizes) sociais fortalece a sustentabilidade e fomenta um espírito inovador, essencial para a consolidação de políticas de saúde mais inclusivas e participativas.

“As memórias retroalimentam nossas andanças” (PARO *et al*, 2020). Nesse sentido, a organização da coletânea evidencia a importância do registro e da valorização das experiências coletivas, reconhecendo o papel fundamental da memória na construção de trajetórias e saberes compartilhados.

O registro escrito assume, assim, uma função estratégica na educação popular em saúde no Brasil. Ele possibilita a sistematização e a disseminação dos conhecimentos produzidos pelas comunidades, garantindo que essas experiências sejam preservadas e acessíveis a outros grupos e profissionais da saúde. Além disso, a documentação dessas práticas permite avaliar e aprimorar continuamente as iniciativas, contribuindo para a construção de um sistema de saúde mais equitativo e democrático.

Outro aspecto crucial desse registro da educação popular é a valorização dos saberes locais e culturais, frequentemente marginalizados pelas abordagens convencionais de saúde. Ao documentar essas práticas, a educação popular em saúde legitima esses conhecimentos e fortalece a identidade cultural

das comunidades, promovendo sua autonomia e protagonismo. Esse processo contribui para a construção de uma saúde coletiva mais justa e participativa, em que a diversidade de vozes e experiências é reconhecida e incorporada na formulação de políticas públicas de saúde.



por **Marcos Aurélio  
Matos Lemões**

Enfermeiro, doutor em  
Enfermagem, superintendente  
de atenção especializada no  
município de Rio Grande – RS.  
Integrante do GT de Educação  
Popular em Saúde (EPS) da  
Abrasco.

## Referência

PARO, César Augusto; LEMÕES, Marcos Aurélio Matos; PEKELMAN, Renata (org.). “Vem, vamos embora, que esperar não é saber”: das memórias que (retro)alimentam nossas andanças. In: PARO, César Augusto; LEMÕES, Marcos Aurélio Matos; PEKELMAN, Renata (org.). *Coletânea Educação Popular em Saúde: educação popular e a (re)construção de poéticas políticas no fazer saúde*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020. v. 3. Introdução de seção.

**Conte-nos o que pensa sobre  
esta publicação.**

**Clique aqui  
e responda a pesquisa**



 Ouv  
SUS 136

Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde  
[bvsmms.saude.gov.br](http://bvsmms.saude.gov.br)



MINISTÉRIO DA  
SAÚDE

